



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Luis Marcos Gomes de Souza Júnior

**As Comunidades Eclesiais de Base em Campinas nas décadas de 1970 e
1980: Catolicismo, Ditadura, Militância e Memórias**

São Gonçalo

2023

Luis Marcos Gomes de Souza Júnior

**As Comunidades Eclesiais de Base em Campinas nas décadas de 1970 e 1980:
Catolicismo, Ditadura, Militância e Memórias**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Izabel Priscila Pimentel da Silva

São Gonçalo

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

S729 Souza Júnior, Luis Marcos Gomes.
TESE As Comunidades Eclesiais de Base em Campinas nas décadas de
1970 e 1980: catolicismo, ditadura, militância e memórias / Luis
Marcos Gomes Souza Júnior. – 2023.
133f.

Orientador: Prof^a. Dra. Izabel Priscila Pimentel da Silva
Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do
Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Comunidades Eclesiais de Base - Teses. 2. Igreja Católica –
Teses. 3. Movimentos Sociais Brasileiros - Teses. I. Silva, Izabel
Priscila Pimentel da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB7 – 5190

CDU 267(815.6)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Luis Marcos Gomes de Souza Júnior

**As Comunidades Eclesiais de Base em Campinas nas décadas de 1970 e 1980:
Catolicismo, Ditadura, Militância e Memórias**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 15 de setembro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Izabel Priscila Pimentel da Silva (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Renato Soares Coutinho
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Ronald Apolinário de Lira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

São Gonçalo

2023

À Luis Marcos Gomes de Souza (*in memoriam*) e à Zilda Santesso (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram para o desenvolvimento e conclusão desta dissertação. Sem o apoio, orientação e incentivo de vocês, essa conquista não seria possível. É com profunda gratidão que reconheço seus esforços e dedicados trabalhos.

Primeiramente agradeço a Deus pela presença constante em minha vida e por todas as pessoas que colocou em meu caminho ao longo dessa trajetória. Cada pessoa que cruzou meu caminho trouxe aprendizados, inspirações e desafios, contribuindo para o meu crescimento pessoal e profissional. Que este trabalho possa ser uma pequena manifestação do Seu amor e das bênçãos que recebi.

Agradeço de maneira muito especial a minha orientadora Izabel Priscila Pimentel da Silva pela orientação e apoio ao longo desta jornada. Sua expertise, paciência e compromisso foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Sua capacidade de orientar, motivar e desafiar-me a alcançar novos patamares foi inestimável. Obrigado por compartilhar seu conhecimento e por me guiar ao longo deste processo e me motivar em momentos de desânimo ou dificuldades. Sua confiança em mim e suas palavras de encorajamento foram como um farol que iluminou meu caminho, fortalecendo minha determinação e autoconfiança. Que este trabalho possa ser um testemunho do nosso trabalho conjunto e do impacto positivo que você teve em minha formação.

Gostaria também de agradecer aos professores da banca examinadora de qualificação, que também integram a banca de defesa de mestrado, professor Dr. Renato Coutinho e professor Dr. Ronald Apolinário, por dedicarem seu tempo e conhecimento para avaliar este trabalho. Suas contribuições e sugestões ajudaram a aprimorar minha pesquisa e expandir meus horizontes acadêmicos.

Agradeço de coração ao meu querido amigo Geraldo, cujo apoio e incentivo desde a graduação foram fundamentais para que eu decidisse ingressar no mestrado. Sua crença em meu potencial, que muitas vezes superou até mesmo a minha própria confiança, é algo que valorizo imensamente. Sempre digo que você foi um verdadeiro anjo em minha vida. Muito obrigado por estar ao meu lado e por todo o suporte que você me ofereceu.

Não posso deixar de mencionar meus colegas de mestrado e amigos, cujo apoio e incentivo foram essenciais durante todo o percurso. Agradeço por compartilharmos ideias,

debatermos conceitos e superarmos desafios juntos. Sua amizade e colaboração enriqueceram minha experiência acadêmica e pessoal.

Estendo a minha gratidão à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que desempenhou um papel fundamental na minha formação e nesta dissertação de mestrado. Sou grato por ter tido a oportunidade de fazer parte dessa instituição de renome e contribuir para o conhecimento científico em minha área de estudo.

Agradeço também a todas as pessoas que dedicaram seu tempo de maneira muito gentil para me conceder as entrevistas: Aparecido José, Benedito Ferraro, Cícero Palmeira, Cláudio Menegazzi, David Augusto, Izalene Tiene, Lizete Aparecida, Maria José, Paulo de Britto, Vanda Russo, Vera Lúcia e Zilda Santesso. Os depoimentos de vocês foram fontes primordiais para esta pesquisa!

À minha família, expresso minha profunda gratidão, sobretudo à minha mãe Rosimeire e minha irmã Nayane, que nunca mediram esforços para me ajudar e incentivar em minha jornada. O amor de vocês é um sustento vital para a minha vida acadêmica e pessoal. Sou profundamente abençoado por ter duas mulheres tão incríveis como vocês na minha vida.

Gostaria de dedicar um espaço especial para expressar minha profunda gratidão ao meu pai, Luis Marcos Gomes de Souza (*in memoriam*), por seu amor e todo apoio oferecido enquanto eu ainda estava na graduação. Embora sua presença física não esteja mais entre nós, seu espírito vive em meu coração e em cada conquista que alcancei. Dedico esta dissertação de mestrado a você, meu pai amado, como uma expressão de gratidão eterna.

Aos demais membros da minha família, avós, tios, primos e primas, agradeço por todo amor e orgulho que constantemente afirmam sentir de mim. Seus sorrisos e gestos de carinho foram essenciais para minha perseverança.

Gostaria de agradecer também ao meu namorado Emanuel. Mais do que um namorado, você se tornou meu parceiro de vida e meu maior apoiador. Sou grato por ter você ao meu lado, compartilhando meus sonhos, desafios e vitórias. Seu apoio incondicional, encorajamento constante e compreensão foram fundamentais para que eu pudesse enfrentar os desafios acadêmicos e pessoais ao longo desta jornada. Sua presença amorosa trouxe equilíbrio à minha vida, inspirando-me a perseguir meus objetivos com determinação e confiança.

Por fim, sou grato a todas as pessoas que estiveram ao meu lado durante essa jornada de pesquisa. Sua dedicação e apoio nunca serão esquecidos.

Quando dou comida aos pobres, me chamam de santo; quando pergunto por que eles são pobres, chamam-me de comunista.

Dom Hélder Câmara.

RESUMO

SOUZA JÚNIOR, Luis Marcos Gomes. *As Comunidades Eclesiais de Base em Campinas nas décadas de 1970 e 1980: catolicismo, ditadura, militância e memórias*. 2023. 133f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

A presente dissertação tem por objetivo analisar a relação da Igreja Católica e os movimentos sociais brasileiros, destacando as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da cidade de Campinas, no estado de São Paulo, nas décadas de 1970 e 1980, abrangendo, de um lado, o período da ditadura civil-militar e redemocratização brasileira, e, de outro, as transformações vivenciadas pela Igreja Católica na segunda metade do século XX. As CEBs eram pequenos grupos que se reuniam em torno de uma paróquia ou capela por iniciativa de leigos ou membros do clero. Em todo o Brasil, esses grupos organizados se reuniam para reflexão da Bíblia, ao mesmo tempo fazendo elo com os problemas enfrentados pela comunidade local relacionados à saúde, educação, transporte e moradia. Através da metodologia de pesquisa em História Oral, analisamos a construção de memórias de pessoas que estiveram à frente das CEBs, espaços que permitiram uma atuação política durante um período marcante do Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: CEBs; ditadura; Igreja católica; resistência.

ABSTRACT

SOUZA JÚNIOR, Luis Marcos Gomes. *The Basic Ecclesial Communities in Campinas in the 1970s and 1980s: catholicism, dictatorship, activism, and memories*. 2023. 133f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

This dissertation aims to analyze the relationship between the Catholic Church and Brazilian social movements, highlighting the Basic Ecclesial Communities (BECs) of the city of Campinas, in the state of São Paulo, during the 1970s and 1980s, encompassing, on one hand, the period of the civil-military dictatorship and Brazilian redemocratization, and on the other hand, the transformations experienced by the Catholic Church in the second half of the 20th century. The BECs were small groups that gathered around a parish or chapel, initiated by laypeople or members of the clergy. Throughout Brazil, these organized groups would come together for Bible reflection, while also connecting with the issues faced by the local community, such as health, education, transportation, and housing. Through the research methodology of Oral History, we analyzed the construction of memories of individuals who were at the forefront of the BECs, spaces that allowed for political engagement during a significant period in contemporary Brazil.

Keywords: BECs; dictatorship; catholic church; resistance.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	AS TRANSFORMAÇÕES NA IGREJA CATÓLICA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX	17
1.1	Concílio Vaticano II: uma abertura para mudanças eclesiais	19
1.2	Segunda Conferência Episcopal Latino-Americana em Medellín: um espaço dado aos pobres	25
1.3	Terceira Conferência Episcopal Latino-Americana em Puebla: uma confirmação de Medellín	31
1.4	Teologia da Libertação	36
1.5	Entre o apoio e a resistência: a atuação da Igreja Católica durante a ditadura civil-militar brasileira	42
2	DITADURA CIVIL-MILITAR E AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE: UMA ANÁLISE DAS CEBs DE CAMPINAS	53
2.1	As primeiras Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no Brasil	54
2.2	As CEBs em Campinas	67
3	COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE: MEMÓRIAS, ORALIDADES, MILITÂNCIA E RESISTÊNCIAS	84
3.1	Memórias e História Oral	85
3.2	Os depoentes	88
3.3	Atuação das CEBs	92
3.4	Teologia da Libertação: motivo de união ou discórdia?	97
3.5	CEBs e Política Partidária: as comunidades em Campinas oPTaram?	100
3.6	As CEBs e os Movimentos Sociais	105
3.7	O enfraquecimento das CEBs	109
3.8	Legado das CEBs: ainda há resistência?	117
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
	REFERÊNCIAS	128

INTRODUÇÃO

O objetivo principal desta dissertação é analisar a relação da Igreja Católica com os movimentos sociais no Brasil, destacando as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) durante as décadas de 1970 e 1980, abrangendo o período da ditadura civil-militar bem como o contexto de redemocratização brasileira, mais precisamente na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo.

As CEBs surgiram no Brasil na década de 1960 e viveram seu período de expansão nas décadas de 1970 e 1980, ganhando força e se multiplicando. Essas comunidades são comunidades de pequena extensão que foram sendo organizadas no meio rural em torno de uma capela, e no meio urbano próximas a uma paróquia, por iniciativa de leigos moradores mais próximos e de membros do clero, como padres e bispos.

Nesse período, surgiram diversos movimentos sociais que pretendiam solucionar os problemas de cunho social e econômico prementes na vida de muitas pessoas, como movimentos por: transporte, moradia, saneamento, creches, vagas em escolas, além de reivindicações contra a carestia. No bojo desses movimentos estavam as CEBs, comunidades cristãs organizadas sob a inspiração da Teologia da Libertação, que atuavam nas margens da legalidade permitida com apoio de amplos setores dentro da Igreja Católica.

A Igreja Católica passou por mudanças significativas na segunda metade do século XX e essas mudanças contribuíram para que os bispos repensassem sua postura no Brasil e no mundo, sobretudo devido à ameaça de enfraquecimento da influência do catolicismo. Essas mudanças também contribuíram para que membros do clero apoiassem as Comunidades Eclesiais de Base, sobretudo adotando uma opção preferencial pelos pobres.

Nessas comunidades, seus membros tinham a possibilidade de se reunir em um contexto muito perigoso de ditadura civil-militar, em que as liberdades individuais foram cerceadas, para reflexão da Bíblia e a partir dela refletir sobre os problemas enfrentados em comum no bairro, e como poderiam solucionar essa demanda. Os problemas iam desde a falta de padre para celebrar até os problemas relacionados à moradia, falta de segurança, transporte, saúde, escolas, creches etc. Dessa forma, as CEBs tiveram papel de destaque na mobilização e incentivo para atuarem nos mais variados movimentos sociais existentes.

Para realização dessa pesquisa, foram utilizadas, além da bibliografia já existente sobre o tema, fontes documentais produzidas pela Igreja Católica, tais como Documentos do Concílio Vaticano II, de Medellín, de Puebla, das CEBs produzidos pela CNBB, e também

fontes orais coletadas especialmente para esta dissertação na demarcação espacial de Campinas, a partir da metodologia de História Oral, por meio de 17 entrevistas que realizamos com o total de 12 pessoas, todas elas residentes na cidade de Campinas e que tiveram forte atuação nas CEBs ao longo das décadas de 1970 e 1980 e algumas até hoje.

Dessa forma, a reflexão sobre a construção de memórias será importante ao trabalhar com a metodologia interdisciplinar de pesquisa denominada História Oral, para analisar os depoimentos realizados. Essa metodologia além de permitir “o registro de testemunhos e o acesso a “histórias dentro da história” e, dessa forma, ampliar as possibilidades de interpretação do passado”¹, permite também a produção de fontes que auxiliam no estudo da história contemporânea, sobretudo após a invenção do gravador a fita em meados do século XX mais precisamente em 1948.²

Para Beatriz Sarlo, a memória e a história são duas perspectivas que as vezes se conflitam, pois “[...] nem sempre a história consegue acreditar na memória, e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança (direitos de vida, de justiça, de subjetividade) [...]”³. Como pondera Marcos Napolitano, “o historiador precisa se equilibrar entre a história e a memória”, posto que a “memória é atravessada por experiências coletivas e pela consagração de alguns documentos em detrimento de outros.”⁴

Dentre as discussões sobre a memória, Ulpiano Meneses demarca esse conceito afirmando que se trata de um fenômeno individual e, não obstante, também coletivo, conforme descreve:

[...] A memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a História, que é forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva. A memória, ao invés, é operação ideológica, processo psico-social de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz. A memória fornece quadros de orientação, de assimilação do novo, códigos para classificação e para o intercâmbio social.⁵

¹ ALBERTI, Verena. “Fontes orais: histórias dentro da história”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 155.

² Ibid.

³ SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 9.

⁴ NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 11-14.

⁵ MENESES, Ulpiano T. B. de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Rev. Inst. Est. Bras.**, São Paulo, p. 22, 1992.

A partir dessa reflexão, ficam evidentes alguns pontos importantes que contribuem diretamente para este trabalho. Um deles é a memória como construção, como seleção do que as pessoas retêm e descartam. Além de Meneses, outro autor que reforça essa visão sobre construção da memória é Michael Pollak, conforme elucida: “[...] O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização.”⁶

O exercício de lembrar os acontecimentos concernentes às CEBs, que todas as lideranças tiveram que fazer durante as entrevistas, nesta lógica descrita no parágrafo acima, foi fruto de um trabalho de organização da memória. Nesse sentido, é preciso ter cuidado, pois o historiador deve tratar a fonte oral da mesma forma com que trata a fonte escrita, ou seja, “[...] não com uma fé cega, nem com um ceticismo arrogante [...]”⁷ Ora, mesmo sendo fontes vivas capazes de esclarecer dúvidas em mais de uma entrevista, devem estar sujeitas à crítica documental feita pelo historiador.

A entrevista inevitavelmente “cria uma relação carregada de subjetividade. Os entrevistados são pessoas falando de suas vidas e esta fala, necessariamente, envolve emoções e sentimentos. [...]”⁸ Contudo, nosso desafio enquanto historiadores não é suprimir essa carga emotiva das fontes produzidas por esta metodologia, mas sim “transformá-la numa chave de entendimento histórico – do personagem que narra a sua vida e do momento histórico no qual esta vida se encaixa. [...]”⁹

Assim, suas narrativas não devem ser julgadas simplesmente como verdadeiras ou falsas, pois expressam a construção de memória a partir de um ponto de vista, de uma situação específica no tempo e no espaço. Mas memória e história estão longe de serem sinônimos, conforme afirma Pierre Nora:

[...] A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. [...] A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades

⁶ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 204, 1992.

⁷ THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 195, 1998.

⁸ ARAUJO, Maria Paula. “Sentimento e subjetividade na história: a contribuição da história oral.” *In*: MAIA, Andréa Casa Nova; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Outras histórias**. ensaios em história oral. Rio de Janeiro, Editora Ponteio, 2012. p. 183.

⁹ *Ibid.*

temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.¹⁰

Através da memória os entrevistados demonstraram elementos para a reconstrução do passado em que viveram. Por meio dessa documentação oral produzida no desenvolvimento desta pesquisa, foi possível perceber que a atuação das CEBs em Campinas não ficou restrita ao âmbito religioso, atravessando as esferas social, econômica e política da sociedade. Nesse sentido, essas comunidades acumularam grande capacidade de mobilização social, conquistando diversas reivindicações da época, conseguindo também expressiva força política que resultou, inclusive, na eleição de alguns de seus membros no final da década de 1980 e na década de 1990 em cargos do poder Executivo e Legislativo na cidade de Campinas, sendo alguns deles nossos depoentes.

Nosso objetivo é entender o processo de formação histórica e a atuação das CEBs, analisando as memórias construídas pelas lideranças na cidade de Campinas entre as décadas de 1970 e 1980, bem como suas formas de enfrentamento contra a ditadura civil-militar e sua atuação no período de redemocratização no Brasil, compreendendo as transformações que aconteceram dentro da Igreja Católica.

Assim, a dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo serão analisadas as mudanças que aconteceram na Igreja Católica a partir da segunda metade do século XX, buscando compreender como elas repercutiram no Brasil e mais especificamente na cidade de Campinas. A Igreja Católica é uma instituição milenar e por isso de tempos em tempos, para não perder muitos fiéis e conseguir mais adeptos, ela se “atualiza” para a sociedade, de acordo com a mentalidade da época, visto que os membros do clero também são pessoas que fazem parte de uma época, carregam suas próprias visões de mundo e que ajudam na composição desta instituição. Nesse sentido, serão observadas as mudanças proporcionadas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), que significou uma porta para muitas outras mudanças dentro da Igreja Católica.

Por ocasião da convocação do vigésimo-primeiro concílio da História, conhecido como Concílio Vaticano II, o Papa João XXIII defendeu que a Igreja Católica estava precisando de um *aggiornamento*, ou seja, de uma atualização que mudasse sua postura para o mundo moderno, “que se dirigisse ao mundo não mais com condenações e excomunhões, mas com respeito e vontade para escutar e, sobretudo, adaptando-se aos novos tempos, sem as

¹⁰ NORA, Pierre. Entre memória e história. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, p. 9, 1981.

antigas intransigências e preconceitos.”¹¹ Esse concílio significou uma das reformas mais amplas da história da Igreja, nessa tentativa de se “atualizar” para o mundo, colocando em destaque temas como justiça social e direitos humanos. Além de analisar o Concílio Vaticano II, acompanharemos, ainda no primeiro capítulo, a realização da Segunda Conferência do Episcopado Latino-Americano em Medellín (1968), na Colômbia, que significou uma releitura em relação ao Concílio Vaticano II, baseada na realidade latino-americana de injustiça, esperança, juventude, fé e pobreza, incentivando uma movimentação da Igreja em direção aos pobres, ouvindo-os e se aproximando deles. Medellín também legitimou a opção de alguns padres e bispos do então chamado Terceiro Mundo pelos pobres, inclusive do catolicismo radical.

Outro evento que também marcou a história da Igreja Católica na segunda metade do século XX foi a Terceira Conferência Episcopal Latino-Americana, em Puebla (México), entre os dias 27 de janeiro e 13 de fevereiro de 1979. Essa Conferência reforçou as orientações proporcionadas pelos eventos anteriores, e avançou em algumas questões, como de inclusão: além dos pobres era necessário incluir nas preocupações da Igreja os jovens. E mais do que se solidarizar com os pobres, essa Conferência reforçou a necessidade de tentar ajudá-los a se libertar de sua situação de pobreza e marginalidade. Nesse sentido, o conceito de Libertação ganha destaque.

Ainda neste capítulo serão analisados os documentos produzidos pelos três encontros: documentos do Concílio Vaticano II em diferentes formas (constituições dogmática, pastoral e conciliar, decretos e declarações), e os documentos finais das Conferências do Episcopado Latino-Americano de Medellín e Puebla (que falam sobre Promoção Humana, Evangelização e Crescimento na Fé, a Igreja Visível e suas Estruturas, Visão Pastoral da Realidade Latino-Americana, Desígnio de Deus sobre a Realidade da América Latina, Evangelização na Igreja da América Latina, Igreja Missionária a Serviço da Evangelização na América Latina e Sob o Dinamismo do Espírito: Opções Pastorais). Esses documentos fomentaram diversas mudanças na Igreja.

Todas essas mudanças no interior da Igreja Católica contribuíram para o desenvolvimento de uma nova Teologia, chamada de Teologia da Libertação. Nesse sentido, também será realizada uma reflexão sobre essa nova Teologia, que foi importante por possibilitar uma nova perspectiva para padres, bispos e leigos a adotarem um olhar

¹¹ VEIGA, Alfredo César. **Teologia da Libertação: nascimento, expansão, recuo e sobrevivência da imagem do excluído dos anos 1970 à época atual.** São Paulo, Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009. p. 29.

preferencial pelos pobres, a partir de uma nova exegese e hermenêutica para interpretação da Bíblia. A Bíblia então deixa de ser um livro do templo e passa a fazer parte do cotidiano, das lutas e angústias das pessoas.

Por fim, analisaremos como essas mudanças refletiram na sociedade brasileira e nos membros do clero, que tiveram posicionamentos as vezes conflituosos e contraditórios diante da ditadura civil-militar brasileira, levando em consideração a heterogeneidade desta instituição. Assim, será observado os diferentes posicionamentos da sociedade civil, de padres, bispos e Papa diante de todas essas mudanças estudadas neste capítulo.

No segundo capítulo será abordado o surgimento das CEBs no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970, considerando os fatores sociais, econômicos, políticos e eclesiais que favoreceram seu surgimento. Dessa maneira, o surgimento das CEBs estiveram inseridas, por um lado, no contexto da ditadura civil-militar brasileira e, por outro, no contexto das transformações vivenciadas pela Igreja Católica na segunda metade do século XX. O foco principal deste capítulo reside na análise do surgimento e atuação das CEBs na cidade de Campinas no estado de São Paulo, mas sempre levando em consideração o caráter de universalidade que a Igreja pretende alcançar, e, portanto, de não isolamento em relação às demais Igrejas e à sociedade.

Além do surgimento e atuação das CEBs, também serão analisadas suas principais formas de atuação, bem como os fatores que contribuíram para seu fortalecimento e expansão, sobretudo na década de 1970. Após este período de forte atuação das comunidades, em que elas estiveram presentes, para além do âmbito religioso, nas esferas social, econômica e política da sociedade, as CEBs começaram a viver seu período de enfraquecimento, processo que será analisado também neste capítulo.

No terceiro capítulo será realizada uma discussão teórico-metodológica sobre memória e História Oral, uma vez que essa reflexão é importante ao trabalhar com entrevistas. Nesse sentido, serão analisadas as memórias construídas pelos entrevistados sobre a sua atuação nas CEBs, quais os pontos convergentes e divergentes nas entrevistas, quais são as polêmicas e embates de memórias que foram percebidos.

Neste capítulo, a partir de todos os depoimentos realizados serão analisadas as memórias dessas lideranças em Campinas sobre as CEBs, desde os fatores que favoreceram sua origem, fortalecimento e expansão, até o seu enfraquecimento e como elas estão atuando nos dias de hoje. Assim, serão observadas as diferentes visões sobre elas, desde a atuação das CEBs, de sua relação com os movimentos sociais e com a política partidária, até a influência

que a Teologia da Libertação exerceu sobre elas, quais fatores contribuíram para seu enfraquecimento e qual o legado deixado por elas.

A relevância dessa pesquisa está relacionada ao fato de que os estudos sobre movimentos sociais, da Igreja e sobre ditadura civil-militar ainda não foram esgotados. Aliás, mais precisamente o estudo sobre as CEBs ainda é um caminho pouco explorado, sobretudo na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. A análise das ações políticas e culturais das CEBs, em nível local, a partir das lideranças entrevistadas, é importante pois revela que suas ações extrapolaram o plano meramente religioso e engendraram práticas culturais alternativas no enfrentamento político durante a ditadura civil-militar brasileira.

1 AS TRANSFORMAÇÕES NA IGREJA CATÓLICA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Aqui é Dom Helder. Está preso aí (na delegacia) o meu irmão (um homem que estava sendo espancado). O policial levou um susto: Seu irmão, eminência? É. Apesar da diferença de nomes, somos filhos do mesmo Pai.

Dom Helder Câmara

Desde a fundação da Igreja Católica, ao longo de toda sua história, pela necessidade de sobrevivência nos diferentes séculos, a instituição precisou adotar diferentes posturas para se relacionar com a sociedade. Mas durante o século XX aconteceram transformações significativas que fizeram com que os bispos repensassem sua postura no Brasil e no mundo, sobretudo devido à ameaça de enfraquecimento da influência do catolicismo em razão do fortalecimento do protestantismo, bem como o ateísmo e as religiões afro-brasileiras¹² que ganharam maior espaço nesse século.

O papel de um Estado laico foi fundamental para que acontecessem todas essas mudanças. Tendo em vista que Estado laico é diferente de Estado ateu, onde são proibidas todas as formas de manifestações religiosas, o artigo 5º da Constituição Federal do Brasil, em seu inciso VI assegura essa liberdade da seguinte forma: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”.

Nesse sentido, é importante fazer uma reflexão sobre a relação entre religião e política, visto que são esferas diferentes, mas presentes na vida das pessoas. Para tanto, usaremos a discussão proposta por Aline Coutrot,¹³ que embora esteja se referindo à França do século XX, faz um resgate sobre o interesse da História Política em estudar essas instituições. Apesar de força e capacidade para sobreviver em diferentes contextos, as relações entre religião e política sempre foram desprezadas pela história do político, que estava mais preocupada em explorar questões socioeconômicas. Somente no início do século XX, com Charles Seignobos e André Siegfried, começou-se a questionar essa relação e passou-se a valorizar e levar em

¹² GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980) [recurso eletrônico]: a visão da espionagem** / Paulo César Gomes. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 12.

¹³ COUTROT, Aline. “Religião e Política”. In: RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

consideração as forças religiosas “como fator de explicação política em numerosos domínios”.¹⁴

Outros autores também passaram a fazer parte desse movimento para estudar essas instituições, como André Latreille e René Rémond. Com suas diferentes obras, ampliaram o interesse em estudar os bispos, padres, Papas, mas também os cristãos que apenas frequentam as celebrações das missas sem função de grande destaque, “o cristão qualquer”.

Todas essas contribuições só surtiram efeito graças ao alargamento e aprofundamento da pesquisa histórica e dos debates acerca das relações entre religião e política. Benedict Anderson¹⁵ trata da história e ascensão do sentimento nacionalista expondo sua diferença em relação às antigas comunidades religiosas ou dinásticas do século XVIII, afirmando que o “século das luzes” contribuiu para que o sentimento de fé religiosa declinasse, “mas o sentimento que ela ajudava a apaziguar não desapareceu”,¹⁶ reconhecendo assim que existe uma importância na vida de quem professa uma determinada crença.

As Igrejas são corpos sociais, com alguns traços em comum com a política, difundindo um discurso que não se limita a *salvação vs condenação* dos homens, mas também “julgamentos em relação à sociedade, advertências, interdições, tornando um dever de consciência para os fiéis se submeter a eles”.¹⁷

Embora Aline Coutrot esteja se referindo às relações entre política e religião na França do século XX, algumas características podem ser transpostas para a realidade brasileira latino-americana. O ensinamento semanal, por meio das missas, conseguia influenciar na conduta social, política e religiosa dos fiéis, e talvez a obediência a esses ensinamentos tenha sido forte devido ao seu processo de enraizamento: uma família que obedece determinada doutrina ensina seus filhos a praticarem-na, e esse “[...] praticante foi catequizado numa idade em que o indivíduo é muito maleável, fez sua primeira comunhão, cerimônia de grande carga emotiva”.¹⁸ A própria missa possui semanalmente uma valorização afetiva.

Na França, em um primeiro momento as declarações episcopais visavam no início do século XX (mais precisamente até a década de 1930), fazer da Igreja força de segregação,

¹⁴ Ibid, p. 331.

¹⁵ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹⁶ Ibid, p. 38.

¹⁷ COUTROT, Aline. op. cit. p. 334.

¹⁸ Ibid, p. 336.

tentando influenciar inclusive em quem os cristãos deveriam depositar seu voto, mas em um segundo momento o discurso eclesiástico passou a ser incitativo: “uma força de animação no interior da sociedade francesa”.¹⁹ A partir de um trabalho de Alain Lancelot ficou comprovado que os católicos se abstinham de votar menos que a média do restante da população francesa, e uma das possíveis justificativas era a afirmação do clero de que “abster-se é uma falta grave”.²⁰

Nesse sentido, é possível perceber que a religião como uma instituição milenar tem grande capacidade de influenciar no cotidiano de seus fiéis em pequenas coisas como fazer jejum, comer ou não determinado alimento, como a carne numa Quarta-Feira de Cinzas ou Sexta-feira Santa; vestir ou não determinada roupa com ou sem decote, acima ou não do joelho; frequentar ou não determinados ambientes com músicas “do mundo” (que não sejam religiosas), etc.

A religião também consegue em alguns momentos influenciar na política através dos eleitores, estimulando o voto em determinados candidatos, alterando, por conseguinte, os rumos do país/ estado/ cidade. Mas essa influência da Igreja não é algo dado, que sempre aconteceu, pelo contrário, foi sendo construído ao longo de vários momentos de renovação desta instituição, como veremos ao longo deste capítulo.

1.1 Concílio Vaticano II: uma abertura para mudanças eclesiais

A religião é um fenômeno poderoso que pode influenciar em todos os sentidos na vida das pessoas, seja no sentido pessoal – como hábitos, vestimentas, alimentação; no sentido profissional – pensando no comportamento moral diante de situações que põem à prova a honestidade do religioso, que muitas vezes por medo de punição divina, age eticamente; e no sentido coletivo – nas atitudes que influenciam a vida de outras pessoas, como, por exemplo, através da política.

Assim, a religião

opera como um universo compartilhado de símbolos, um conjunto doutrinário que ajuda a construir um determinado sentido para o mundo. Ela contribuiu na

¹⁹ Ibid, p. 341.

²⁰ Ibid, p. 351.

construção de um imaginário, simultaneamente espiritual e político, que favoreceu a imaginação de novos mundos. [...]”²¹

Pensando na Igreja Católica, que é objeto desta pesquisa, ela nunca foi homogênea,²² sendo um erro pensá-la como instituição monolítica. A Igreja é uma instituição cultural com forte capacidade de sobrevivência nos mais diferentes contextos, sempre que necessário promovendo “uma contínua adaptação da tradição às realidades enfrentadas sem, contudo, transformar os fatores considerados fundamentos teológicos da doutrina católica”.²³

Periodicamente a Igreja realiza Concílios Ecumênicos, onde bispos se reúnem para discutir e tomam decisões a respeito de questões doutrinárias ou disciplinares, sendo o primeiro Concílio convocado em 325, pelo Imperador Romano Constantino I, na cidade de Nicéia. Desde então aconteceram mais de vinte Concílios, sendo o mais recente chamado de Concílio Vaticano II.²⁴

O vigésimo-primeiro concílio da História, denominado Concílio Vaticano II, foi convocado através da bula *Humane Salutis* pelo Papa João XXIII em 1961.²⁵ Diferente dos Concílios anteriores, nos quais “o combate a cismas e heresias constituía uma das preocupações dominantes”,²⁶ o Vaticano II “assumiu uma postura diferente em sua preocupação pastoral, ecumênica e missionária. Levou a uma outra autoconsciência da Igreja e a um novo modo de pensar a relação da Igreja com as religiões, os não-crentes, o mundo e a história.”²⁷

Em seu discurso de abertura do Concílio Vaticano II, o Papa João XXIII expôs suas pretensões de “escancarar as portas do Vaticano ‘para deixar entrar um pouco de ar fresco.’” Em seguida,

²¹ CASTRO, Pablo Pamplona de. **De casa em casa: afetos e mobilização popular na memória de Comunidades Eclesiais de Base.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. p. 106.

²² GOMES, Paulo César. op. cit. p. 12.

²³ Ibid, p. 15.

²⁴ MELO, Antônio Alves de. O Vaticano II: origens, avanços, perspectivas Interações. **Cultura e Comunidade**, v. 8, n. 13, jan./jun. 2013.

²⁵ OLIVEIRA, Alexandre Queiroz de. **A Revolução no Paraíso: resignificações do conceito de Libertação na Igreja latino-americana (1968 – 1979).** Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, 2018. p. 96.

²⁶ MELO, Antônio Alves de. op. cit. p. 21.

²⁷ Ibid, p. 21.

[...] deixando atrás de si os muros do Vaticano, começou a visitar os doentes e a distribuir sacramentos como um simples pároco de aldeia, o que lhe valeu o carinhoso apelido de *Giovanni fuorile mura*. Esse gesto, também, em si, se transformou em símbolo de uma Igreja que deixava para trás aquela atitude inversa do papa Pio IX quando se trancou dentro dos muros do Vaticano, dizendo-se prisioneiro de um território minúsculo.²⁸

Noventa dias após sua eleição, o Papa revelou que a Igreja precisava ser renovada, ou de acordo com suas palavras, precisava “de um *aggiornamento*”²⁹ que a colocasse “*em dia com o mundo moderno*”.³⁰

Entre os anos de 1962 e 1965, cerca de 2500 bispos de todo o mundo se reuniram em quatro sessões no Vaticano para debater os caminhos da Igreja.³¹ Esse Concílio “foi o início de uma grande reforma nas bases do catolicismo”,³² pois comparado a séculos anteriores, a Igreja Católica promoveu “uma verdadeira dessacralização de suas posições mais intransigentes”,³³ como por exemplo, em relação à liturgia.

Desse modo, o Concílio Vaticano II levou para o interior da Igreja novos ares, permitindo “maior liberdade no campo litúrgico, pastoral e teológico, inclusive autorizando a adoção da língua nacional no culto e na produção teológica”.³⁴ De fato, mudou o posicionamento da Igreja que já durava vinte séculos a respeito da salvação, pois estava convencida de que “*extra ecclesiam nulla salus*”³⁵ – fora da Igreja não há salvação. Essa mudança de posicionamento da Igreja era um desejo de Ângelo Roncalli, eleito Papa sob o título de João XXIII,³⁶ que mesmo antes da convocação do Concílio já havia publicado em 1961 a encíclica *Mater et Magistra*, e antes de suas conclusões em 1963 publicou *Pacem in*

²⁸ VEIGA, Alfredo César. op. cit. p. 29.

²⁹ “O termo foi usado pelo Papa João XXIII por ocasião da convocação do Concílio Vaticano II para se referir ao desejo de que surgisse uma Igreja que se dirigisse ao mundo não mais com condenações e excomunhões, mas com respeito e vontade para escutar e, sobretudo, adaptando-se aos novos tempos, sem as antigas intransigências e preconceitos.” Ibid, p. 29.

³⁰ Ibid, p. 30.

³¹ OLIVEIRA, Alexandre Queiroz. op. cit. p. 97.

³² VEIGA, Alfredo César. op. cit. p. 29.

³³ Ibid, p. 31.

³⁴ SILVA, Sandro Ramom Ferreira da. **O tempo das utopias: religião e romantismos revolucionários no imaginário da Teologia da Libertação dos anos 1960 aos 1990.** Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2013. p. 19.

³⁵ VEIGA, Alfredo César. op. cit. p. 32.

³⁶ João XXIII participou da primeira sessão do Concílio Vaticano II, as outras três foram no pontificado de Paulo VI.

Terris. Esses documentos, juntamente com o Concílio, contribuíram para aproximar a Igreja da questão da justiça social e dos direitos humanos.

No século XIX muitos cristãos acreditaram que a Igreja iria avançar nas questões sobre liberdade. No entanto, a Igreja continuou sendo muito conservadora no sentido de ouvir as vontades de seus fiéis seguidores, por isso somente em 1946, com muita cautela, o Papa Pio XII falou em democracia, e apenas no Concílio Vaticano II finalmente falou-se em direitos humanos.³⁷ Diante das situações de injustiças e falta de liberdade que muitos países estavam vivendo, a Igreja buscou entender suas práticas “à luz da opção preferencial pelos pobres”.³⁸

O Concílio Vaticano II, realizado entre os anos 1962-1965, produziu diversos documentos em diferentes formas: quatro constituições, sendo duas dogmáticas, uma pastoral e uma conciliar; três declarações e nove decretos:

- Constituição dogmática “*DEI VERBUM*” (sobre a revelação divina)
- Constituição dogmática “*LUMEN GENTIUM*” (sobre a Igreja)
- Constituição pastoral “*GAUDIUM ET SPES*” (sobre a Igreja no mundo atual)
- Constituição conciliar “*SACROSANCTUM CONCILIUM*” (sobre a sagrada liturgia)
- Declaração “*GRAVISSIMUM EDUCATIONIS*” (sobre a educação cristã)
- Declaração “*NOSTRA AETATE*” (sobre a Igreja e as religiões não-cristãs)
- Declaração “*DIGNITATIS HUMANAЕ*” (sobre a liberdade religiosa)
- Decreto “*AD GENTES*” (sobre a atividade missionária da Igreja)
- Decreto “*PRESBYTERORUM ORDINIS*” (sobre o ministério e a vida dos sacerdotes)
- Decreto “*APOSTOLICAM ACTUOSITATEM*” (sobre o apostolado dos leigos)
- Decreto “*OPTATAM TOTIUS*” (sobre a formação sacerdotal)
- Decreto “*PERFECTAE CARITATIS*” (sobre a conveniente renovação da vida religiosa)
- Decreto “*CHRISTUS DOMINUS*” (sobre o múnus pastoral dos bispos na Igreja)

³⁷ LESBAUPIN, Ivo. A Igreja e a ditadura militar. In: ASSIS, João Marcus Figueiredo; RODRIGUES, Denise dos Santos (org.). **Cidadania, movimentos sociais e religião: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 20.

³⁸ ALVES, Laci Maria Araújo. Igreja Católica: imaginário, ditadura e movimentos sociais. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 26, n. 2, p. 192, jul./dez. 2013.

- Decreto “*UNITATIS REDINTEGRATIO*” (sobre o ecumenismo)
- Decreto “*ORIENTALIUM ECCLESiarUM*” (sobre as Igrejas Orientais Católicas)
- Decreto “*INTER MIRIFICA*” (sobre os meios de comunicação social)

Com as quatro constituições, a Igreja diz o que pensa dela mesma, e por isso são documentos que formam a base do Concílio Vaticano II. A constituição dogmática *Dei Verbum* significa *Palavra de Deus* e é um dos documentos mais importantes do Concílio, sendo também o de mais demorada gestação. Sua elaboração demorada “deveu-se ao caráter decisivo da questão sobre a qual versa seu ensinamento: a revelação divina, fundamento da fé e da teologia”.³⁹

A constituição dogmática *LUMEN GENTIUM* significa *Luz dos povos*, e nesse documento há a afirmação de que “A luz dos povos é Cristo”. Com essa constituição, a Igreja

[...] deixa de insistir nos elementos exteriores da organização e do direito, e faz a memória de sua realidade profunda: ser mistério no Mistério de Cristo. Embora possua uma estrutura visível com relações jurídicas e sociais, não se trata de uma multinacional com representações em toda parte sob a direção de um centro administrativo, mas uma realidade de ordem teologal, transcendendo assim os limites de sua visibilidade. Por outro lado, essa visibilidade é inerente à Igreja, podendo ser comparada à ponta visível do grande iceberg que é a ação salvadora de Deus.⁴⁰

A constituição pastoral *GAUDIUM ET SPES* significa *A alegria e a esperança*, e “marcou o encontro da Igreja com o mundo contemporâneo”, interrelacionando

[...] cristologia, eclesiologia e antropologia. Abre o caminho para a superação do dualismo e do espiritualismo que empobreceram, quando não desvirtuaram a salvação anunciada pelo cristianismo. Faz ver que a salvação realizada em Jesus Cristo é visibilizada sacramentalmente na Igreja, opera no ser humano e o transforma na totalidade de seu ser e de seu agir, de seu mundo e de sua história.⁴¹

Por fim, a constituição conciliar *SACROSANCTUM CONCILIIUM*, que apesar de ter sido o documento de mais rápida elaboração e o primeiro a ser aprovado, sendo promulgado

³⁹ MELO, Antônio Alves de. op. cit. p. 31.

⁴⁰ Ibid, p. 28.

⁴¹ Ibid, p. 37.

em 1963, abriu “o caminho para temas que viriam a ser decisivos, dentre eles o mistério da Igreja, o ministério como serviço ao Povo de Deus, a presença da Igreja no mundo”.⁴²

Dentre as principais conclusões do Concílio, destacamos:

[...] a reforma litúrgica, com a simplificação da Missa romana e o uso da língua vernácula; relação de tolerância com os não-cristãos e uma postura ecumênica; apostolado dos leigos; reconhecimento e defesa da liberdade religiosa e dos direitos humanos; nova relação com o Mundo Moderno; a visão da Igreja como comunidade de cristãos, constituintes do Corpo Místico de Cristo; propagação da colegialidade do clero. A expressão italiana *aggiornamento* (que poder ser traduzida por atualização) passou a sistematizar essa modernização da estrutura e das relações clericais promovidas pelo único concílio do século XX.⁴³

Essas determinações tinham como objetivo reforçar o compromisso social da Igreja, pois, como foi definido enfaticamente no Concílio, “a Igreja deveria estar a serviço do mundo”.⁴⁴ Assim, foram produzidos documentos importantes cujas decisões impactaram os bispos latino-americanos, os quais afirmavam a opção preferencial da Igreja pelos pobres. Tais documentos receberam os nomes de cidades onde aconteceram as conferências de Medellín, na Colômbia (1968) e Puebla, no México (1979).

Com a realização do Concílio Vaticano II, o uso da Bíblia ganha outra conotação, deixando de ser um objeto apenas de veneração para ser um livro de uso cotidiano, em todos os aspectos e dimensões do dia a dia:

Também a influência dos documentos do Concílio foi potenciada com o surgimento dos documentos de Medellín e Puebla. Estes documentos recolhem e respaldam uma experiência eclesial que favorece uma nova "Teologia Bíblica" e uma reapropriação e reinterpretação da Bíblia pelo novo crente e oprimido. Esse contato direto do povo com a Palavra de Deus é feito a partir de um critério novo: lê-se a Bíblia confrontando-a com os problemas da vida e da luta do oprimido, possibilitando a redescoberta do "serviço da Palavra" dentro da Igreja e dentro do Mundo; e lê-se a vida a partir da Luz (discernimento) da Palavra. Dá-se uma "leitura auto-implicativa" que é baseada nesses dois momentos (ler a Bíblia na vida e ler a vida na Bíblia). Em outras palavras: a "Igreja dos pobres" é a fonte da nova leitura bíblica. Isso faz com que a leitura da bíblia seja uma 'leitura dos empobrecidos'.⁴⁵

⁴² Ibid, p. 24.

⁴³ OLIVEIRA, Alexandre Queiroz. op. cit. p. 76.

⁴⁴ MATOS, Luiz Augusto de. **A Igreja no Brasil e sua opção pelos pobres: Do concílio Vaticano II à Conferência de Puebla.** Dissertação (Mestrado em Teologia) – Instituição de Ensino, Centro Universitário Assunção, 2008. p. 75.

⁴⁵ Ibid, p. 184.

Assim, é possível perceber que as decisões do Concílio Vaticano II causaram muitas mudanças tanto dentro da Instituição Igreja quanto fora, no cotidiano de muitos leigos. Mas essas mudanças não aconteceram como consequência única e exclusiva dos encontros realizados entre os anos 1962 e 1965, pois foi necessária uma primeira confirmação, numa conferência, em 1968, como veremos no próximo tópico.

1.2 Segunda Conferência Episcopal Latino-Americana em Medellín: um espaço dado aos pobres

Para os países subdesenvolvidos a Igreja apresenta-se como é e como quer ser, como Igreja de todos, e em particular como Igreja dos pobres.

Papa João XXIII

Em consequência do Concílio Vaticano II, foi realizada a Segunda Conferência do Episcopado Latino-Americano em Medellín (1968), na Colômbia, e que “marcou uma nova etapa do catolicismo na América Latina”,⁴⁶ sendo

[...] Fruto de condições históricas sociais e religiosas que tiveram início na década de 1950, esse evento trouxe novas esperanças para o catolicismo. Era a segunda vez que o episcopado desse continente se reunia. A primeira conferência ocorreu em 1959, na cidade do Rio de Janeiro. Priorizou as questões internas da Igreja. Medellín, ao contrário, voltou-se para os problemas da América Latina. [...].⁴⁷

Desse modo, é possível perceber como essa Conferência foi muito importante para a história de toda a Igreja latino-americana:

[...] Esse encontro, pensado originalmente para adaptar a Igreja do continente ao concílio, foi muito mais do que isso. Especialmente em dois dos dezesseis documentos, o *Documento sobre a justiça* e o *Documento sobre a Paz*, Medellín inicia uma nova reflexão teológica, dando lugar central ao pobre e àquilo que passou a se chamar o “pecado estrutural”. É uma primeira expressão daquela que vai se chamar, três anos depois, Teologia da Libertação. [...].⁴⁸

⁴⁶ DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. “Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013 (Coleção O Brasil Republicano, v. 4). p. 113.

⁴⁷ Ibid, p. 113.

⁴⁸ LESBAUPIN, Ivo. op. cit. p. 20.

A partir de Medellín, a Igreja latino-americana ganha “identidade” e “surge uma forma original de fazer teologia, a teologia da libertação e sua opção pelos pobres”.⁴⁹ Conforme Lucília, é possível afirmar que “em Medellín estão as raízes da Teologia da Libertação. Um novo olhar conduz suas propostas – o anseio de libertação do povo latino-americano, a denúncia da violência institucionalizada e a constatação da injustiça social”.⁵⁰

A ideia de realizar a Segunda Conferência nasceu no âmago das discussões do Concílio, “tendo sido formalmente proposta na IX Reunião do CELAM, em 1965, no Vaticano”.⁵¹ Ela “se tornou divisor de águas na história da Igreja latino-americana”,⁵² pois tinha como intuito discutir os problemas do homem e da Igreja no mundo, mas sofreu muita influência de teólogos progressistas, ocupando posicionamento importante no espaço simbólico da libertação, “legitimando durante décadas várias ações políticas e pastorais da ala progressista da Igreja”.⁵³

No discurso de abertura, o Papa Paulo VI afirmou estar inaugurando um período novo na história:

[...] Dizia que o objetivo desta Conferência era trazer vigor, apontar perspectivas, responder aos novos desafios que estão presentes em cada realidade do Continente. Dirigindo-se aos Bispos, o Papa dizia que o lugar deles, seja diante de qualquer problema espiritual, pastoral e social, é do serviço da verdade e da caridade em vistas à construção de uma nova civilização cristã.⁵⁴

Apesar de ter se deparado “com divergências internas e confronto com os governos da época”,⁵⁵ o encontro realizado em Medellín significou uma releitura em relação ao Concílio Vaticano II, baseada na realidade latino-americana de injustiça, esperança, juventude, fé e pobreza, incentivando uma movimentação da Igreja em direção aos pobres:

⁴⁹ SIQUEIRA, Giseli do Prado; BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira; SILVA, Wellington Teodoro da. **A Conferência de Medellín: contexto político-eclesial e a posição sobre a Educação e a Juventude.** Belo Horizonte, v. 16. n. 50, p. 649, maio/ago. 2018.

⁵⁰ DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. “Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)”. op. cit. p. 114.

⁵¹ OLIVEIRA, Alexandre Queiroz. op. cit. p. 130.

⁵² SILVA, Sandro Ramom Ferreira da. op. cit. p. 20.

⁵³ Ibid, p. 20.

⁵⁴ REICHERT, Leonardo. **A influência da Conferência de Medellín na vida eclesial da arquidiocese de Porto Alegre no período de 1968 a 1979.** Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdade de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011. p. 11.

⁵⁵ Ibid, p. 15.

A Assembléia de Medellín vai significar uma reinterpretação com relação ao Concílio Vaticano II. É uma preocupação clara com o homem latino-americano, em suas angústias e esperanças, cativo e libertações, perguntas e expectativas. Agora, o interlocutor, o sujeito principal, é a maioria empobrecida pela situação de dependência, de opressão – contexto que é um fato incontestável, mas não realidade ou destino irrevogável. Por isso, Medellín significou uma opção profética e esperançosa da Igreja pelos pobres, ou seja, um movimento da Igreja em direção aos pobres, ouvindo-os, aproximando-se deles.⁵⁶

Segundo Luiz Augusto de Matos, um dos principais méritos da Conferência de Medellín foi reconhecer a situação de pobreza financeira dos países latino-americanos, tentando solucioná-los: “Também, um grande mérito de Medellín refere-se ao fato de ter reconhecido a situação de miséria e os desequilíbrios estruturais da América Latina e procurado, à luz do Concílio, encontrar caminhos de libertação e uma forma de presença ativa da Igreja no continente.”⁵⁷

Medellín trouxe como inovação a mudança no discurso eclesiológico: “Em suma, não mais bastava uma reforma *na* Igreja, mas urgia que se efetivasse uma reforma *da* Igreja”.⁵⁸ As conclusões desse evento registraram o posicionamento das Igrejas na América Latina frente à opressão, já que o objetivo era “traduzir as determinações do Concílio Vaticano II para a realidade do chamado ‘Terceiro Mundo.’ Durante o encontro, os bispos elaboraram um documento em que condenavam a violência na América Latina e pediam justiça social.”⁵⁹ Desse modo, Medellín sensibilizou diversos setores da Igreja Católica na América Latina, colocando a “questão social como pedra de toque da ação da Igreja no continente”⁶⁰ e de alguma forma marcou o “início oficial da Teologia da Libertação”.⁶¹

Em função disso, o encontro realizado em Medellín, também legitimou a opção de alguns padres e bispos do Terceiro Mundo pelos pobres. As teses terceiro-mundistas afirmavam que a classe operária dos países do Primeiro Mundo perdeu seu potencial revolucionário, e que este último foi transferido das classes trabalhadoras para o Terceiro

⁵⁶ MATOS, Luiz Augusto de. op. cit. p. 83.

⁵⁷ Ibid, p. 85.

⁵⁸ GOMES, Paulo César. op. cit. p. 20.

⁵⁹ Ibid, p. 24-25.

⁶⁰ SILVA, Sandro Ramom Ferreira da. op. cit. p. 145.

⁶¹ Ibid, p. 85.

Mundo, onde as “contradições do capitalismo eram mais candentes”.⁶² Desse modo, na América Latina o catolicismo radical e a corrente teórica e política do terceiro-mundismo ensejaram a construção teórica e política da luta armada, motivando alguns padres a acreditar que estar ao lado dos pobres era estar, inclusive, ao lado dos movimentos guerrilheiros que lutavam por justiça social, ajudando a esconder guerrilheiros em casa ou na Igreja, e as vezes indo para a guerrilha,⁶³ como o sacerdote Camilo Torres Restrepo que morreu em combate em 1966 na Colômbia, ou o padre Alípio Cristiano de Freitas, “que recebeu treinamento militar para a guerrilha em Cuba”.⁶⁴ Assim, a “chamada *Teologia da Libertação* aparecia como fruto dessa radicalização católica”.⁶⁵

Assim, entendemos que Medellín marcou “o início de uma nova etapa para um tipo de teologia que se distanciaria, pouco a pouco, dos modelos europeus e ganharia um rosto próprio, o rosto do Cristo no pobre e no excluído”.⁶⁶ O documento final desse encontro teve a aprovação do Papa Paulo VI um mês após seu encerramento, em 24/10/1968, mas em uma atitude atípica, imediatamente após o encerramento do encontro o Vaticano já havia autorizado sua publicação.⁶⁷

O documento final de Medellín é composto por 16 capítulos, sendo dividido em três partes: a primeira parte *Promoção Humana*, que está dividida em cinco capítulos (1º Justiça, 2º Paz, 3º Família e Demografia, 4º Educação, 5º Juventude); a segunda parte *Evangelização e crescimento na Fé* que está subdividida em quatro capítulos (1º Pastoral Popular, 2º Pastoral de elites, 3º Catequese, 4º Liturgia.); e por fim a terceira parte *A Igreja visível e suas estruturas* que está dividida em sete capítulos (1º Movimentos de Leigos, 2º Sacerdotes, 3º Religiosos, 4º Formação do Clero, 5º Pobreza da Igreja, 6º Pastoral de Conjunto, 7º Meios de Comunicação Social).

⁶² ARAUJO, Maria Paula. “Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina”. In: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos. FERREIRA, Marieta de Moraes & QUADRAT, Samantha Viz (org). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. p. 266.

⁶³ Ibid, p. 265.

⁶⁴ SILVA, Sandro Ramom Ferreira da. op. cit. p. 23.

⁶⁵ SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. **“Por ti, América”**: Luta Armada, Internacionalismo e Latino-Americanismo na trajetória da Junta de Coordinación Revolucionaria. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. p. 54.

⁶⁶ VEIGA, Alfredo César. op. cit. p. 35.

⁶⁷ OLIVEIRA, Alexandre Queiroz. op. cit. p. 146.

A primeira parte trata sobre o tema Justiça, sendo refletido a partir da Bíblia como sinal de igualdade entre todos diante de Deus. Trata sobre a Paz, colaborando “na conscientização e formação de um verdadeiro espírito de paz entre pessoas, comunidades e povos”.⁶⁸ Sobre Família e Demografia, destaca “a família como lugar na qual se realiza a educação para a vida e a fé; como berço da socialização e humanização e que resulta em um desenvolvimento integral da pessoa humana.” No capítulo sobre a Educação, afirma o compromisso da Igreja Latino-Americana em capacitar “o homem latino-americano a tornar-se o agente de seu desenvolvimento” em detrimento da ineficiência e deficiência educacional. Por fim, o quinto capítulo sobre Juventude “faz referência a Carta Encíclica *Populorum Progressio*, ao afirmar que o jovem vive um momento de conflito de gerações”.⁶⁹

A segunda parte intitulada *Evangelização e crescimento na Fé*, afirma no primeiro capítulo que a Pastoral Popular tem como principal objetivo formar a comunidade de maneira que seja sempre missionária, “organizar a pastoral diocesana e paroquial” para evangelizar melhor e “dar formação catequética”.⁷⁰ A respeito da Pastoral de elites,

[...] se constata que muitos vivem sua fé de forma tradicional, porque lhes falta oportunidades para um aprofundamento religioso. Vivem por tradição. Fé e vida ainda caminham separadas. Faz-se necessário uma evangelização que oriente para uma fé viva, operante, adulta, comprometida com a vida do dia-a-dia. Uma evangelização aberta aos sinais dos tempos.⁷¹

O terceiro capítulo denominado *Catequese*, reconhece a importância da catequese para a formação da fé, por isso é necessária uma renovação e adequação catequética para o mundo, usando assim uma linguagem preparada e adequada para o mundo. Tendo como base a Constituição *Sacrosanctum Concilium*, ocorre a renovação litúrgica, sendo recomendado nesse sentido, “uma preparação e planificação da pastoral sacramental comunitária”.⁷²

Na terceira parte, *A Igreja visível e suas estruturas*, o primeiro capítulo Movimentos Leigos destaca a situação em que o leigo se encontra, “a margem da sociedade, alienado e sem acesso aos bens elementares de uma vida digna,” e por isso a importância de uma boa preparação e capacitação para lidar com os desafios. Nesse sentido, o documento final “pede

⁶⁸ REICHERT, Leonardo. op. cit. p. 19-20.

⁶⁹ Ibid, p. 20-21.

⁷⁰ Ibid, p. 21.

⁷¹ Ibid.

⁷² Ibid, p. 22.

que sejam aplicadas as orientações conciliares sobre os leigos de tal forma que eles possam auxiliar no Apostolado eclesial” (segundo capítulo, sobre os Sacerdotes).⁷³

Sobre os Religiosos, o documento ressalta sua missão, “a quem cabe fomentar o espírito apostólico e difundir a vida espiritual em toda a Igreja.” O capítulo sobre a Formação do Clero segue o decreto *Optatam Totius*, e “salienta a importância da formação presbiteral e dá normas práticas destacando a missão do sacerdote.” O quinto capítulo convida todos “à pobreza evangélica. Todos são chamados, sejam leigos, religiosos, presbíteros e Bispos, a dar testemunho de pobreza e desprendimento dos bens materiais, salientado pelo decreto *Presbiterorum Ordinis*”.⁷⁴

Sobre a Pastoral de Conjunto, o capítulo parte da realidade da América Latina, pois a “Igreja quer se organizar, a fim de dar testemunho de unidade,” fundamentando-se no decreto *Ad Gentes*. Por fim, o capítulo intitulado Meios de Comunicação Social destaca-os como “meio de grande utilidade, porque são canais que veiculam a mensagem da boa nova da Salvação”, e a Igreja não pode ficar alheia a eles.⁷⁵

O Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM)⁷⁶ ficou responsável pela publicação oficial do documento final de Medellín. Suas conclusões são compostas

[...] pelo discurso de abertura do Papa Paulo VI; breve apresentação esboçada por Avelar Brandão e Eduardo Pirônio, presidente e secretário-geral do CELAM, respectivamente, escrita dias após a aprovação do texto pela Santa Sé (30 de novembro de 1968); *Mensagem aos povos da América Latina – Nossa palavra, sinal de compromisso*, redigido no último dia da Conferência de Medellín (6 de setembro), sem assinatura, denotando uma autoria colegiada; *Introdução às Conclusões*, também sem assinatura; os “relatórios” das 16 comissões. As Comissões podem ser agrupadas em três grandes núcleos: Promoção Humana, Evangelização e Crescimento da Fé e Igreja visível e suas estruturas. [...]⁷⁷

Após a realização da segunda Conferência de Medellín, em pouco tempo começou a ser sugerida a ideia de realizar uma terceira conferência, por diversos motivos:

⁷³ Ibid.

⁷⁴ Ibid.

⁷⁵ Ibid, p. 23.

⁷⁶ O CELAM foi criado no Rio de Janeiro em 1955, na conclusão da Primeira Conferência Episcopal Latino-Americana, a pedido do Papa Pio XII para se criar um organismo que unisse as forças da Igreja latino-americana.

⁷⁷ OLIVEIRA, Alexandre Queiroz. op. cit. p. 147.

[...] por parte de alguns era revisar Medellín, atenuando certas posições muito progressistas; enquanto para outros o objetivo era aprofundar Medellín, redigindo um texto ainda mais engajado. Nesse sentido, na XVI Assembleia do CELAM (San Juan de Puerto Rico, 1976), o cardeal Sebastião Baggio, que presidia a Pontifícia Comissão para a América Latina e a Congregação para os Bispos, anunciou o desejo do Papa Paulo VI de convocar a III Conferência de bispos latino-americanos. Na carta de convocação, em janeiro de 1978, Baggio clarificou quem seria convocado.⁷⁸

Dessa forma, o desejo de transformação iniciado com o Concílio Vaticano II teve sua primeira confirmação anos depois, em 1968, na Conferência de Medellín, mas também alimentou a necessidade de uma segunda confirmação: a Terceira Conferência de bispos, realizada em Puebla alguns anos depois, como veremos a seguir.

1.3 Terceira Conferência Episcopal Latino-Americana em Puebla: uma confirmação de Medellín

*Se Medellín acentua libertação, Puebla busca comunhão e participação.*⁷⁹

A Terceira Conferência Episcopal Latino-Americana ocorreu entre os dias 27 de janeiro e 13 de fevereiro de 1979, na cidade de Puebla (México). Com forte caráter mariológico,⁸⁰ sua abertura se deu com a homilia (reflexão/ sermão) do Papa João Paulo II, na Basílica de Nossa Senhora de Guadalupe,⁸¹ onde condenou heresias e pregou a unidade da Igreja. Da mesma forma que Paulo VI fez em Medellín, João Paulo II “foi pouco afeito a orientações pastorais e centrou-se em preocupações doutrinárias”.⁸² Assim, o Papa

no discurso inaugural em Puebla, partindo do lugar de pastor universal, lembra que o encontro que se realizará também é de pastores da Igreja. Fortalece essa identidade do encontro. Lembra que não se trata de um encontro de peritos, políticos, cientistas ou técnicos. Ao fazer isso, distingue a verdade humana racional, que não é objeto do encontro, da verdade que vem de Deus. Essa constatação é desnecessária vez que os bispos também compreendiam dessa forma, por força de seus lugares na hierarquia e

⁷⁸ Ibid, p. 239.

⁷⁹ REICHERT, Leonardo. op. cit. p. 30.

⁸⁰ Que se refere a Maria, mãe de Jesus, conforme narrativa bíblica.

⁸¹ OLIVEIRA, Alexandre Queiroz. op. cit. p. 251.

⁸² Ibid, p. 267.

por se tratar de quadros de bem formados e convencidos dos valores da fé cristã católica.⁸³

Puebla não só registrou a “opção preferencial pelos pobres”, conforme aparecia implicitamente nos documentos de Medellín, mas também incluiu a “opção preferencial pelos jovens”, o que aparentemente diminuiu em grande parte o “impacto que o documento trazia quanto à denúncia frente às estruturas sociais injustas e à questão da luta de classes”,⁸⁴ pois “os pobres precisavam de ajuda, assim como os jovens e tal formulação, não indicava rupturas sociais”.⁸⁵ Isso fica claro no número 1132 do documento de Puebla: “Os pobres e os jovens constituem, portanto, a riqueza e a esperança da Igreja na América, Latina, e sua evangelização é, por conseguinte, prioritária”.⁸⁶

No entanto, o conceito que adquiriu centralidade marcante na redação dos documentos foi o de Libertação, “mostrando a permeabilidade do debate”,⁸⁷ muito embora “não houve nenhuma declaração oficial de condenação à Teologia de Libertação, nem de apoio, abrindo então caminhos para muitas interpretações possíveis”.⁸⁸

Em 1979 também foi o ano de fundação do CEBI:

[...] De forte conotação ecumênica, o Centro de Estudos Bíblicos se tornou referência para uma leitura popular da bíblia. Como outras experiências, esta também nasceu de uma realidade prática: o povo, embora desconhecendo o sentido das palavras bíblicas, já convivía, no seu cotidiano, com histórias que eram retratadas ali. A bíblia se torna, assim, ferramenta ideológica que acompanha o povo pobre em busca de justiça.⁸⁹

⁸³ SILVA, Wellington Teodoro da; BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira; SIQUEIRA, Giseli do Prado. **A Conferência de Puebla: contexto e papel da juventude e da educação.** Belo Horizonte, v. 17, n. 54, p. 1437, set./dez. 2019.

⁸⁴ SILVA, Sandro Ramom Ferreira da. op. cit. p. 179.

⁸⁵ Ibid.

⁸⁶ III CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. **Documento de Puebla.** México, 1979, p. 273. Disponível em: http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906182452.pdf. Acesso em: 14 jul. 2022.

⁸⁷ OLIVEIRA, Alexandre Queiroz. op. cit. p. 267.

⁸⁸ SILVA, Sandro Ramom Ferreira da. op. cit. p. 179.

⁸⁹ VEIGA, Alfredo César. op. cit. p. 58.

Além do povo ler a Bíblia e interpretar a realidade a partir dela, Frei Betto⁹⁰ publicou um livreto ilustrado pela Editora Vozes chamado *Puebla para o Povo*, que circulou em diversas comunidades pelo Brasil com o intuito de explicar de maneira didática as determinações de Puebla: “[...] O livreto focava nas questões sociais do continente. As ilustrações mostravam diálogos entre sertanejos, operários, índios e mulheres pobres questionando sobre os rumos da Igreja e sendo respondidos por pessoas do mesmo meio social. [...]”.⁹¹

Além da inclusão dos jovens, através da opção preferencial por eles, na tentativa de incentivar uma pluralidade maior de participantes, Puebla quis a participação do indígena Daniel Caxibi, para representar os indígenas brasileiros. No entanto, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) vetou a participação dele, pois para a instituição não seria correta sua participação numa reunião religiosa contrária aos seus valores. O ex-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Aloisio Lorscheider, se manifestou contra a decisão da FUNAI e o próprio Caxibi explicou que “essa proibição não se tratava de uma proteção, ou respeito, mas o medo da Ditadura brasileira que se denunciasse no exterior a precária situação das comunidades indígenas no Brasil”.⁹²

No que tange à originalidade de Puebla,

[...] A "tendência confirmada" é responsável por retomar a análise da realidade feita em Medellín e, numa coragem profética, procurar ir além em sua interpretação e denúncia - entre outras coisas, por constatar que a situação se agravou nos últimos anos - o que favoreceu evitar uma descrição abstrata de estilos de vida e normas dos setores dominantes, ou uma manobra ideologicamente conservadora que não recolhesse a prática de uma Igreja que se definiu pela libertação dos empobrecidos.⁹³

Puebla traz como novidade no que diz respeito à opção preferencial pelos pobres: um caráter de orientação para sua libertação integral. A novidade dessa opção afirmada em Medellín e renovada em Puebla está no sentido libertador: não basta apenas se solidarizar com

⁹⁰ Autor de 70 livros, Carlos Alberto Libânio Christo, conhecido como Frei Betto, nasceu em 25 de agosto de 1944 em Belo Horizonte. Estudou jornalismo, antropologia, teologia e filosofia. Em 1965 ingressou na Ordem Dominicana em São Paulo, e em 1969 foi preso até 1973. Na prisão escreveu o livro *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*, onde denunciou as torturas que presenciou a presos políticos e frades (como Frei Tito Alencar).

⁹¹ SILVA, Sandro Ramom Ferreira da. op. cit. p. 179.

⁹² OLIVEIRA, Alexandre Queiroz. op. cit. p. 255-256.

⁹³ MATOS, Luiz Augusto de. op. cit. p. 94.

os pobres em sua condição de pobreza, mas tentar ajudá-lo a se libertar das causas estruturais e sociais.⁹⁴ Desse modo, é importante ressaltar que:

A Conferência de Puebla só pode ser entendida como um fato eclesial que reafirma e assegura as posições de Medellín. Se Puebla não traz, talvez, grandes coisas qualitativamente distintas, de propriedades novas, vai, contudo, ampliar o consenso e associar maiores forças para "pontos eixos" no que diz respeito à caminhada promissora da Igreja no Continente. No caso, por exemplo, de "opção pelos pobres", houve um avanço real – foi reforçada a opção numa qualificação de profética e numa perspectiva de conjunto.⁹⁵

Nesse sentido, entendemos que, com a Conferência de Puebla, a Igreja com suas práticas pastorais específicas (catequese, liturgia, eucaristia e diversos movimentos) saiu “reforçada para articular essa sua especificidade religiosa com outras práticas sociais, particularmente políticas”.⁹⁶ Essa é uma ideia muito forte da Teologia da Libertação, que veremos a seguir, e que está interligada à prática pastoral das Comunidades Eclesiais de Base,⁹⁷ que será tema de nosso próximo capítulo.

O documento de Puebla “foi aprovado por 179 votos e apenas um voto em branco. Foram mais de 190 bispos presentes e cerca de 50 teólogos. O Documento foi organizado em cinco partes, não deixando de utilizar, como em Medellín, o método “teológico-pastoral” VER-JULGAR-AGIR. [...]”⁹⁸

A primeira parte trata da “Visão Pastoral da Realidade Latino-Americana”, e está dividida em 4 capítulos (1º Visão Histórica da Realidade Latino-Americana; 2º Visão Sócio-Cultural da Realidade Latino-Americana; 3º Visão da Realidade Eclesial, Hoje, na América Latina; 4º Tendências Atuais e Evangelização no Futuro).

A segunda parte aborda o “Desígnio de Deus sobre a Realidade da América Latina”, e está dividido em 2 capítulos (1º Conteúdo da Evangelização – que trata sobre “A Verdade a Respeito de Cristo, o Salvador que Anunciamos”; “A Verdade a Respeito da Igreja: o Povo de Deus Sinal e Serviço de Comunhão”; “A Verdade a Respeito do Homem: a Dignidade Humana” – e o 2º O que é Evangelizar? – aborda “Evangelização: Dimensão Universal e

⁹⁴ Ibid, p. 95.

⁹⁵ Ibid, p. 92.

⁹⁶ Ibid, p. 108.

⁹⁷ CASTRO, Pablo Pamplona de. op. cit. p. 25.

⁹⁸ SILVA, Wellington Teodoro da; BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira; SIQUEIRA, Giseli do Prado. op. cit. 2019.p. 1430.

Critérios”; “Evangelização da Cultura”; Evangelização e Religiosidade Popular”; “Evangelização, Libertação e Promoção Humana”; “Evangelização, Ideologias e Política”).

A terceira parte do documento de Puebla aborda a “Evangelização na Igreja da América Latina”, e foi dividida em 4 capítulos (1º Centro de Comunhão e Participação – diz respeito a “Família”; “Comunidades Eclesiais de Base”; “Paróquia e Igreja Particular”. 2º Agentes de Comunhão e Participação – “Ministério Hierárquico”; “Vida Consagrada”; “Leigos”; “Pastoral Vocacional”. 3º Meios para a Comunicação e Participação – “Liturgia”; “Oração Particular”; “Piedade Popular”; “Testemunho”; “Catequese”; “Educação”; “Comunicação Social”. 4º O Diálogo para a Comunicação e Participação).

A quarta parte versa sobre a “Igreja Missionária a Serviço da Evangelização na América Latina”, e também está dividido em 4 capítulos (1º Opção Preferencial pelos Pobres, 2º Opção Preferencial, 3º Ação da Igreja junto aos construtores da sociedade pluralista na América Latina, 4º Ação da Igreja em favor da pessoa na sociedade nacional e internacional).

Por fim, a quinta parte do documento esboça o tema “Sob o Dinamismo do Espírito: Opções Pastorais” – essa parte trata do “Planejamento Pastoral”; “O Homem Novo”; “Sinais de Esperança e de Alegria”.

O método teológico-pastoral VER-JULGAR-AGIR está fortemente presente neste documento final. A primeira parte, “Visão Pastoral da Realidade Latino-Americana”, propõe enxergar a realidade da América Latina na perspectiva pastoral (VER). Na segunda parte, “Desígnio de Deus sobre a Realidade da América Latina”, está presente o julgamento dessa realidade (JULGAR). Já na terceira parte, “Evangelização na Igreja da América Latina”, quarta parte “Igreja Missionária a Serviço da Evangelização na América Latina” e quinta parte do documento “Sob o Dinamismo do Espírito: Opções Pastorais”, está presente o AGIR, da metodologia, ou seja, contém diversas alternativas pastorais para intervir nessa realidade latino-americana.

Puebla representou um importante avanço para a Igreja latino-americana, “fazendo germinar em muitos aspectos as sementes plantadas em Medellín”.⁹⁹ A recepção do Concílio Vaticano II realizada pela Conferência de Medellín e reforçada pela Conferência de Puebla

[...] possibilitou o desenvolvimento de uma teologia própria, a partir do contexto histórico em que a Igreja estava. Esta teologia contextualizada, alicerçada na Sagrada Escritura e na Tradição, deu origem a conhecida “Teologia da Libertação”. As reflexões, uma vez feitas e ampliadas, foram sistematizadas na obra “Teologia da

⁹⁹ Ibid, p. 1441.

Libertação: perspectivas”, publicada em 1971, cujo autor é um dos pioneiros desta teologia, o teólogo Gustavo Gutiérrez.¹⁰⁰

Desse modo, percebemos que o Concílio Vaticano II fomentou as duas conferências episcopais latino-americanas (Medellín e Puebla), e esta última, além de reforçar as decisões de Medellín, influenciou no desenvolvimento da corrente teológica que veremos no próximo tópico: a Teologia da Libertação.

1.4 Teologia da Libertação

Seja como for, uma coisa é clara: se alguém quiser fazer uma Teologia da Libertação pertinente é preciso que se disponha a “passar no exame vestibular” junto aos pobres. Só depois de ter sentado nos bancos dos humildes tem condição de entrar na escola dos doutores.¹⁰¹

A Teologia da Libertação é fruto de um movimento maior dentro da Igreja Católica, que, como vimos, possibilitou uma nova perspectiva para padres, bispos, leigos de terem um olhar preferencial pelos pobres, a partir de uma nova exegese e hermenêutica para interpretação das Sagradas Escrituras. Parcela expressiva dos adeptos dessa corrente teológica eram pessoas muito combativas do ponto de vista intelectual, que desejavam transformar a Igreja, e não implementar um cisma.¹⁰² Para alguns, esse movimento pretendia transformar não apenas o interior da Igreja, como também toda a sociedade: “[...] A Teologia da libertação foi assumida por muitos grupos como uma proposta abrangente, voltada para a libertação enquanto exercício da cidadania que visava mobilizar toda a sociedade, e não apenas os católicos”.¹⁰³

Conforme Leonardo Boff e Clodovis Boff,

¹⁰⁰ MÓDENA, Hernane Santos. **A missão da Igreja na contemporaneidade à luz do Vaticano II: os desdobramentos da teologia da missão nas Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano e Caribenho.** Dissertação (Mestrado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2021. p. 123.

¹⁰¹ BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Como fazer Teologia da Libertação.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 39.

¹⁰² SILVA, Sandro Ramom Ferreira da. op. cit. p. 86.

¹⁰³ ALVES, Laci Maria Araújo, op. cit. p. 12.

Quando se fala em Teologia da Libertação pensa-se logo nos conhecidos Gustavo Gutiérrez, Jon Sobrino, Pablo Richard, etc. Contudo, a Teologia da Libertação é um fenômeno eclesial e cultural por demais rico e complexo para indicar somente teólogos de profissão. Trata-se, na verdade, de um tipo de pensamento que atravessa em boa parte todo o corpo eclesial, especialmente no Terceiro Mundo.¹⁰⁴

Sobre a relação da Teologia da Libertação com o marxismo, é importante ressaltar que:

1º) Na Teologia da Libertação o marxismo nunca é tratado por si mesmo mas sempre *a partir e em função dos pobres*. Situado firmemente do lado dos pequenos, o teólogo interroga Marx: “Que podes tu nos dizer da situação de miséria e dos caminhos de superação?” Aqui se submete o marxista ao juízo do pobre e de sua causa e não o contrário.

2º) Por isso a Teologia da Libertação usa o marxismo de modo puramente *instrumental*. Não o venera como venera os Santos Evangelhos. E nem sente a obrigação de dar conta aos cientistas sociais do uso que faz das palavras e idéias marxistas (se as usa corretamente ou não) a não ser aos pobres, à sua fé e esperança e à comunidade eclesial. Para sermos mais concretos, digamos aqui que a Teologia da Libertação utiliza livremente do marxismo algumas “indicações metodológicas” que se revelaram fecundas para a compreensão do universo dos oprimidos, [...].

3º) Por isso também o teólogo da libertação mantém uma relação decididamente crítica frente ao marxismo. Marx (como qualquer outro marxista) pode, sim, ser companheiro de caminhada (cf. Puebla, n. 554), mas jamais pode ser “o” guia. “Porque um só é o vosso guia, o Cristo” (Mt 23,10). Se assim é, para um teólogo da libertação o materialismo e ateísmo marxistas não chegam a ser sequer uma tentação.¹⁰⁵

O elemento inicial da Teologia da Libertação é enxergar Deus nos mais pobres financeiramente, que muitas vezes são excluídos, marginalizados, oprimidos e explorados, mas que deseja libertação.¹⁰⁶ Libertação da opressão racial (negro), étnica (índio) e sexual (mulher).¹⁰⁷ Esse pobre a que a Teologia da Libertação está se referindo é aquele que,

[...] segundo a Conferência de Puebla, vive, de maneiras concretas, “o mais devastador e humilhante flagelo”. Sua pobreza se exprime em situações concretas: “mortalidade infantil, falta de moradia adequada, problemas de saúde, salários de fome, desemprego e subemprego, desnutrição, instabilidade no trabalho, migrações maciças, forçadas e sem proteção”. No rosto dos desvalidos se revela o rosto do Cristo, que tem por eles uma preferência, uma vez que o divino se reconhece nesses rostos.¹⁰⁸

¹⁰⁴ BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. op. cit. p. 23.

¹⁰⁵ BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. op. cit. p. 45-46.

¹⁰⁶ HOLANDA, João Pedro Augusto de. **História, memória e teologia: A tensão histórica e escatológica no Cancioneiro Popular das CEBs**. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2019. p. 113.

¹⁰⁷ BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. op. cit. p. 46.

¹⁰⁸ VEIGA, Alfredo César. op. cit. p. 3.

O pobre não é uma realidade abstrata, pelo contrário, sobrevive à sua situação de vulnerabilidade e penúria. Apesar disso, foi ensinado a ele acreditar e se conformar, pois sua situação de pobreza seria vontade de Deus. Assim,

[...] a reflexão teológica que surge num continente empobrecido precisava, antes de tudo, dar nome e rosto a essa situação desumana. Em seguida, era preciso formar uma rede de solidariedade na qual os pobres pudessem se reunir criando um *espaço sagrado* próprio [sic], e que se revelou *alternativo*, uma vez que o pobre sempre foi tido como *persona non grata* em espaços ocupados pelos representantes do poder político ou religioso.¹⁰⁹

O povo simples se reconhece como aquele que clama pela libertação divina, por isso a Bíblia é interpretada como um reflexo de sua própria vida, “como um guia para a mobilização social e como garantia da opção política de Deus a favor dos oprimidos”.¹¹⁰

Para Scannone¹¹¹ e Gutiérrez¹¹² existem quatro vertentes da Teologia da Libertação. A primeira tem como foco a Teologia da práxis pastoral da Igreja, que considera a questão eclesial e bíblica, apontando “o caráter integral evangélico da libertação”. Essa vertente “não entra diretamente em questões sociopolíticas, usa uma linguagem libertadora, não se utiliza de mediações sócio-analíticas e sim ético-antropológicas”.¹¹³ Essa corrente tem o Cardeal Eduardo Pironio¹¹⁴ como um dos seus expoentes.

A segunda vertente tem como um dos idealizadores Hugo Assmann.¹¹⁵ É uma linha mais radical, que compreende a realidade a partir de uma análise marxista com algumas - alterações: “usa o instrumentalismo da análise marxista, excluindo apenas o materialismo

¹⁰⁹ Ibid, p. 4.

¹¹⁰ SILVA, Sandro Ramom Ferreira da. op. cit. p. 17.

¹¹¹ O padre jesuíta Juan Carlos Scannone (1931-2019), foi considerado um dos fundadores da “teologia do povo”.

¹¹² O teólogo dominicano, peruano Gustavo Gutiérrez Merino (1928) é considerado um dos teólogos mais importantes do século XX, considerado também o “pai da Teologia da Libertação”.

¹¹³ HOLANDA, João Pedro Augusto de. op. cit. p. 24.

¹¹⁴ Cardeal Eduardo Francisco Pironio (1920-1998), foi secretário e presidente do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) de 1968 a 1975. Em 1976, a convite do Papa Paulo VI, foi para Roma conduzir a Congregação para os Religiosos e Institutos Seculares. Em 1984 foi presidente do Pontifício Conselho para os Leigos, na qual organizou as primeiras Jornadas Mundiais da Juventude. *Vatican News*. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2019-12/igreja-argentina-celebrara-centenario-nascimento-cardeal-pironio.html>. Acesso em: 08 jul. 2021.

¹¹⁵ Hugo Assmann (1933-2008) foi teólogo e educador, publicou 41 livros sendo a maioria na área da educação. Foi um dos precursores da Teologia da Libertação no Brasil e na América Latina.

dialético ateu. Neste caso específico a fé não questiona a opção revolucionária assumindo uma função crítica da práxis”.¹¹⁶

O grande expoente da terceira vertente é Gustavo Gutiérrez. Trata-se da teologia da práxis histórica, que se diferencia da anterior “pelo caráter da práxis libertadora pastoral e a política, colocando o problema da transformação radical da sociedade latino-americana. Realiza uma reflexão cristã, de comunidades eclesiais de base, de militantes, de organizações”.¹¹⁷

A quarta vertente é a Teologia da Práxis dos povos latino-americanos, ou como também é conhecida, a Teologia argentina do Povo. Nela são valorizados a “sabedoria popular, o conhecimento sapiencial, a força e a capacidade de libertação da religiosidade popular”.¹¹⁸ O ponto nevrálgico para compreensão desta corrente está “na compreensão do que venha a ser o “povo” – diferente da posição marxista – as correntes de Assmann e Gutiérrez compreendem povo como classe – as classes oprimidas pelo capitalismo – essa vertente entende o povo a partir de uma perspectiva histórico-cultural”.¹¹⁹

Semanas antes da realização do segundo Encontro Episcopal Latino-Americano em Medellín, Gustavo Gutiérrez apresentou uma conferência no Peru, e dela resultou a publicação intitulada *Hacia una Teología de La Libertación*, que foi considerada como premissa de uma obra lapidar da Teologia da Libertação: *Teologia da Libertação, Perspectivas* lançada em 1971.¹²⁰ Contudo, um ano antes da realização da segunda Conferência Episcopal acontece um fato que marcará toda a história da Igreja: a morte do Papa Paulo VI. A partir desse fato, a Igreja começa a caminhar para o lado conservador, condenando a Teologia da Libertação e tudo que tinha crescido com ela.

Em 1978 quando o Papa Paulo VI faleceu, Albino Luciani assumiu seu lugar como Papa João Paulo I, mas seu pontificado durou apenas 34 dias, e em seu lugar Karol Józef Wojtyła ascendeu à cátedra de Pedro como Papa João Paulo II,¹²¹ em homenagem ao seu antecessor. João Paulo II foi

¹¹⁶ HOLANDA, João Pedro Augusto de. op. cit. p. 25.

¹¹⁷ Ibid, p. 26.

¹¹⁸ Ibid, p. 28.

¹¹⁹ Ibid, p. 27.

¹²⁰ SILVA, Sandro Ramom Ferreira da. op. cit. p. 20.

¹²¹ Ibid, p. 171.

[...] o primeiro papa de ascendência eslava, nascido na Polônia, da história da Igreja Católica. O novo pontífice influenciou de forma decisiva nos rumos da Igreja latino-americana em Puebla e nas décadas seguintes. Foi resguardada, principalmente juntos aos católicos latino-americanos, uma imagem carismática e bondosa, respaldada por suas muitas viagens apostólicas e homílias, palavras e gestos de um sacerdote que soube usar da diplomacia e da mídia como formas de propagar suas convicções teológicas e políticas. João Paulo II também endossou uma campanha de combate à ala mais “radical” do clero latino-americano, orientando a Cúria Romana em um modelo mais disciplinador e centralizado.¹²²

Assim, seu pontificado trouxe significativas mudanças na Igreja em toda América Latina, pois

[...] não compreendeu a luta da Igreja latino-americana contra a injustiça social, que tinha raízes no sistema capitalista e na dominação imperial dos Estados Unidos. Seu pontificado criou sérias dificuldades para bispos, padres e leigos comprometidos com a libertação das maiorias oprimidas do continente. Sendo a CNBB a conferência episcopal mais importante da região, foi sobre ela que se exerceu a maior pressão. Assim é que, de um lado, a CNBB se encontrava sob a pressão do regime militar e, de outro, do Vaticano. Ao menos 30 bispos sofreram alguma forma de advertência oficial do Vaticano, em razão de sua atuação no campo sociopolítico.¹²³

No primeiro ano de pontificado, por não se posicionar claramente a respeito da Teologia da Libertação, João Paulo II permitiu diferentes interpretações de acordo com os interesses pessoais de cada um a respeito do tema:

Até sua vinda ao Brasil, parece que o papa João Paulo II realmente ainda deixava espaços para diferentes interpretações sobre o seu pensamento em relação ao cristianismo de libertação na América Latina, incluindo aí sua teologia e a politização do clero voltado para as questões socioeconômicas do continente, mas as cartas recebidas em dezembro no Brasil parecem indicar, de fato, uma tomada de posição mais clara e firme do pontífice [...].¹²⁴

Mas no ano seguinte, em fevereiro de 1979 interveio na ordem dos jesuítas (maior e mais progressista das ordens católicas). Uma matéria publicada na revista *Veja*, nº 705, em 10 de março de 1982, afirmava que o Papa não queria a aproximação da Companhia de Jesus na política e nos sindicatos.¹²⁵

A partir dos anos 1983 e 1984, João Paulo II foi mais categórico para condenar a Teologia da Libertação, no processo conhecido como *Reação Vaticana*. O primeiro

¹²² OLIVEIRA, Alexandre Queiroz. op. cit. p. 245.

¹²³ LESBAUPIN, Ivo. op. cit. p. 32.

¹²⁴ SILVA, Sandro Ramom Ferreira da. op. cit. p. 192.

¹²⁵ Ibid.

documento oficial da Igreja se posicionando sobre o assunto foi preparado pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé e ratificado pelo cardeal Ratzinger. *Instrução Sobre Alguns Aspectos da “Teologia da Libertação”* data de 1984 e “apontou as questões que julgou perigosas à própria Igreja latino-americana e aos povos do continente”.¹²⁶

Em função disso, o pontificado de João Paulo II foi marcado por sua postura anticomunista, de orientação conservadora e centralizadora para o Vaticano. Além disso, o pontificado também condenou a Teologia da Libertação e seus teóricos, censurando publicações e repreendendo bispos que a defendiam. No Brasil, esse contexto foi marcado pela subdivisão arquidiocesana de São Paulo, para dissolver a força dessa teologia.¹²⁷

É importante ressaltar que essa teologia continuou sendo perseguida, com suas publicações suspensas ou dificultadas, mesmo após a morte do Papa João Paulo II. Outros autores sofreram processo do Vaticano, como foi o caso do teólogo jesuíta Jon Sobrino (2007), porque suas obras, segundo sentenciou a Congregação Vaticana, apresentaram “em alguns pontos notáveis discrepâncias com a fé da Igreja”,¹²⁸ essa condenação aconteceu já no pontificado do Papa Bento XVI.¹²⁹

Além de todas essas mudanças a partir da convocação do Concílio Vaticano II, estudar a relação entre a Igreja Católica enquanto instituição, bem como de seus seguidores católicos e a política, se tornou um dos temas mais favoritos no campo sociológico:

As mudanças ocorridas a partir do Concilio Vaticano II, em especial após a Conferência de Medellín ocorrida em 1969, e o compromisso de parte significativa do clero e do laicato com os projetos de transformação social trouxeram novos elementos para a análise e chegaram a redefinir as orientações dos trabalhos que até então consideravam a Igreja como agente legitimador do *status quo*. As novas pesquisas buscavam compreender o debate que até então estava sendo travado dentro da instituição e que, de alguma forma, determinava as novas estratégias estabelecidas para a manutenção da sua influência sobre a sociedade.¹³⁰

Segundo Jessie Jane Vieira, durante a década de 1960, cresceu dentro da Igreja “a percepção de que era necessária uma aproximação radical com os setores populares sob pena

¹²⁶ Ibid, p. 197.

¹²⁷ GOMES, Paulo César. op. cit. p. 36.

¹²⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1487931-5602,00.html>. Acesso em: 01 jun. 2022.

¹²⁹ LESBAUPIN, Ivo. op. cit. p. 32.

¹³⁰ SOUZA, Jessie Jane Vieira de. “A Igreja Católica e a política na Argentina: um debate historiográfico”. *Dimensões – Revista de História da UFES*, v. 20. p. 67, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/issue/view/217>. Acesso em: 20 maio 2022.

de perderem parte significativa do rebanho. Todavia, esta análise não era passível de consenso e havia uma grande disputa dentro e fora da instituição”.¹³¹ Mas foi a partir da Teologia da Libertação que “as pesquisas, produzidas dentro e fora do espaço do catolicismo, passaram a tomar esta instituição como a ‘Igreja dos pobres’, ‘daqueles que não têm voz’, e a consideravam como fator fundamental nos processos sociais que ocorreram até então”.¹³²

A partir dessa reflexão, podemos dizer que a Igreja Católica ao longo de sua história caminhou para diferentes posicionamentos, às vezes conflitantes, conforme a liderança e posicionamento dos padres, bispos e Papa. Todos esses agentes, em conjunto com os leigos, foram fundamentais para que as mudanças ocorressem, sobretudo o Concílio Vaticano II, as conferências episcopais, tais como Medellín e Puebla, bem como para o surgimento, fortalecimento e expansão da corrente da Teologia da Libertação, que movimentou toda a Igreja, a favor ou contra.

Como já pontuamos, a Igreja nunca foi hegemônica, possuindo dentro dela uma pluralidade de posicionamentos diante de qualquer tema, seja religioso ou não. Após as transformações que a Igreja passou desde a convocação do Concílio Vaticano II, no Brasil, ela teve um papel importante no contexto de ditadura civil-militar, pois oscilou de uma posição de apoio ao golpe de 1964 e à ditadura para uma das vozes mais ressonantes contra as violações de direitos humanos durante a ditadura, como discutiremos no próximo tópico.

1.5 Entre o apoio e a resistência: a atuação da Igreja Católica durante a ditadura civil-militar brasileira

Entre o final de março e início de abril de 1964, os militares (com apoio de parcelas significativas da sociedade civil) se articularam para deposição do presidente João Goulart, legitimamente eleito. As direitas civis parlamentares apoiaram o golpe de 1964:

[...] o golpe veio não dos tanques e soldados rebelados, mas da instituição que deveria preservar a legalidade institucional. Na noite de 2 de abril, em franco desrespeito à Constituição que afirmavam defender, as forças conservadoras do

¹³¹ Ibid.

¹³² Ibid, p. 68.

Congresso Nacional declararam a “vacância” da presidência da República, sem discussão no plenário. Com o presidente ainda em território nacional.¹³³

A partir daí foram criados Atos Institucionais que buscaram dar um ar de legitimidade jurídica ao arbítrio e às violações das liberdades. Ao todo foram criados 17 Atos, sendo um dos mais lembrados o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, violando os direitos humanos, pois institucionalizou a tortura, perseguição, assassinatos e tornou ainda mais rígida a censura (artística, jornalística e midiática).

Nesse contexto, houve vários conflitos entre a Igreja Católica e os militares, principalmente devido às prisões de padres e bispos ligados às lutas populares, denúncias de torturas e injustiças sociais:

[...] Em dez anos (1968-1978), sete padres ou seminaristas foram assassinados. Houve inúmeras outras formas de repressão, sendo uma das mais comuns os ataques difamatórios e, muitas vezes, a imprensa se prestou a essa forma de ataque. Dez padres estrangeiros foram expulsos do país. Vinte e nove bispos foram atingidos de uma ou outra maneira. Nenhum deles chegou a ser levado à prisão, mas alguns tiveram suas casas invadidas ou metralhadas (caso de Dom Hélder), documentos expropriados, e um bispo foi sequestrado (Dom Adriano Hypólito). Casas e prédios pertencentes a entidades ligadas à Igreja foram invadidos, publicações foram apreendidas, às vezes na gráfica.¹³⁴

Apesar desses conflitos, a Igreja sempre se manteve fortalecida, pois conforme afirmavam os governantes “as prisões ocorriam por problemas políticos e não religiosos”.¹³⁵

Contudo, havia uma clivagem de posicionamentos dentro da instituição. De um lado a ala progressista, que teve como destaque o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara, famoso internacionalmente: “Os bispos deste grupo pregavam contra a violência do governo e, com igual veemência, contra a injustiça social”. Do outro lado, havia bispos da ala conservadora, na qual teve destaque o arcebispo de Diamantina, Dom Geraldo Proença Sigaud. Eles denunciavam “a ameaça ‘subversiva’ ao Brasil e imperturbavelmente apoiavam o regime militar”.¹³⁶ Os bispos da ala conservadora detinham o controle da Igreja no início do golpe civil-militar, mas com o tempo perderam hegemonia para os bispos progressistas.

A violência repressiva diária e a exclusão social cada vez maior fizeram com que a Igreja – ou sua ala progressista –, se tornasse crítica à ditadura civil-militar na voz da

¹³³ NAPOLITANO, Marcos. op. cit. p. 61.

¹³⁴ LESBAUPIN, Ivo. op. cit. p. 23.

¹³⁵ ALVES, Laci Maria Araújo. op. cit. p. 206.

¹³⁶ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 7. ed, São Paulo: Paz e Terra, 1988. p. 272.

CNBB,¹³⁷ sendo “reconhecida pelo Vaticano como voz autorizada da Igreja no Brasil”.¹³⁸ Por isso, é necessário salientar que Igreja e CNBB não são sinônimos¹³⁹ e, não obstante,

apesar de ser a autoridade máxima da Igreja no Brasil, a CNBB não era a única expressão do catolicismo institucional no país. Nesse período, um grande número de conferências episcopais regionais passava por mudanças e, assim, incitava debates sobre questões sociais e políticas. Portanto, não se pode negar que havia tensões entre a CNBB e outros setores da Igreja. Em muitos momentos em que a instituição se omitiu acerca de questões político-sociais, outros setores enfatizavam suas posições reformistas.¹⁴⁰

A CNBB foi fundada em 1952, considerada uma das primeiras conferências episcopais do mundo, e tinha o intuito de centralizar os poderes eclesiais. Foi fruto do trabalho de Dom Hélder Câmara e Dom Carlos Chiarlo, contando “com a aprovação do monsenhor Giovanni Montini, secretário de Estado do Vaticano e futuro Papa Paulo VI”.¹⁴¹ A CNBB na década de 1970 “teve um papel fundamental no trabalho de denúncia das arbitrariedades do regime”, e se tornou “um dos atores mais importantes da oposição”. Não por acaso, recebia diariamente denúncias de violência e passaram a ser alvo dos militares.¹⁴²

Mas nem sempre foi assim. No início da ditadura civil-militar, vários setores do clero e a própria CNBB foram simpáticas ao golpe civil-militar.¹⁴³ Mesmo bispos consagrados como defensores dos direitos humanos pela historiografia, como Dom Paulo Evaristo Arns, foram inicialmente favoráveis aos militares. Muito se destaca o papel de defensor dos direitos humanos que ele assumiu, já que Dom Paulo “[...] fazia visitas inesperadas aos presídios; denunciava abusos de poder nas missas e, quando possível, na imprensa e se tornou uma figura pública à qual as vítimas da repressão confiavam em recorrer”.¹⁴⁴ Contudo, muitas vezes sua postura de conivência no início da ditadura civil-militar é esquecida. Dom Paulo

¹³⁷ NAPOLITANO, Marcos. op. cit. p. 283.

¹³⁸ GOMES, Paulo César. op. cit. p. 19.

¹³⁹ Ibid.

¹⁴⁰ Ibid, p. 23.

¹⁴¹ Ibid, p. 18.

¹⁴² Ibid, p. 29.

¹⁴³ Ibid, p. 14.

¹⁴⁴ KOPANYSHYN, Emanuelle. **A ação política dos bispos católicos na ditadura militar:** os casos de São Carlos e Assis. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. p. 45.

chegou a se deslocar “de Petrópolis, onde morava, a Três Rios para abençoar a chegada das tropas do general Mourão Filho ao Rio de Janeiro, em 1964”.¹⁴⁵

No entanto, com o passar do tempo, conhecendo as denúncias de tortura, perseguição e desaparecimento, alguns desses bispos adotaram uma postura combativa:

[...] Assim, a Igreja Católica assumiu posicionamentos diversos e por vezes contraditórios com relação ao governo dos generais. Se, inicialmente, apoiou o golpe, sobretudo através da sua Conferência Episcopal – que emitiu um documento oficializando tal posição –, tornar-se-ia, anos mais tarde, a mais importante denunciante das arbitrariedades cometidas e defensora dos direitos humanos.¹⁴⁶

Mas alguns mantiveram seus posicionamentos e convicções mesmo diante das inúmeras denúncias de arbitrariedade contra a ditadura civil-militar. Por exemplo, o arcebispo da Arquidiocese de São Paulo, Dom Agnelo Rossi, que teve posições muitas vezes ambíguas e contraditórias em relação à ditadura:

[...] Logo em 1965, elogiou publicamente as reformas sociais realizadas por Castelo Branco. Por outro lado, defendeu as vítimas da repressão, sobretudo quando eram membros da Igreja, chegando mesmo a recusar uma condecoração militar às vésperas da decretação do AI-5. Ainda assim, em 1969, por exemplo, ele impediu que fosse publicado no jornal O São Paulo um editorial escrito pelo então padre Amaury Castanho, condenando a tortura aos padres dominicanos. Naquele mesmo ano, chegou a apoiar o direito de o governo estabelecer a pena de morte. Sua gestão em São Paulo foi marcada pela forte relutância em criticar publicamente o regime. Achava exageradas as denúncias sobre a existência de tortura e condenava a campanha internacional contra a ditadura levada a efeito por alguns membros do episcopado. Em suas viagens ao exterior, buscava amenizar a situação do desrespeito aos direitos humanos no país.¹⁴⁷

Em outro momento, Dom Agnelo desmentiu Dom Hélder Câmara em relação às denúncias de tortura e perseguição no Brasil:

Apesar das diversas limitações impostas pela censura, a imprensa brasileira continuou a ser um importante meio de divulgação do posicionamento dos bispos. Contudo, nem todos os membros do episcopado brasileiro se utilizavam dela para se opor ao governo. Em maio de 1970, por exemplo, o CI/DPF [Centro de Informações do Departamento de Política Federal] registrou que dom Agnelo Rossi declarara ao jornal O Globo que, ao contrário do que dom Hélder vinha propagando, não havia tortura de presos políticos no Brasil. Essa declaração de dom Agnelo foi reproduzida

¹⁴⁵ GOMES, Paulo César. op. cit. p. 30.

¹⁴⁶ GEROMEL, Bárbara. Igreja Católica, Ditadura e Memória no Brasil. **Revista Ars Historica**, n. 22, p. 122, jul./dez. 2021.

¹⁴⁷ GOMES, Paulo César. op. cit. p. 30.

pela revista chilena Mensaje. Ainda assim, são raros no acervo dos órgãos de informações os dados sobre bispos que apoiavam abertamente o governo.¹⁴⁸

Dom Hélder Câmara merece destaque na Igreja por denunciar internacionalmente as arbitrariedades no Brasil:

[...] Ele era constantemente convidado para proferir conferências no exterior e nessas oportunidades denunciava a situação política do país e os casos de tortura empreendidas pelo regime militar. As denúncias feitas eram veiculadas na imprensa internacional, desagradando ao governo e desencadeando uma violenta campanha difamatória, difundida por alguns veículos de comunicação, que o acusava de envolvimento com o comunismo internacional e que suas viagens ao exterior eram pagas pelo Partido Comunista.¹⁴⁹

A situação da Arquidiocese de São Paulo só mudou com a nomeação de Dom Paulo Evaristo Arns em novembro de 1970, que teve papel de destaque no enfrentamento à ditadura civil-militar, pelas suas atitudes e também, talvez “porque em nenhum outro lugar do país a repressão foi mais intensa do que em São Paulo”, sendo

[...] inúmeros os relatos de casos em que o bispo interveio em favor dos presos políticos, mesmo em se tratando de ditaduras de outros países da América Latina. Ele fazia visitas inesperadas aos presídios; denunciava abusos do poder nas missas e, quando possível, na imprensa; contatava autoridades nacionais e estrangeiras etc. Dom Paulo fez de sua figura um porto seguro ao qual as vítimas dos arbítrios da repressão podiam recorrer.¹⁵⁰

Mas outros bispos também se posicionaram a favor dos militares. Dom Geraldo Sigaud é outro exemplo, chegando a denunciar

[...] os principais líderes católicos que, segundo ele, estavam lutando pela derrubada da ordem estabelecida e pela implantação do marxismo, entre os quais dom Hélder, dom Waldyr Calheiros, dom David Picão, dom Cândido Padin e dom Antônio Fragoso. E, por fim, recomendou uma ação enérgica do governo, e do papa Paulo VI contra as ações desses bispos “inimigos da Igreja de Cristo e dos governos soberanos e democratas”. Deve-se notar que, a despeito do conhecido conservadorismo de Geraldo Sigaud, não deixa de ser chocante que ele recomendasse ao governo a repressão de outros bispos.¹⁵¹

¹⁴⁸ Ibid, p. 87.

¹⁴⁹ SYDOW, Evanize, FERRI, Marilda. **Dom Paulo Evaristo Arns: um homem amado e perseguido**. Petrópolis, Vozes, 1999. p. 104.

¹⁵⁰ GOMES, Paulo César. op. cit. p. 87.

¹⁵¹ Ibid.

Por outro lado, D. Waldyr Calheiros, bispo da Diocese de Barra do Piraí/ Volta Redonda, anunciou em suas missas o início da ditadura e relembrou que seu superior hierárquico, cardeal Dom Jaime, enviou seu secretário para tentar dissuadi-lo:

[...] E eu na missa falei: “Infelizmente nós estamos em uma ditadura”. Aquilo foi um problema, mas o pior é que o meu chefe, o cardeal, D. Jaime Câmara, mandou o secretário dele falar comigo, porque apoiou a ditadura. Ele mandou dizer que é gente séria, aquele negócio que houve lá em São Paulo, a marcha de Deus pela pátria e pela família, aquilo também, que jogaram e aproveitaram a igreja lá em São Paulo para jogar aqui no Rio. Como se a igreja tivesse apoiando e apoiou, não é que se tivesse, apoiou naquele início totalmente a ditadura. Então, ele veio pedir para eu compreender um pouco mais. Eu não vou discutir com autoridade, respeito, mas eu tenho a minha liberdade também de ajudar que eles vejam outro ponto. A ditadura veio nessa ocasião foi quando eu fui eleito bispo, no mesmo ano da ditadura. Eu sou bispo da ditadura militar. [risos] A ditadura em abril, eles não querem que seja abril não.¹⁵²

Embora alguns membros do clero e da sociedade civil tenham se posicionado contra a ditadura civil-militar desde o início, suas vozes foram ganhando eco posteriormente à medida que foram ocorrendo as arbitrariedades cometidas pelos militares. A tentativa de silenciar Dom Waldyr pode ser vista como um reflexo para entender a maneira que grande parte da sociedade se posicionou, pelo menos naquele momento inicial.

Não apenas alguns setores da Igreja mudaram de posicionamento, como também parcelas significativas da sociedade civil ligadas a ela. Por exemplo a realização do Comício da Central do Brasil no Rio de Janeiro, realizado no dia 13 de março de 1964 por setores da esquerda, incentivou que alguns setores favoráveis ao golpe civil-militar realizassem uma manifestação como resposta. Assim, em São Paulo no dia 19 de março, dia de São José, considerado pela Igreja o padroeiro da família, o santo que também simboliza o trabalhador foi mobilizado para atrair diferentes categorias de trabalhadores a se posicionarem contra João Goulart.

Desse modo, a população foi às ruas:

As ruas do centro de São Paulo ficaram tomadas por uma grande multidão, calculada em 500 mil pessoas, que empunhava cartazes anticomunistas e contra o governo e sua agenda reformista. Patroas de cabelo com laquê e empregadas domésticas não muito confortáveis estavam lado a lado, contra o fantasma do comunismo. Religiosas, políticos, lideranças de classe também estavam presentes à passeata. Organizada pela União Cívica Feminina, uma das tantas entidades femininas conservadoras e anticomunistas que existiam no Brasil da época e que passaram a

¹⁵² CALHEIROS, D. Waldyr. Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro – UFRJ). Volta Redonda, 11 de junho de 2011. Laboratório de Estudos do Tempo Presente, Núcleo de História Oral da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ser ativistas exaltadas contra a esquerda, a marcha teve o apoio de mais de 100 entidades civis.¹⁵³

Participaram também dessa mobilização, empresários, padres e políticos de direita, e esse evento foi denominado de Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Todavia, parcelas da sociedade que em um primeiro momento apoiaram esse evento, foram paulatinamente mudando de posicionamento:

A ditadura militar viu, logo após um período inicial de aceitação, um vertiginoso crescimento da oposição. Parte das classes médias que haviam apoiado o golpe, amedrontadas por uma forte propaganda da Igreja Católica - as famosas Marchas da Família com Deus pela Liberdade -, afasta-se do governo quando este mostra a verdadeira face, com as amplas cassações e a profunda repressão aos sindicatos e demais órgãos de representação trabalhista. [...] ¹⁵⁴

Dois eventos contribuíram para a mudança de postura de alguns membros da Igreja Católica. O primeiro deles foi a morte do estudante secundarista Edson Luís, de 16 anos, pela polícia com tiros de metralhadora, em 28 de março de 1968. No dia 4 de abril de 1968 foi realizada a missa de sétimo dia, conforme ritual do catolicismo, e essa missa fúnebre aconteceu na Igreja da Candelária, com a participação de cerca de 30 mil pessoas.¹⁵⁵ As repressões nas missas fizeram com que a Igreja se unisse à oposição para:

[...] protestar publicamente contra a invasão do templo e o ataque premeditado a padres e fiéis desarmados durante serviços religiosos. A firme posição adotada pela hierarquia religiosa propiciou uma aliança informal: os estudantes eram agora abertamente apoiados pela Igreja, a imprensa e, de modo geral, as classes médias do Rio de Janeiro, que poucos anos antes haviam apoiado o golpe militar por medo de uma ditadura comunista. [...] ¹⁵⁶

O segundo evento que mobilizou a Igreja e fez com que outra parcela da população e da Igreja se posicionasse contra a ditadura foi a morte do estudante Alexandre Vannucchi Leme. Preso no dia 16 de março de 1973, não resistindo às torturas, morreu em 17 de março em São Paulo. A polícia apresentou duas versões para sua morte, a oficial publicada pela

¹⁵³ NAPOLITANO, Marcos. op. cit. p. 54.

¹⁵⁴ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia A. Neves (org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção O Brasil Republicano, v. 4). p. 256.

¹⁵⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984. p. 118.

¹⁵⁶ Ibid, p. 119.

imprensa – que o colocava entre as vítimas de atropelamento – e a versão que circulava dentro da prisão – de que ele havia se suicidado com um corte no pescoço. A missa em sua memória foi realizada no dia 30 de março de 1973, na Catedral da Sé, em plena véspera do aniversário da “Redentora” (data que João Goulart foi deposto), deixando os setores mais conservadores insatisfeitos.¹⁵⁷

A rigor, essa missa foi o primeiro ato público de massa contra a ditadura civil-militar desde 1968.¹⁵⁸ A morte de Alexandre Leme “fez com que a cúpula da Igreja Católica no Brasil abraçasse definitivamente o tema dos direitos humanos como eixo principal das críticas ao regime”.¹⁵⁹ Desse modo, a Igreja comprometida com sua opção preferencial pelos pobres, passa a ser também porta-voz e refúgio dos perseguidos pela repressão do Estado.¹⁶⁰

Uma importante iniciativa e demonstração de compromisso e opção preferencial pelos pobres foram os temas da Campanha da Fraternidade,¹⁶¹ que teve grande importância no sentido de conscientizar “setores populares e também de classe média ligados à Igreja”. A partir de 1973, a Campanha passou a ter temas voltados para questões sociais, como “Repartir o Pão” em 1975, “Trabalho e justiça para todos” em 1978 e “Preserve o que é de todos” em 1979.¹⁶²

De todo o mundo, o país que mais esteve comprometido e preocupado em “fortalecer o compromisso da fé com os direitos humanos” foi o Brasil,¹⁶³ e esse compromisso incluía justiça social:

A falta de liberdade política impedindo, assim, a organização de canais alternativos de participação da população em defesa de seus interesses, leva a Igreja, cada vez mais, a assumir a causa dos marginalizados. É um compromisso que a Igreja intensifica ao se defrontar com um novo contexto social e político que exclui a grande maioria de ter os direitos fundamentais respeitados. [...]¹⁶⁴

¹⁵⁷ NAPOLITANO, Marcos. op. cit. p. 220.

¹⁵⁸ Ibid, p. 220.

¹⁵⁹ Ibid, p. 219.

¹⁶⁰ BALDISSERA, Adelina. **CEBs: poder, nova sociedade**. São Paulo: Paulinas, 1987, p. 33.

¹⁶¹ É uma Campanha em nível nacional, e consiste num conjunto de atividades desenvolvidas todos os anos durante a quaresma, com início na Quarta-Feira de Cinzas até a Sexta-feira da Paixão (ambas as datas constam no Calendário Gregoriano). A CNBB aprova um tema e um texto-base com imagens, e a partir desses e outros materiais sobre o tema escolhido, são realizadas diversas atividades na Igreja (círculos bíblicos, liturgias etc.).

¹⁶² LESBAUPIN, Ivo. op. cit. p. 31.

¹⁶³ GOMES, Paulo César. op. cit. p. 33.

¹⁶⁴ MATOS, Luiz Augusto de. op. cit. p. 74.

Assim, a Igreja Católica no Brasil se tornou conhecida em todo o mundo devido a sua postura combativa.¹⁶⁵ Por isso, a nomeação do Papa João Paulo II representou alívio para os militares, já que o Papa questionou o “excesso de autonomia da CNBB – que tinha quase dez por cento do episcopado mundial – e aumentou a prudência em relação às iniciativas da entidade”.¹⁶⁶ Em função disso, a Igreja e a CNBB passaram a viver uma onda conservadora no final da década de 1970, onde o Papa ignorou “grande parte das inovações dos bispos brasileiros e tomou as rédeas da situação, com vistas a diminuir o poder da Conferência”.¹⁶⁷

Sobre o posicionamento dos bispos em relação ao Papa, os militares não compreenderam totalmente, pois

[...] apesar do forte simbolismo e da importância da figura do papa, os bispos têm grande autonomia, o que muitas vezes não era entendido pelos militares, que viam seus protestos como uma quebra de hierarquia no interior da Igreja. O papa é, pela tradição, o guia da política e o intérprete infalível da doutrina; já os bispos não são apenas os representantes do papa, mas também chefes da instituição católica.¹⁶⁸

Apesar de todas essas mudanças, a Igreja continuou sendo um espaço onde discussões políticas eram permitidas. Mas é um equívoco afirmar que a Igreja atuou amplamente e radicalmente contra a ditadura civil-militar, e em favor das decisões do Concílio Vaticano II, de Medellín e do que foi reafirmado em Puebla:

[...] Se, em determinado momento, a voz dos bispos que se opunham ao governo pareceu soar mais alto, mesmo na década de 1970, quando as relações entre o Estado e a Igreja estiveram bastante estremecidas, não se pode falar que tenha havido uma ruptura total. As duas instituições sempre buscaram manter espaços de negociação, pois ambas entendiam a necessidade de conservar boas relações.¹⁶⁹

A categoria de “bispo progressista” ganhou força durante o processo de redemocratização, quando “ao se construir a memória do período da ditadura, consolidou-se uma narrativa heroizante sobre a CNBB e outras entidades”.¹⁷⁰ Sendo assim, o “[...] estereótipo do bispo-herói veio também da própria Igreja, na tentativa de esconder sua história

¹⁶⁵ GOMES, Paulo César. op. cit. p. 99.

¹⁶⁶ Ibid.

¹⁶⁷ Ibid, p. 101.

¹⁶⁸ Ibid, p. 14.

¹⁶⁹ Ibid, p. 113.

¹⁷⁰ Ibid, p. 111.

de colaboração com o regime, em uma sociedade civil mobilizada que teria deposto o regime”.¹⁷¹

A reconstrução dessa memória que supervaloriza a resistência da Igreja e deixa de lado o apoio e conivência em vários momentos, não é um fenômeno exclusivo para pensar a memória sobre a Igreja, mas também em relação a toda a sociedade civil. É o que Daniel Aarão Reis em *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*¹⁷² chama de “deslocamentos de sentido”, conforme citado por Izabel Priscila Pimentel da Silva que, ao analisar a construção das memórias acerca da ditadura, constata que:

[...] entre o *apoio irrestrito* à ditadura civil-militar e a *luta armada*, houve *múltiplas* possibilidades de *relações* estabelecidas entre a sociedade e a ditadura, ainda que a construção da memória que se tornou vitoriosa e, portanto, coletiva, (fundamentada, especialmente, nos depoimentos de ex-militantes políticos), parta, sobretudo, da *negação das responsabilidades* da sociedade civil na implantação e manutenção da ditadura, provocando o que Daniel Aarão Reis chama de “deslocamentos de sentido”, ao apresentar as esquerdas revolucionárias como parte de uma *resistência democrática*, que só pegou em armas motivada pelo próprio regime, que tornou inviável qualquer oposição democrática. A sociedade, por sua vez, teria, ao longo de todo o tempo, repudiado a ditadura como se esta fosse um “corpo estranho”, vencido pelas forças da democracia, que, nesta ótica, sempre teria estruturado a sociedade brasileira.¹⁷³

Por isso não se pode generalizar o apoio ou a oposição de toda a sociedade, pois entre um polo e outro havia muitas possibilidades e obviamente, pensando na Igreja, cada membro do clero recebeu as orientações do Vaticano e as absorveu de maneiras distintas, de acordo com seu contato com a sociedade civil e seus valores pessoais.

Inicialmente, as reações conservadoras não foram capazes de impedir as mudanças que influenciaram não só nas igrejas do Brasil e na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), mas também no surgimento de uma nova forma de organização político-religiosa: as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), como também em outros movimentos, por exemplo, os de bairro. Somente no final da década de 1970 esse quadro iria mudar, conforme já analisamos.

Dentro de um contexto de renovação na Igreja Católica e ascensão dos movimentos sociais na luta contra a ditadura e pelas liberdades democráticas, o “apoio dos bispos deu um

¹⁷¹ Ibid, p. 114.

¹⁷² AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

¹⁷³ SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. **Os filhos rebeldes de um velho camarada: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2009. p. 195-196.

impulso importante para que as CEBs se tornassem a principal forma de organização” das pessoas socioeconomicamente desfavorecidas, que viram nas Comunidades Eclesiais de Base “uma possibilidade de lutar por seus direitos”.¹⁷⁴ O surgimento das CEBs no Brasil e sua atuação durante a ditadura civil-militar brasileira serão os temas do nosso próximo capítulo.

¹⁷⁴ JUNIOR, Nadir Lara. Ideologia político-religiosa x político-pragmática: o caso dos movimentos sociais no Brasil. *In*: ASSIS, João Marcus Figueiredo; RODRIGUES, Denise dos Santos (org.). **Cidadania, movimentos sociais e religião**: abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 85.

2 DITADURA CIVIL-MILITAR E AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE: UMA ANÁLISE DAS CEBs DE CAMPINAS

O desafio das CEBs é estabelecer uma ação capaz de superar a questão do “padrocentrismo”, “bispo-centrismo”, “diaco-centrismo” e “leigo-centrismo”, e firmar o propósito de sermos a Igreja que Deus espera para este milênio: uma Igreja missionária, ministerial, mais feminina e ecumênica, sinodal e em saída a serviço da vida plena para todos e todas, optando mais ainda pelos pobres, marginalizados e excluídos.¹⁷⁵

O século XX foi marcado por diversas transformações na Igreja Católica, como vimos, sobretudo através da convocação do Concílio Vaticano II e das Conferências Episcopais Latino-Americana. A realização desses eventos possibilitou a concretude das mudanças realizadas, que foram importantes por aproximar a Igreja dos problemas vividos pela sociedade. Desse modo, questões ligadas aos Direitos Humanos foram sendo cada vez mais reforçadas, movimentando a Igreja em prol dos economicamente mais pobres e, no contexto de ditadura civil-militar, ao lado dos perseguidos e torturados.

No bojo dessas transformações, foram criadas no Brasil as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a partir da década de 1960, já nesse contexto de ditadura civil-militar. Essas comunidades levaram para junto da Igreja muitas pessoas que enfrentavam alguma luta socioeconômica (desemprego, falta de moradia, água, luz, alimento etc.), e que foram personagens muito importantes no processo de resistência às arbitrariedades cometidas pelo governo golpista.

Assim, é importante discutir a atuação da Igreja Católica ao longo da ditadura civil-militar no Brasil entre 1964-1985, não encarando-a como uma instituição monolítica ou homogênea, tendo em vista que durante este período essa mesma instituição se posicionou de maneira ambígua e mesmo contraditória a partir de seus membros. Para Scott Mainwaring: “É impossível compreender o papel da Igreja na América Latina de hoje sem levar em consideração as organizações de base, especialmente as comunidades eclesiais. [...]”¹⁷⁶

¹⁷⁵ 15º ENCONTRO INTERECLESIAL DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE. CEBs: igreja em saída na busca da vida plena para todos e todas: texto-base. Organização Ampliada Nacional das CEBs do Brasil. Cuiabá: Ed. dos Autores, 2022, p. 129.

¹⁷⁶ MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. Tradução: Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 12.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é analisar o processo histórico de formação das Comunidades Eclesiais de Base, e sobretudo, o surgimento e atuação das CEBs da cidade de Campinas, no Estado de São Paulo.

2.1 As primeiras Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no Brasil

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) surgiram em todo o Brasil nesse contexto de repressão no qual, mesmo durante o momento da chamada abertura política “lenta, gradual e segura”, atuar politicamente ainda oferecia riscos, tais como perseguição, prisão, tortura ou morte a todos aqueles que se posicionassem contrariamente ao governo civil-militar.

Desse modo, ao suprimirem os canais de participação política abertos até então à sociedade, a ditadura civil-militar fez com que essa mesma sociedade excluída e sem direito de opinar, buscasse outros espaços como alternativa para se organizar. Um dos espaços possíveis para isso era uma instituição que não estivesse submetida aos poderes políticos dos governos temporários vigentes, isto é, a Igreja Católica, já que:

[...] Os militares não tinham como decretar a destituição de D. Paulo Evaristo Arns, como arcebispo de São Paulo, nem podiam nomear um general da reserva para presidir a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Nas demais instituições brasileiras, não havia nenhum empecilho para que isso fosse feito.¹⁷⁷

Mas, afinal, o que foram as Comunidades Eclesiais de Base? Quando e como surgiram? De que maneira essas comunidades influenciaram na sociedade? O que elas trouxeram de novidade? Elas ainda existem?

Frei Betto define as CEBs da seguinte forma:

São *comunidades*, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma Igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São *eclesiais*, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São *de base*, por integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas-de-casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, na periferia urbana; na zona rural, assalariados

¹⁷⁷ BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985. p. 22.

agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares. Há também comunidades indígenas. [...]”¹⁷⁸

Assim, as CEBs são grupos de pequena extensão que foram sendo organizados no meio rural em torno da capela, e no meio urbano em torno de uma paróquia, por iniciativa dos moradores mais próximos ou mesmo dos membros do clero, sejam padres ou bispos.

No que tange à sua origem, ainda é objeto de discussão: “As primeiras surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, Arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda, segundo outros [...]”¹⁷⁹ Sandro Ramom Ferreira da Silva afirma que as primeiras comunidades surgiram no final da década de 1960 espalhando-se

[...] pelo Brasil e pela América Latina com muita força nos anos 1970 e alcançaram uma espécie de apogeu nos anos 1980. Em quase todas elas há um núcleo duro, que permanece no seu interior durante muitos anos, conduzindo-a, e um número mais fluido de participantes que eventualmente procuram a comunidade para receber algum sacramento ou auxílio material por algum tempo. As Cebes nas décadas de 1970 e 1980 eram pensadas, de fato, como um novo jeito de ser Igreja. Menos centralizada e onde os fieis alcançavam espécie de maioria religiosa. Pois nelas muitos atuam como ministros do batismo, da Palavra, da Eucaristia. São leigos que recebem uma autorização dos bispos ou párocos para liderarem grupos, pastorais ou comunidades e para ministrarem alguns sacramentos ou sacramentais como bênção de objetos sem a presença de um sacerdote. Geralmente, quanto mais progressista fosse o pároco local ou o bispo, maior era o grau de autonomia dado aos leigos para reunirem-se, trabalharem e celebrarem como fiéis católicos.¹⁸⁰

As CEBs surgiram como fruto de um trabalho episcopal feito na CNBB com o objetivo de “criar meios e condições para que a Igreja no Brasil se ajuste, o mais rápida e plenamente possível, à imagem de Igreja do Vaticano II”.¹⁸¹ Assim, em 1966 a CNBB lançou o Plano de Pastoral de Conjunto 1966-1970, que “[...] foi elaborado durante a VII Assembleia Geral Extraordinária da Conferência, ainda em Roma, durante os três meses da última sessão conciliar”.¹⁸² De acordo com o Plano de Pastoral de Conjunto,

as comunidades de base iriam enriquecer as relações humanas, facilitar uma evangelização mais efetiva, desenvolver uma melhor educação religiosa e promover uma participação leiga mais ativa. No PPC surgiu a primeira discussão sobre as CEBs, mas o PPC certamente não previu as comunidades de base da forma como

¹⁷⁸ BETTO, Frei. op. cit. p. 17.

¹⁷⁹ Ibid, p. 16.

¹⁸⁰ SILVA, Sandro Ramom Ferreira da. op. cit. p. 228.

¹⁸¹ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Plano de Pastoral de Conjunto 1966-1970**. Brasília, 30 de maio de 2004, p. 11.

¹⁸² Ibid, p. 2.

elas vieram a evoluir. Percebia as CEBs como estruturas de base da Igreja. O PPC não conseguiu prever que as comunidades de base iriam adquirir maior relevância política, nem que privilegiariam o trabalho pastoral com as classes populares.¹⁸³

Neste documento, ainda é possível observar a defesa das CEBs:

Nossas paróquias atuais são ou deveriam ser compostas de várias comunidades locais ou comunidades de base, dada sua extensão, densidade demográfica e percentagem de batizados a elas pertencentes de direito. Será, pois, de grande importância empreender a renovação paroquial, pela criação ou dinamização destas comunidades de base. Nelas devem ser desenvolvidas, na medida do possível, as seis linhas fundamentais de ação da Igreja. A Matriz será, pouco a pouco, uma destas comunidades e o pároco presidirá a todas que se encontram na porção do rebanho a ele confiado.¹⁸⁴

Por isso, é um equívoco afirmar que as CEBs foram fruto de uma articulação entre os mais pobres que necessitavam de melhores condições para viver, e assim, tenham surgido das camadas populares para a Igreja, ou seja, de baixo para cima. Nesse sentido, Scott Mainwaring reflete que:

Os movimentos de base por si só não foram responsáveis pela transformação da Igreja. Pelo contrário, sem o suporte da hierarquia, esses movimentos não poderiam ter transformado a Igreja. O processo de mudança era dialético. Movimentos leigos só poderiam emergir havendo receptividade institucional, e foi só a partir do movimento em que a hierarquia passou a apoiar ativamente a transformação que a Igreja passou a defender energicamente a causa dos direitos humanos. Dada a estrutura hierárquica da Igreja Católica, movimentos que não recebem o apoio dos bispos permanecem relativamente isolados e são incapazes de modificar as tendências dominantes.¹⁸⁵

Assim, o Plano de Pastoral de Conjunto, juntamente com o Documento da CNBB número 25 (1982), ajudaram a estruturar a atuação das CEBs. No documento produzido pela CNBB, o objetivo é “refletir sobre a caminhada das CEBs à luz dos documentos da Igreja; explicitar sua eclesialidade; e abordar alguns problemas emergentes que exigem melhor elucidação”.¹⁸⁶

Sobre a origem e fortalecimento das CEBs, o documento 25 elucida:

¹⁸³ MAINWARING, Scott. op. cit. p. 128.

¹⁸⁴ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. op. cit. 2004, p. 41.

¹⁸⁵ MAINWARING, Scott. op. cit. p. 28-29.

¹⁸⁶ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Comunidades eclesiais de base na Igreja do Brasil**. Brasília: Paulinas, 1982 (Documento da CNBB – 25). p. 1.

Desde seu início, as CEBs floresceram mais entre as populações simples e pobres. Várias razões estão na raiz desse fato. Em um primeiro momento, foi, sobretudo, junto às populações dispersas pelo interior que as CEBs se firmaram. A ausência de um vigário residente levou mais rápido os leigos a assumir ministérios e a colocar a força da Igreja na comunidade dos irmãos. Padres e religiosos passaram, então, a assumir mais o papel de animadores de lideranças locais, deixando maior espaço para os leigos. Também nas periferias pobres das grandes cidades as CEBs passaram a florescer com intensidade. Aí, a tendência centralizadora da estrutura paroquial tradicional é menos sentida, pois o fenômeno da urbanização é recente e já encontrou uma Igreja com nova consciência comunitária e missionária.¹⁸⁷

A partir dessa reflexão, é possível perceber que as CEBs, além de não ter sido fruto exclusivamente da luta de populações mais pobres financeiramente, também não ganharam espaço exclusivamente devido à imposição do clero para a sociedade, e tampouco como resultado exclusivo da necessidade de suprir a falta de padres necessários que atendesse às demandas dos bairros. Elas foram florescendo aos poucos, ganhando espaço graças à soma de um conjunto de fatores sociais, políticos, econômicos e eclesiais. Para Marjo De Theije:

A formação de comunidades católicas de base é considerada o mais importante desenvolvimento dentro da Igreja Católica brasileira nas últimas décadas. Da década de 1960 em diante, cada vez mais freiras, padres e bispos “fizeram a opção preferencial pelos pobres”. Esses religiosos começaram a defender reformas políticas e econômicas que visavam mudar a posição do crescente grupo de pobres do país. Alguns teólogos expuseram uma nova visão da justiça social, na qual os pobres lutam pela construção do Reino de Deus, exigindo o que é seu direito. Uma vez que os pobres se depararão com muitos obstáculos em seu caminho, é tarefa da Igreja assisti-los neste projeto.¹⁸⁸

As décadas de 1960 e 1970 foram fortemente marcadas por ditaduras militares em quase toda América do Sul, tornando ditadura militar e América do Sul “quase termos sinônimos”.¹⁸⁹ Já as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por processos de redemocratização na América Latina, substituindo as ditaduras.¹⁹⁰

Também nesse período surgiu um movimento mais amplo que influenciou nos movimentos de resistência à ditadura civil-militar, conhecido como o Cristianismo da Libertação, que Michael Löwy define como “um conjunto de reflexões e práticas que questionam a injustiça social, e se traduzem no compromisso de cristãos – membros do clero, mas sobretudo leigos, [...] com a luta pela libertação dos pobres”, sendo estes não mais

¹⁸⁷ Ibid, p. 6.

¹⁸⁸ DE THEIJE, Marjo. **Tudo o que é de Deus é bom:** uma antropologia do catolicismo liberacionista em Garanhuns, Brasil. Recife: Massangana, 2002. p. 46.

¹⁸⁹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. op. cit. p. 245.

¹⁹⁰ Ibid, p. 246.

encarados como “*objeto* de ajuda, proteção ou caridade, mas como *sujeito histórico*, como ator de sua própria libertação”.¹⁹¹ Para Michael Löwy, o termo mais apropriado que Teologia da Libertação é Cristianismo da Libertação, e justifica:

Normalmente, refere-se a esse amplo movimento social/ religioso como “teologia da libertação”, porém, como o movimento surgiu muitos anos antes da nova teologia e certamente a maioria de seus ativistas não são teólogos, esse termo não é o mais apropriado; algumas vezes, o movimento é também chamado de “Igreja dos Pobres”, mas, uma vez mais, essa rede social vai bem mais além dos limites da Igreja como instituição, por mais ampla que seja sua definição. Proponho chamá-lo de cristianismo da libertação, por ser esse um conceito mais amplo que “teologia” ou que “Igreja” e incluir tanto a cultura religiosa e a rede social, quanto a fé e a prática. Dizer que se trata de um movimento social não significa necessariamente dizer que ele é um órgão “integrado” e “bem coordenado”, mas apenas que tem, como outros movimentos semelhantes (feminismo, ecologia etc.), uma certa capacidade de mobilizar as pessoas ao redor de objetivos comuns.¹⁹²

No Brasil, o Cristianismo da Libertação surge

[...] como resultado de uma constelação histórica particular, que tem consequências em toda a América Latina. Nos anos 1960, vão se cruzar dois processos históricos independentes, mas que terão efeitos convergentes: 1) a transformação interna da Igreja Católica, com a eleição do papa João XXIII, em 1958, e os primeiros passos em direção ao Concílio Vaticano II, que modificará substancialmente a cultura católica; 2) o triunfo da revolução cubana (1959) – com um programa antiimperialista e, logo em seguida, socialista – que inaugura um ciclo de lutas sociais, guerrilhas e insurreições que se estenderá na América Latina até os anos 1990. A conjunção desses dois movimentos históricos vai criar, a partir do começo dos anos 1960, a “temperatura” necessária à formação do cristianismo da libertação.¹⁹³

A primeira manifestação do Cristianismo da Libertação no Brasil ocorreu por meio de uma esquerda “cristã” que começou a se articular no início da década de 1960, se organizando para resistir à ditadura civil-militar. É interessante refletir sobre as razões que levaram ao surgimento dessa “esquerda cristã” no Brasil, dentre os diversos países latino-americanos. Michael Löwy expõe três hipóteses para explicar esse fenômeno:

[...] 1) entre os países do continente, o papel dos leigos e de suas organizações – Ação Católica, JUC etc. – era mais importante no Brasil. Ora, os movimentos leigos são os primeiros a se interessar pelo marxismo e a buscar novas formas de ação

¹⁹¹ LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (org.). **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3). p. 306.

¹⁹² LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Tradução: Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 57.

¹⁹³ LÖWY, Michael. op. cit. 2007, p. 306.

social; 2) o catolicismo francês – e não com o espanhol, como no resto do continente –, no seio do qual aparecem, no após-guerra, correntes de esquerda com grande influência intelectual e social [...]; 3) o Brasil conhece, no começo dos anos 1960, uma crise política, expressa no desenvolvimento de lutas sociais no campo e na cidade e uma crescente influência das idéias de esquerda no seio da juventude, num contexto de industrialização dependente que agrava e intensifica as contradições sociais.¹⁹⁴

Desse modo, é possível perceber que uma parte significativa da população brasileira não assistiu apática à ascensão do autoritarismo no Brasil, a partir da década de 1960, pelo contrário, se dedicou a participar dentro de suas possibilidades e crenças nas chamadas pastorais/ movimentos/ organizações “católicas”. Ainda nesse sentido, é importante destacar que o Cristianismo da Libertação “teve um papel determinante na oposição ao regime militar e no combate pela redemocratização”.¹⁹⁵

No Brasil, a partir do final da década de 1960 e início de 1970, com a substituição dos presidentes Humberto de Alencar Castelo Branco e Emílio Garrastazu Médici, começaram a ser pensadas diferentes propostas de abertura política, no entanto, todas elas foram descartadas, favorecendo “fortemente o projeto que afinal seria adotado por Geisel e Golbery, com seu caráter lento, gradual e seguro, visando exatamente a evitar os recuos antes vividos”.¹⁹⁶

Maria Paula Nascimento Araujo chama o período entre 1974 e 1985 de “luta democrática” ou “frente democrática”, e explica: “[...] A definição de uma conjuntura de resistência e de uma plataforma de luta pelas liberdades democráticas foi, de certa forma, uma resposta das esquerdas brasileiras ao isolamento e à derrota militar e política da experiência armada”.¹⁹⁷ Nesse sentido, essa frente democrática foi o resultado da insatisfação contra a ditadura civil-militar por amplas parcelas da sociedade civil, que não era restrita aos partidos de esquerdas.

Esse período, marcado por confrontos pelas liberdades democráticas, contribuiu para o surgimento de novos atores políticos (em relação aos contextos anteriores). Dentre eles, não podemos deixar de mencionar a Igreja Católica, que

¹⁹⁴ Ibid, p. 307.

¹⁹⁵ Ibid, p. 318.

¹⁹⁶ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. op. cit. p. 256.

¹⁹⁷ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. “Lutas democráticas contra a ditadura”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *In: Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3). p. 324.

[...] Apesar de sua posição conservadora, ao longo da história da América Latina e do Brasil – e também em outros países latino-americanos – adotou posturas de luta contra o arbítrio, em apoio aos trabalhadores, aos camponeses, aos estudantes e, em muitos casos, envolvendo-se diretamente com as lutas populares e os movimentos sociais de oposição. No caso do Brasil, desde os anos 1960 existiam organizações católicas de tendência esquerdista que se envolveram com a luta política do país. A própria criação da organização Ação Popular (que mais tarde se transformou em APML) derivou desses grupos católicos, como a JUC (Juventude Universitária Católica), a JEC (Juventude Estudantil Católica) e a JOC (Juventude Operária Católica). Existia, portanto, havia algum tempo, um segmento de esquerda católica envolvido com as lutas sociais no país.¹⁹⁸

Além do papel importante que a Igreja Católica teve nesse período, começam a surgir movimentos de minorias políticas, influenciados pela Europa e pelos Estados Unidos, no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Belo Horizonte. Movimentos como a “luta pela emancipação da mulher e contra a ditadura militar”, “Movimento Negro Unificado”, “movimento pela liberdade de opção sexual”, etc.¹⁹⁹

De todas as bandeiras levantadas por esses diferentes atores políticos durante esse período de lutas democráticas, a única capaz de unir todas as forças de oposição e segmentos das esquerdas numa luta unitária foi a “campanha nacional pela anistia”, que “pode ser vista como o ícone dessa frente política e desse movimento. Em todos os sentidos: na potencialidade mobilizatória e nos grandes problemas e divergências que levantava.”²⁰⁰

Essa campanha pela Anistia começou a ganhar espaço a partir de 1975, com o culto ecumênico na Praça da Sé pela morte do jornalista Vladimir Herzog²⁰¹ e com a criação do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA). Posteriormente, em 1977, com a prisão de estudantes universitários militantes do Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), os estudantes do Rio de Janeiro e São Paulo se manifestaram pedindo a libertação dos colegas, e também levantaram “de forma mais ampla e maciça, a bandeira pela anistia”.²⁰²

Em 1978 foi criado no Rio de Janeiro o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) que, logo em seguida, também foi criado em São Paulo, e aos poucos se espalhando pelos outros estados do Brasil. Além disso, foram realizados encontros pelo Brasil em favor da anistia,

¹⁹⁸ Ibid, p. 338.

¹⁹⁹ Ibid, p. 342.

²⁰⁰ Ibid.

²⁰¹ Vladimir Herzog, conhecido como Vlado, após se apresentar na sede do DOI/CODI em São Paulo para prestar esclarecimentos sobre sua ligação com o PCB no dia 24/10/1975, ficou detido e no dia seguinte foi morto. A versão oficial sobre sua morte informou que ele havia se enforcado com o cinto que usava, mas, segundo testemunhas, ele foi morto no dia 25 de outubro após sofrer forte tortura.

²⁰² ARAUJO, Maria Paula Nascimento. op. cit. 2007, p. 343.

como em Salvador, o Encontro Nacional de Movimentos pela Anistia, em 1978. Ainda neste ano, foi realizado em São Paulo o I Congresso Nacional pela Anistia, que além de reforçar as pautas defendidas em Salvador, exigiu “a punição de todos os agentes e funcionários do regime envolvidos nas mortes, torturas e “desaparecimentos” políticos.²⁰³

Desse modo, a Lei de Anistia sancionada em 28 de agosto de 1979

[...] pode ser vista como um dos pilares da solução negociada que, em 1985, encerrou o ciclo do regime militar. É verdade que ela contribuiu para isso. Mas é verdade também que ela significou, de forma inegável, uma vitória para as forças de oposição e de esquerda. A luta pela anistia representou um momento de unificação das esquerdas e da nacionalização de uma campanha política. A anistia foi, sem dúvida, uma importante conquista democrática, e a própria campanha representou um importante exercício de luta política vivido pela sociedade brasileira. [...]²⁰⁴

Durante o processo de redemocratização no Brasil, Maria Paula Nascimento Araujo aponta três momentos que marcaram significativamente essa fase:

O primeiro ocorre após a criação do movimento sindical no ABC paulista, no final da década de 1970, com as greves dos metalúrgicos. A insatisfação dos trabalhadores era fruto de mais de uma década sem reajustes, além da proibição de greves, fazendo com que esse sindicato promovesse, por exemplo, uma campanha salarial para repor as perdas salariais.²⁰⁵

O governo buscava meios de impedir que chegasse ajuda de fora das fábricas para os grevistas, obrigando-os a saírem, pois na rua o confronto entre a polícia e os grevistas era muito mais fácil para contê-los. Em 1979, num confronto na rua um dos organizadores sindicais católicos morreu baleado pela polícia: Santo Dias da Silva. “Sua morte fortaleceu a posição da Igreja Católica na defesa dos direitos dos trabalhadores e contra a violência do Estado”, conforme as palavras de Maria Helena Moreira Alves.²⁰⁶

Devido a tensão que se instalara na época, o governo promulgou a Lei Nº 6.708 que estabelecia o reajuste de salário por semestre e não mais anual, além disso os sindicatos poderiam negociar diretamente com os empregadores a respeito de um percentual adicional de reajuste dos salários.²⁰⁷

²⁰³ Ibid, p. 345.

²⁰⁴ Ibid, p. 346.

²⁰⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. op. cit. p. 246.

²⁰⁶ Ibid, p. 256.

²⁰⁷ Ibid, p. 257.

Além disso, o final da década de 1970 também foi marcado com a discussão sobre a necessidade de criação de um partido popular, que se diferenciava de outros partidos já existentes na época e que representasse os anseios dos trabalhadores.²⁰⁸ Assim, “em outubro de 1979, era lançado, em São Bernardo do Campo, o Movimento Pró-Partido dos Trabalhadores (PT). Quatro meses depois, em fevereiro de 1980, foi fundado, em São Paulo, o Partido dos Trabalhadores”.²⁰⁹

Desse modo, o segundo momento que marcou essa fase de redemocratização foi o fim da estrutura política do bipartidarismo, em novembro de 1979. Em 1980 havia no Brasil cinco partidos políticos: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, que antes era o MDB), Partido Democrático Social (PDS, era o partido do governo), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Posteriormente, surge o Partido dos Trabalhadores (PT), que representava

[...] o movimento de oposição e de resistência política que havia se desenvolvido no Brasil, nos últimos anos, formado por trabalhadores (principalmente o operariado do ABC paulista), estudantes e profissionais liberais que haviam participado da luta contra a ditadura militar, setores da Igreja ligados às comunidades eclesiais de base, às pastorais e à Teologia da Libertação, e membros das organizações de extrema esquerda das décadas de 1960 e 1970. Essa configuração dava ao PT um conteúdo político particular, distinto dos outros partidos. Por isso mesmo, o PT foi o único partido que não participou da solução negociada para o fim do regime militar que se construiu em 1985.²¹⁰

Por fim, o terceiro episódio marcante nesse período “foi a campanha pelas eleições diretas – a Campanha das Diretas-Já!”,²¹¹ ou melhor, a sua derrota:

Entre 1983 e 1984 o país viveu uma grande campanha cívica pelas eleições diretas e reviveu grandes manifestações de massa. A campanha pelas “Diretas Já!” animou enormes comícios e manifestações em várias capitais. O Comício das Diretas, no Rio de Janeiro, em frente à Igreja da Candelária, registrou 1 milhão de pessoas cantando emocionadas o hino nacional. Apesar disso, a emenda constitucional do deputado Dante de Oliveira, que propunha a realização imediata de eleições diretas para a sucessão do general João Baptista Figueiredo (o último general presidente da República) foi derrotada no Congresso Nacional, em abril de 1984. A solução preferida pelos partidos foi a realização de uma eleição indireta, por um Colégio

²⁰⁸ MACHADO, Adriano Henriques. **Os católicos oPTaram?:** os “setores católicos” e o Partido dos Trabalhadores (PT) na grande São Paulo (1978-1982). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010. p. 56.

²⁰⁹ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. op. cit. 2007, p. 347.

²¹⁰ Ibid, p. 348.

²¹¹ Ibid.

Eleitoral composto por parlamentares: os políticos deveriam apresentar seus candidatos, o Colégio Eleitoral escolheria o novo presidente da República.²¹²

Essa negociação política resultou na eleição da chapa de Tancredo Neves em detrimento da chapa de Paulo Maluf, mas vale a pena ressaltar que o PT se recusou a participar dessa eleição e puniu com expulsão seus representantes que votaram a favor de Tancredo. Apesar das eleições não acontecerem de maneira direta, parte da população enxergava sua eleição como um sinal de retorno à democracia, mas, para infelicidade dessa parcela da sociedade, Tancredo adoeceu e faleceu antes de ser empossado, assumindo em seguida seu vice, José Sarney, em 15 de março de 1985. Dois meses depois de sua eleição, “o Congresso Nacional restabeleceu as eleições diretas, aprovou o voto para os analfabetos e legalizou os partidos comunistas”.²¹³

Assim, iniciou-se o período da história chamado de Nova República: “a ditadura iniciada 21 anos antes, com um golpe contra a República constitucional, chegava ao fim. O último general presidente não passaria a faixa presidencial ao seu sucessor, retirando-se do Planalto pela porta dos fundos”.²¹⁴

Durante os três momentos que marcaram o período de redemocratização, as CEBs também estiveram presentes de alguma maneira: nas greves dos metalúrgicos seus membros ajudavam, por exemplo, indo de madrugada nas fábricas ajudar os grevistas; na fundação do Partido dos Trabalhadores e na campanha pelas eleições diretas seus membros também participaram de maneira significativa, inclusive lançando candidatos que seriam eleitos no final da década de 1980, como veremos mais adiante neste trabalho.

Apesar desse contexto incentivar novos personagens insatisfeitos com a ditadura civil-militar a somar forças e se mobilizar, é um equívoco afirmar que as CEBs nasceram exclusivamente pela via social, já que não existe um modelo de sua gestação. Adriano Henriques Machado afirma que as CEBs podem surgir de distintas formas:

a) Círculos Bíblicos, Novena de Natal - onde grupos de pessoas lendo a Escritura, a temática da "Campanha da Fraternidade", etc., são tocadas a relacionar a Palavra de Deus com a Vida; b) Grupos de pessoas que se reúnem para lutar por uma necessidade, reivindicar um direito - durante o processo descobrem que todos são cristãos ou católicos, e daí surgem as leituras da Palavra de Deus, as celebrações; c) por "decreto dum pároco que resolveu subdividir sua paróquia em comunidade de base" - algumas comunidade conseguem testemunhar a identidade de uma CEB;

²¹² Ibid, p. 349.

²¹³ Ibid, p. 350.

²¹⁴ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. op. cit. p. 279.

outras não passam de "subdivisão paroquial, em moldes tradicionais"; d) pela "visita de agentes de pastoral" - algum agente (padre, religioso, leigo) que começa a residir e inserir-se numa área pobre (ex.: favela) e pouco-a-pouco vai visitando as pessoas, famílias. Depois - num segundo momento - convida para uma reunião de oração, de leitura da Bíblia, de discussão dos problemas. Daí vai surgindo uma CEB; e) pela "ação missionária de outra CEB" - uma comunidade envia alguém membro dela para "fundar" uma nova comunidade de base em outro lugar; f) por um "cristão popular" - visitando uma CEB fica animado e começa a trabalhar pela germinação de uma outra; g) por um "curso de liderança" - os participantes saem esperançosos, animados, dotados de algumas técnicas de organização e mobilização, ao lado do espírito religioso, eclesial, o que contribuirá para o conhecimento das CEB's; h) também algumas CEB's nasceram de "movimentos de Igreja", de "organizações religiosas" até tradicionais como "Apostolado de Oração", "Vicentinos" - estas associações, ao iniciarem um abandono do seu "caráter estritamente religioso e tradicional", começam a participar de uma pastoral mais comprometida. Pouco a pouco se transformam em CEB's.²¹⁵

A metodologia característica, porém não exclusiva, utilizada nas CEBs sempre foi pautada pelo *ver-julgar-agir*, isto é, seus membros avaliavam a realidade local, bem como as necessidades mais prementes, pensavam o que e como poderia ser feito algo a respeito para amenizar ou erradicar esses problemas, e por fim, agiam, ou seja, colocavam em prática o que havia sido discutido e decidido nas reuniões. Comumente eram “[...] problemas domésticos (uma filha doente, um vizinho desalojado de seu terreno, o mutirão para erguer o barraco destruído pela chuva) e profissionais (a obrigação de fazer horas extra na fábrica, a organização do sindicato rural, o desemprego) [...]”.²¹⁶

Assim sendo, era importante que os membros das CEBs estivessem em contato com a população local, participando inclusive de momentos pessoais (fora do ambiente da Igreja) da vida das pessoas, para entender melhor suas queixas, demandas e sua palavra no âmbito eclesial. Se assim não o fizessem, seus membros correriam “o risco de cair na atitude colonialista de quem quer ensinar à comunidade popular sem antes aprender com ela e refazer suas categorias e valores elitistas, academicistas, populistas ou vanguardistas”.²¹⁷

Essa concepção ficou muito clara nas entrevistas que realizamos para essa pesquisa, como por exemplo a de Lizete Aparecida²¹⁸ quando se refere à experiência que viveu na comunidade Nossa Senhora de Lourdes, localizada no bairro Jardim Novo Maracanã (em Campinas):

²¹⁵ MACHADO, Adriano Henriques. op. cit. p. 154.

²¹⁶ BETTO, Frei. op. cit. p. 29.

²¹⁷ Ibid, p. 19.

²¹⁸ Lizete Aparecida de Souza estudou teologia e começou sua participação em 1978 na paróquia Santa Edwiges em Campinas, em um grupo de jovens na capela São Cristóvão.

Lá eu vivi uma experiência de solidariedade muito grande, porque toda sexta-feira eu punha mochila nas costas e ia para lá, ficava na casa do pessoal. Cada semana eu dormia na casa de um, comia o que me davam, e depois voltava no domingo à tarde para casa. Então eu vivi assim, de missão, trabalhava fora e aos finais de semana ia para lá.²¹⁹

Nesse sentido, é possível perceber que o modelo de evangelização das CEBs buscou núcleos descentralizados e populares, convergentes entre a sua fé evangélica e sua consciência social e política, se tornando:

[...] organizações da Igreja popular caracterizadas pela liturgia simplificada, discussão de problemas políticos locais, estrutura menos hierárquica e proximidade com as classes populares. Surgiram no final dos anos 1960 e tiveram um grande crescimento nas décadas de 1970 e 1980 em praticamente toda a América Latina. [...] ²²⁰

Assim, as CEBs tinham múltiplas características singulares que as tornavam diferenciadas diante de outros grupos da Igreja, ou melhor, em “oposição” à paróquia, que tinha (ainda tem) como suas principais características a centralidade hierárquica no clero, sobretudo na figura do padre (denominado pároco por ser responsável por determinada paróquia). As CEBs, por sua vez, eram vistas como um modelo novo de ser Igreja em que não existe a centralidade hierárquica em ninguém, e que todos tinham participação e eram responsáveis igualmente por sua organização.²²¹

Com o objetivo de aproximação, união e melhor articulação das comunidades foram realizados em todo o Brasil os chamados “Encontros Intereclesiais das CEBs”, cujo primeiro foi realizado em 1975, em Vitória – ES. Intereclesiais são:

[...] assembleias que ocorrem de tempos em tempos (geralmente há cada quatro anos) e que procuram reunir membros do episcopado nacional e alguns representantes internacionais. Além, é claro, de padres, assessores, delegados de outras conferências nacionais e, principalmente, representantes das bases. São ocasiões para formações, debates, reflexões.²²²

Até hoje, foram realizados 14 Encontros e o 15º está previsto entre os dias 18 e 22 de julho de 2023, em Rondonópolis – MT, cujo tema será “CEBs – Igreja em saída na busca da

²¹⁹ SOUZA, Lizete Aparecida de. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 05 de fevereiro de 2020.

²²⁰ OLIVEIRA, Alexandre Queiroz de. op. cit. p. 125.

²²¹ MACHADO, Adriano Henriques. op. cit. p. 38.

²²² SILVA, Sandro Ramom Ferreira da. op. cit. p. 229.

vida plena para todos e todas.” Esses encontros aconteceram em diversos Estados do Brasil, além do Espírito Santo (em 1975 com o tema “Uma Igreja que nasce do povo pelo Espírito de Deus” e em 1976 com o tema “CEBs: Igreja, povo que caminha”), tais como: Paraíba (em 1978, cujo tema foi “Igreja: povo que se liberta”), São Paulo (em 1981, com o tema “Igreja, povo oprimido que se organiza para a libertação”), Ceará (em 1983, com o tema “Igreja, povo unido, semente de uma nova sociedade” e em 2014 – “Justiça e profecia a serviço da vida”), Goiás (em 1986 com o tema “CEBs, Povo de Deus em busca da Terra Prometida”), Rio de Janeiro (em 1989 com o tema “CEBs: povo de Deus na América Latina a caminho da libertação”), Rio Grande do Sul (em 1992 com o tema “Povo de Deus renascendo das Culturas Oprimidas”), Maranhão (em 1997 cujo o tema foi “CEBs: Vida e Esperança nas Massas”), Bahia (em 2000 com o tema “CEBs: Povo de Deus”), Minas Gerais (em 2005 com o tema “CEBs, Espiritualidade Libertadora”), Rondônia (em 2009 com o tema “CEBs, Ecologia e Missão”) e Paraná (em 2018 com o tema “CEBs e os desafios no mundo urbano”).

Como foi possível perceber, em cada encontro foi abordado um tema específico, mas todos com alguma ligação ao cotidiano das pessoas, pessoas estas que se veem como um povo que foi e está oprimido, que caminha em busca de algo para sua vida – os primeiros encontros enfatizaram a busca pela libertação –, que faz parte do povo escolhido por Deus para criar uma nova sociedade, com esperança e justiça. Os encontros aos poucos foram atualizando suas discussões fazendo com que cada vez mais pessoas se sentissem representadas. Nesse sentido, os encontros também absorveram pautas de lutas contemporâneas, como no VI Encontro Intereclesial realizado na cidade de Trindade – GO, em 1986, marcado pela “[...] reflexão sobre a especificidade da luta das mulheres, negros e indígenas. É um marco na caminhada das CEBs, pois se reconhece agora outros planos de opressão social: a racial, a étnica e a de gênero (sexual) [...].”²²³

Conforme Adriano Henriques, os encontros intereclesiais favoreceram discussões políticas:

As CEBs, principalmente a partir da posição de destaque que elas conquistaram dentro da Igreja no país, e na própria imprensa, também foi um dos sujeitos em que a discussão sobre a política e a relação com os partidos obteve um maior destaque e relevância, principalmente a partir da organização dos seus encontros Intereclesiais.²²⁴

²²³ CEBs do Brasil. Disponível em: <https://cebsdobrasil.com.br/intereclesiais/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

²²⁴ MACHADO, Adriano Henriques. op. cit. p. 125.

A relação das CEBs e a política foi algo que movimentou tanto a sociedade como a própria hierarquia da Igreja, sendo objeto de discussão até hoje, conforme percebemos com as entrevistas realizadas com as lideranças de Campinas.

Como vimos, as CEBs do Brasil inteiro possuíam inúmeras características em comum, e isso fica evidente com os Intereclesiais. Apesar disso, as CEBs também possuíam características peculiares, como, por exemplo, suas demandas (específicas de cada localidade), que deram impulso para seu surgimento e expansão. Nesse sentido, nossa pesquisa tem como objetivo principal analisar o surgimento e atuação das CEBs na cidade de Campinas, no estado de São Paulo.

2.2 As CEBs em Campinas

Na década de 1950, houve o aceleração do processo de industrialização em Campinas, que acarretou no crescimento populacional com migrantes de diversas regiões do país, atraídos, sobretudo, pelas possibilidades de emprego e, conseqüentemente, melhores condições de vida. Como parte da política governamental do Estado de São Paulo, foi criado o Distrito Industrial de Campinas (DIC),²²⁵ “que na década de 1980 se transformou em um pólo de alta tecnologia”.²²⁶ A entrevistada Izalene Tiene²²⁷ relembra esse período:

[...] e nesse período, em 1975 até 1983 as comunidades começaram a se articular na cidade toda, nos bairros da periferia. Foi um período de grande desenvolvimento, de grande êxodo rural e desenvolvimento industrial. Então as pessoas vinham e iam morar nos bairros. Só na região Sul havia cinco favelas, eram áreas públicas, ocupadas por trabalhadores que estavam chegando na cidade e não tinham onde morar.²²⁸

²²⁵ “O Distrito Industrial de Campinas (DIC) foi implantado pelo decreto municipal nº 4.517, de 1974, com a desapropriação de uma área de 4,4 milhões de metros quadrados composta por 15 loteamentos residenciais e outras glebas, que totalizavam cerca de 4.800 lotes, além de áreas públicas referentes aos loteamentos (ruas, praças e outros)”. Disponível em: <https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/22221>. Acesso em: 28 abr. 2022.

²²⁶ ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS. **Subsídios para a sua História** – Vários Autores. Editora Komedi, 2004, p. 79.

²²⁷ Izalene Tiene é assistente social aposentada, participante das CEBs, do Grupo de Mulheres na Periferia de Campinas e do Partido dos Trabalhadores. Começou sua participação em 1976 na Comunidade São José, no bairro São Vicente. Era vice-prefeita na gestão do Toninho do PT (2000-2004), e assumiu o mandato até o fim após o assassinato do prefeito, em 2001.

²²⁸ TIENE, Izalene. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 22 de janeiro de 2020.

Em todo esse período, além do contingente massivo, Campinas também acumulou diversos problemas relacionados à moradia que degradavam a qualidade de vida de quem ali habitasse, tais como: água, luz, pavimentação, saneamento, habitação, saúde, educação, transporte etc. O governo campineiro, por sua vez, na década de 1960 criou as Vilas Planejadas que, no entanto, foram apenas um paliativo para a solução desses problemas, pois “paralelamente, aumentou o número de favelas, onde as condições de vida, desde então e até hoje, são preocupantes”.²²⁹

Desse modo, as CEBs principiaram suas atividades em Campinas em maio de 1970²³⁰ nas Vilas Planejadas e bairros da periferia, não de maneira improvisada, mas sim como alternativa estratégica de solução para esses lugares “onde havia carência de necessidades básicas”, conforme já foram exemplificadas. O entrevistado padre Cláudio Menegazzi²³¹ relembra esse momento:

A partir de 1970 começa a surgir essa figura eclesial da Comunidade Eclesial de Base, com esse nome, depois o porquê é comunidade, porque é eclesial e porque é de base, isso tudo é uma outra coisa, mas enfim, todos surgem com esse nome eu diria assim até instituídamente porque até em um Plano de Pastoral oficial, aprovado pela Igreja qual é a prioridade de Campinas? As CEBs. Então começaram a multiplicar muitas dessas comunidades.²³²

Enquanto a população aumentava “de forma assustadora”, o contingente clerical não era capaz de acompanhar essa demanda: “o crescimento do número de padres era insignificativo em relação ao potencial de demanda.”²³³ Então, diante do número pequeno de padres nas cidades,

[...] tiveram papel relevante no momento de gestação das CEBs em Campinas, tanto o Conselho de Presbíteros, quanto as equipes encarregadas de pensar os rumos da Igreja nas Vilas Planejadas, como também as religiosas que aí assumiram o trabalho pastoral e ainda a própria Coordenação da Pastoral nas Vilas Planejadas.²³⁴

²²⁹ ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS, op. cit. p. 79.

²³⁰ Ibid, p. 83.

²³¹ Cláudio Zaccaria Menegazzi foi ordenado Presbítero em 1987. Coursou mestrado em Teologia no Instituto Santo Inácio, em Belo Horizonte de 1996 a 1997. Foi assessor arquiocesano das CEBs (2000-2022).

²³² MENEGAZZI, Cláudio Zaccaria. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 31 de janeiro de 2023.

²³³ SANTANA, Luiz Carlos. **Da gestação à crise de uma “caminhada” – as CEBs na Igreja de Campinas: Pastoral, Pedagogia e Política (1968 a 1984)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1988. p. 43.

²³⁴ Ibid, p. 45.

As CEBs estavam sob “a responsabilidade de um pequeno grupo de padres empenhados no trabalho pastoral junto a elas, com a permissão do arcebispo metropolitano”.²³⁵ Com a grande demanda populacional, as CEBs não sentiram dificuldades em organizar e/ ou se aproximar de movimentos populares, ou mesmo de “contribuir na reflexão sobre a importância do sindicato e partidos políticos, bem como a necessidade de participação junto a eles”.²³⁶ Assim,

O envolvimento e participação das CEBs de Campinas nos movimentos reivindicatórios da década de 70, o crescimento da participação leiga em sua coordenação de pastoral, as discussões em seu interior sobre a necessidade da participação nos sindicatos (seu envolvimento na chapa de oposição dos metalúrgicos) e na política partidária (principalmente no PT) podem significar uma incipiente consciência de classe. [...]²³⁷

Todavia, é importante destacar que apesar das CEBs terem atuado paralelamente a diversos movimentos reivindicatórios, cada um possuía sua própria independência, e mesmo movimentos surgidos dentro das comunidades também não ficavam submetidos a elas, como

[...] as lutas populares de saúde e as comissões de saúde, apesar de muitas delas terem surgido dentro de algumas CEBs ou com a participação de agentes da Pastoral da Saúde, elas não eram vinculadas à Igreja, ou seja, tinham autonomia e uma dinâmica própria; posicionamento esse, que era sempre destacado nos documentos desses grupos. Com isso, eles reforçavam o caráter de independência que possuíam frente a qualquer instituição, seja ela, Igreja, partido político ou outro movimento, fato este, que pode ser compreendido como uma consequência do próprio crescimento do movimento, ou mesmo, uma forma de manter e fortalecer a pluralidade dos sujeitos que constituíam esses grupos.²³⁸

Dentre os movimentos populares que despontaram nesse contexto, tais como sindicais e políticos, a presença das CEBs de Campinas se deu de maneira mais expressiva ao lado do movimento chamado Assembleia do Povo, que começou a ser articulado no final da década de 1970, mas teve seu auge apenas no início da década de 1980, quando foi capaz de reunir “em frente à prefeitura um número aproximado de 6.000 pessoas, para entregar ao prefeito suas reivindicações. [...]”²³⁹ A Assembleia do Povo foi o

²³⁵ Ibid, p. 101.

²³⁶ Ibid, p. 76.

²³⁷ Ibid, p. 132.

²³⁸ MACHADO, Adriano Henriques. op. cit. p. 55.

²³⁹ SANTANA, Luiz Carlos. op. cit. p. 79.

[...] nome dado ao movimento de organização popular da periferia de Campinas (Vilas, Bairros, Favelas, Loteamentos Clandestinos), de caráter reivindicatório em torno de suas necessidades fundamentais tais como: saúde, educação, transporte, asfalto, água, luz, esgoto, terra, moradia...²⁴⁰

Desse modo, as CEBs devem ser vistas como parte desses movimentos de organização popular, sem, no entanto, perder seu caráter religioso já que são “comunidades eclesiais”. Nesse sentido, o elemento da religiosidade é uma característica imprescindível, inclusive “aumenta muito mais sua força de afirmação na medida em que para os seus membros a participação no contexto social se faz não apenas como necessidade sentida, mas como uma “missão” necessária”.²⁴¹

As CEBs encontraram sua fundamentação na Teologia da Libertação, e também foram frutos de grandes movimentos que atravessaram a América Latina, levando para o interior da Igreja uma nova perspectiva de concepção de luta preferencial pelos “pobres”. Graças a ela, a Igreja do Brasil se tornou única em toda América Latina,

na medida em que ela é a única Igreja do continente onde a teologia da libertação e seus adeptos pastorais conquistaram uma influência decisiva. A importância desse fato é evidente se lembrarmos que se trata da mais numerosa das Igrejas católicas do mundo. Além disso, os novos movimentos populares brasileiros – a combativa Central Única dos Trabalhadores (CUT), o movimento dos camponeses sem terra, as associações dos bairros pobres – bem como sua expressão política, o novo Partido dos Trabalhadores (PT), são, em grande parte, produto do trabalho de formiga de militantes cristãos, e de atividades de agentes leigos das pastorais e das comunidades cristãs de base.²⁴²

Essa teologia colocava os “pobres”, pela situação de abandono e miséria, como “aqueles que deveriam ser atendidos preferencialmente”.²⁴³

As primeiras lutas pela posse de terra em Campinas e São Paulo aconteceram entre os anos de 1976 e 1979, onde esses posseiros empunhavam

[...] não foices e machados, mas bíblias. Esse era o único livro mais acessível no qual o povo podia se espelhar e reivindicar o direito de posseiros, como fizeram os hebreus nos relatos do Antigo Testamento ao invadir a terra que acreditavam ser sua por direito divino.²⁴⁴

²⁴⁰ Ibid, p. 79.

²⁴¹ Ibid, p. 63.

²⁴² LÖWY, Michael. **Marxismo e teologia da libertação**. Traduzido por Myrian Veras Baptista. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 39). p. 51.

²⁴³ JUNIOR, Nadir Lara. op. cit. p. 86.

²⁴⁴ VEIGA, Alfredo César. op. cit. p. 58.

A Teologia da Libertação fundamentava as práticas pastorais das CEBs, principalmente por não separar a vida espiritual da dimensão política, ou, como é dito no dizer popular: “todas as coisas são políticas, mas a política não é tudo”.²⁴⁵ Assim, “[...] com a teologia da libertação vemos o surgimento de um pensamento religioso que usa conceitos marxistas e que serve de inspiração para as lutas pela libertação social”.²⁴⁶ Ao mesmo tempo em que as CEBs encontravam fundamentação para sua vivência, também contribuíam “para o avanço desta teologia”.²⁴⁷ Desse modo,

As Comunidades de Base são a expressão de uma teologia alternativa nascida na América Latina. Elas se tornaram reconhecidas e se fortaleceram através do apoio oficial da própria hierarquia local. O final [dos] anos 1980, contudo, significa o enfraquecimento desse que foi um dos períodos de maior criatividade em matéria de experiência religiosa no Brasil.²⁴⁸

Alfredo César da Veiga chama atenção para a década de 1980 como um período que “representou o ápice de um imaginário que retratava as vítimas de exclusão”, mas também foi a década em que ocorreu “um esvanecimento do sagrado no rosto do pobre”. Assim, o Papa João Paulo II teve forte influência no processo de refluxo desse movimento: “Seja como for, João Paulo II se tornou o principal acontecimento da Igreja Católica e assim conduziu o catolicismo na direção de um fundamentalismo papal que fez emudecer as vozes de teólogos, bispos e leigos. [...]”²⁴⁹

Embora as comunidades sejam eclesiais, ou seja, sempre contam com a mediação religiosa nas suas práticas. Elas também possuem um processo “educativo-político”,²⁵⁰ e essa discussão política é uma das características mais marcantes das CEBs, sendo inclusive objeto de discussão entre seus participantes.

Luiz Carlos Santana aponta em sua pesquisa sobre as CEBs de Campinas que a partir de meados da década de 1970 teve início o momento de “afirmação” das CEBs, em que elas:

[...] se afirmam a partir de suas características proféticas de “ruptura”, “mudança”, “crítica” e de “contralegitimidade”. Características que dado o momento histórico

²⁴⁵ CASTRO, Pablo Pamplona de. op. cit. p. 38.

²⁴⁶ LÖWY, Michael. op. cit. 2000, p. 12.

²⁴⁷ SANTANA, Luiz Carlos. op. cit. p. 64.

²⁴⁸ VEIGA, Alfredo César. op. cit. p. 11.

²⁴⁹ Ibid, p. 252-253.

²⁵⁰ SANTANA, Luiz Carlos. op. cit. p. 132.

vivido pela sociedade brasileira, sob os auspícios de um Estado autoritário, seriam possíveis de ter uma certa sustentação devido, principalmente, ao fato de terem surgido no seio da própria Igreja.²⁵¹

Nesse sentido, Luiz Carlos Santana distingue esse momento de afirmação das CEBs de Campinas em dois pontos que se complementam, sendo eles a presença das CEBs “Intra-Igreja” e “Extra-Igreja”. A primeira “pode ser percebida principalmente através da crescente presença das CEBs nos Planos de Pastoral da Igreja de Campinas”, enquanto o segundo momento pode ser constatado “através da significativa presença das CEBs junto aos movimentos populares, sindicais e mesmo partidos políticos da região”.²⁵²

As CEBs em Campinas sempre buscaram fundamentar “sua ação e organização nos documentos da própria Igreja, desde o “Vaticano II”, “Medellin”, “Puebla” ou mesmo nos documentos da CNBB, principalmente os da década de 70”.²⁵³ Por isso, as CEBs estiveram presentes nos Planos de Pastoral da Arquidiocese de Campinas desde 1975, ano em que foi formulado o primeiro, até o Terceiro Plano, o qual vigorou até 1984. Sobretudo nesses três primeiros, a presença das CEBs se deu de maneira muito expressiva, conforme narrou o padre entrevistado Benedito Ferraro:²⁵⁴ “Nos primeiros Planos de Pastoral, você vai observar que as lutas das comunidades aos poucos foram adentrando na organicidade da Igreja de Campinas. Então, as prioridades que eram das comunidades foram sendo assumidas pela Igreja de Campinas”.²⁵⁵ Nesse sentido, as CEBs: “[...] estiveram presentes nestes Planos através dos programas estabelecidos para serem cumpridos e também, nos objetivos a serem alcançados depois de decididos em assembléias representativas da Arquidiocese”.²⁵⁶

Para melhorar a união e articulação das comunidades de base no Brasil, foram criados os Encontros Intereclesiais das CEBs, como já vimos neste capítulo. Iniciativa similar foi adotada para melhorar a comunicação das CEBs de Campinas, ao criar o Conselho de Pastoral Intervilas:

²⁵¹ Ibid, p. 61.

²⁵² Ibid, p. 65.

²⁵³ Ibid, p. 122.

²⁵⁴ Benedito Ferraro foi ordenado Presbítero em 1971, doutorou-se pela Universidade de Fribourg, na Suíça (1971-1975). Foi animador das CEBs na região do Campo Grande de 1978-84 e coordenador da Comissão de Vilas Planejadas de 1980-85.

²⁵⁵ FERRARO, Benedito. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 30 de janeiro de 2020.

²⁵⁶ SANTANA, Luiz Carlos. op. cit. p. 65.

O Conselho de Pastoral Intervilas foi uma iniciativa da Coordenação da Pastoral das Vilas Planejadas, criado em 76. Um de seus objetivos principais era; “estabelecer uma maior comunicação entre as diversas comunidades, por meio do entrosamento e da informação sobre as atividades realizadas em cada vila.”²⁵⁷

No que diz respeito à participação das CEBs nos movimentos populares, sindicais e mesmo políticos, a consciência crítica e política sobre a realidade era motivada, inclusive, durante as celebrações das missas, onde o padre instigava a participação do leigo “através de questões a partir do Evangelho, ou lhe deixa um espaço aberto de participação para interpretações das leituras bíblicas.”²⁵⁸ Conforme Frei Betto,

Muitas vezes, a prática pastoral deu a impressão de ser um gancho para a conscientização política. O padre lia na missa a passagem dos Atos dos Apóstolos que narra a subida de Jesus aos céus, fechava o livro e comentava: “Pois é, pessoal, como a gente vê, o custo-de-vida continua subindo muito...” Este tipo de colocação partia do pressuposto de que o discurso religioso não é suficientemente libertador e exige, portanto, uma complementação explícita do discurso político. [...] ²⁵⁹

Esse posicionamento foi reforçado durante as entrevistas realizadas, como, por exemplo a que fizemos com Vanda Russo:²⁶⁰

As discussões das homilias eram em cima das coisas que estavam acontecendo, por exemplo, subia o valor do transporte coletivo: a nossa homilia era em cima disso, claro que, pegando o evangelho e em cima do evangelho a gente fazia a reflexão sobre o porquê de o transporte coletivo estar subindo tanto. Quando teve um problema de saúde no bairro por causa de um córrego, nós fizemos todo um movimento em cima disso, e nossas celebrações eram sempre em cima disso, e quando tinha as eleições a gente não falava da pessoa, mas falava da importância das pessoas estarem atentas de quais eram as propostas de cada candidato. Enfim, era uma discussão muito politizada, mas sempre junto com o evangelho, o evangelho vivo que a gente fala.²⁶¹

Não obstante, o poder político das CEBs não residia em sua articulação político-partidária, mas sim na sua “capacidade de contribuição no fortalecimento das organizações

²⁵⁷ Ibid, p. 113.

²⁵⁸ Ibid, p. 142.

²⁵⁹ BETTO, Frei. op. cit. p. 40.

²⁶⁰ Vanda Sauhi Russo é graduada em Ciências Sociais com Mestrado em Educação pela Unicamp. Foi vereadora pelo Partido dos Trabalhadores (PT) de 1989-1992. Atualmente faz parte do grupo de Mulheres da Periferia em Campinas.

²⁶¹ RUSSO, Vanda Sauhi. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 15 de janeiro de 2020.

populares e na elevação do nível de consciência de seus membros”.²⁶² Assim, “[...] foi com a criação, no final de 1979, do PT, que as CEBs alcançaram seu mais alto ponto de participação política”.²⁶³ O PT possuía uma característica que o diferenciava de outros partidos:

Diferente das tradicionais legendas marxistas já existentes – Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B) –, o PT possuía um elemento que o tornava único: ele não se definia como ateu, mas estava permeado dos códigos católicos de Libertação, reconhecíveis por seus membros. Ainda que não seja um rebento da Igreja, o PT, em várias áreas do país, especialmente no interior e em pequenas cidades, nasce das demandas das CEBs. O PT delas se alimenta, reproduz-se e lá lança raízes. Ele iniciará um novo tipo de sindicalismo, criando a Central Única dos Trabalhadores (CUT), também ligada ao movimento das CEBs.²⁶⁴

Embora as CEBs nunca tenham se declarado partidária, é possível percebermos que, na prática, a maioria delas se posicionou de maneira mais favorável em torno do Partido dos Trabalhadores (PT), mesmo aceitando discussões de outros partidos bem como suas propostas.²⁶⁵ Uma das possíveis explicações para isso, conforme Luiz Carlos afirma, é a seguinte:

No caso de Campinas, um dos motivos do posicionamento das CEBs em torno do PT, possivelmente possa estar ligado ao fato de que o governo municipal já estava nas mãos da oposição (MDB - PMDB) e mesmo assim as reivindicações da população, ainda que depois de feitas de forma organizada, não estavam sendo atendidas a contento.²⁶⁶

Alguns entrevistados reforçaram esse posicionamento, como Vera Lúcia Faria²⁶⁷ ao descrever a origem de sua consciência política até hoje: “A minha consciência e participação popular vêm das comunidades de base. Particpei da fundação do PT, então sou filiada ao

²⁶² SANTANA, Luiz Carlos. op. cit. p. 65.

²⁶³ LIRA, Ronald Apolinário de. **Catolicismo e política: pastoral da juventude e formação partidária do PT.** Curitiba: Editora Appris, 2019. p. 132.

²⁶⁴ Ibid.

²⁶⁵ SANTANA, Luiz Carlos. op. cit. p. 85.

²⁶⁶ Ibid, p. 86.

²⁶⁷ Vera Lúcia Rodrigues de Faria é educadora infantil, formada em pedagogia pela PUC-Campinas. É Conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) e pertence a Comissão Arquidiocesana das CEBs.

partido político, sou militante política, tudo por conta das CEBs. Então as CEBs me fizeram ser a militante que sou hoje”.²⁶⁸

A entrevistada Zilda Santesso²⁶⁹ também narrou sobre sua participação nas comunidades, que viam a política como um instrumento para modificar aquela realidade:

A Igreja atuava muito nessas realidades ajudando que a luz chegasse, ajudando a asfaltar o bairro, ajudando as pessoas e a comunidade. [...] Então era isso que eu te falava, era a vivência da fé, mas ao perceber a dura realidade, atuava nessa realidade para modificá-la! Modificá-la com os instrumentos que se podem modificar: com a participação popular nos movimentos populares e a participação política. As pessoas participavam bastante na política, eu completamente no PT [risos], muitos no PT, mas outros em outros partidos também, tentando melhorar essa situação.²⁷⁰

Essa participação dos membros das CEBs na política acarretou diversas mudanças sociais para o período e, além disso, foi capaz de influenciar nos rumos do Partido dos Trabalhadores. Adriano Henriques Machado, em seu trabalho “Os católicos oPTaram?: os “setores católicos” e o Partido dos Trabalhadores (PT) na grande São Paulo (1978-1982)”, elucida bem isso ao afirmar que

[...] os núcleos criados pelo PT e a tomada dos mesmos como a principal forma de organização do partido, podem ser compreendidos, num certo sentido, como algo fortemente influenciado pelas propostas e práticas desenvolvidas por diversos grupos católicos, especialmente pelas experiências produzidas através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pelos diversos movimentos populares de bairro daquele período [...].²⁷¹

A força política que as CEBs acumularam ao longo do período resultou também na eleição de alguns de seus membros no final da década de 1980 para cargos do Executivo e Legislativo na cidade de Campinas, conforme narrou a entrevistada Vanda Russo:

Nós participamos de diretório do partido, diretório do executivo (eu não participei do executivo, participei do diretório, mas houve vários integrantes), e daí a importância de participar como Parlamentar. Então fui indicada por vários núcleos, eu, na época o Carlos Signorelli também foi vereador, foi presidente da câmara em uma das gestões. [...] Em 1989, dos 6 vereadores eleitos, 4 éramos das CEBs: José Carlos Faria, Carlos Signorelli, Arlindo Dutra e eu. Carlos Signorelli foi Presidente

²⁶⁸ FARIA, Vera Lúcia Rodrigues de. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 11 de fevereiro de 2020.

²⁶⁹ Zilda Santesso fez pedagogia na PUC-Campinas e mestrado na PUC-RIO. Trabalhou no Serviço de Apoio ao Estudante da Unicamp entre 1976 e 1998.

²⁷⁰ SANTESSO, Zilda. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 24 de janeiro de 2020.

²⁷¹ MACHADO, Adriano Henriques. op. cit. p. 83.

da Câmara em uma das gestões. E das CEBs também foi eleita Izalene Tiene, a única mulher prefeita da cidade de Campinas.²⁷²

A partir dessa reflexão, é possível perceber que as CEBs contribuíram de maneira significativa para mudanças na sociedade civil através da participação nos “movimentos reivindicatórios” e de sua “consciência sindical e mesmo político-partidária.”²⁷³ No entanto, é importante salientar que elas “[...] foram originalmente pensadas como um meio de fortalecer a presença da Igreja tradicional, não para ser uma nova forma de Igreja. Foram pensadas com a intenção de estimular a fé dentro de uma sociedade secular, não para modificar essa sociedade.”²⁷⁴

Por outro lado, toda força e empenho com o tempo passou a se tornar objeto de discussões e conflitos entre os próprios membros, mas esse embate de memórias será debatido em nosso próximo capítulo. Por ora, é importante salientar que, à medida que a rigidez das estruturas ditatoriais foram mudando, a Igreja também passou por diversas transformações, conforme vimos no primeiro capítulo.

A Igreja tem como uma de suas características a preservação de sua própria instituição, e quando esta se sente “ameaçada”, adota medidas para tentar se fortalecer:

Como todas as instituições hierárquicas, a Igreja Católica permite que haja algum espaço para o pluralismo e diferenças na base, contanto que essas diferenças não ameacem sua identidade fundamental. A autonomia nas bases pode permitir que alguns grupos desenvolvam concepções de fé que diferem nitidamente da visão institucional predominante. Em certos momentos, apesar dos movimentos terem sido minados ou cooptados, algumas das mudanças que eles desejaram realizar incorporaram-se à instituição. Nesses casos, a base terá ajudado a transformar uma instituição hierárquica e aparentemente impermeável.²⁷⁵

Desse modo, quando as CEBs pareciam se fortalecer e tomar corpo próprio dentro da hierarquia da Igreja, “dentro da ação pastoral da Igreja de Campinas”, iniciou-se a intervenção dos bispos, “chegando mesmo a destituir a coordenação da Pastoral das Vilas Planejadas e Alguns Bairros e iniciar um processo gradativo de paroquialização das CEBs”.²⁷⁶ A paróquia é instituída canonicamente, conforme narrou o padre Cláudio Menegazzi:

²⁷² RUSSO, Vanda Sauhi. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 15 de janeiro de 2020.

²⁷³ SANTANA, Luiz Carlos. op. cit. p. 155.

²⁷⁴ MAINWARING, Scott. op. cit. p. 128.

²⁷⁵ Ibid, p. 92.

²⁷⁶ SANTANA, Luiz Carlos. op. cit. p. 73.

Até 1970 em Campinas, não existiam comunidades, havia só paróquias; o que existiam eram capelas; mas a capela é uma organização mais rural, quase não se falava em capela urbana; havia capela de hospital; a capela fica fechada; quando o pessoal abre a capela é mais para rezar o terço, alguma forma de religiosidade popular, alguns movimentos, como o Apostolado da Oração; mas a capela é uma figura que depois também, do ponto de vista urbano, foi desaparecendo. Hoje se falar de capela não se diz mais, mas o que existiam eram paróquias, isso até 1970. A paróquia é uma instituição canônica, que está sob cuidado de um pároco, que é um ministro ordenado, um padre, é ele que determina, que aprova, que governa; o que ele pode ter são conselhos pastorais, etc. A partir de 1983, no pontificado de João Paulo II, há uma reforma do Código de Direito Canônico. No Brasil, nessa época, já existiam milhares de comunidades, mais de 60 mil comunidades. Só em Campinas, nessa época, já existiam umas duzentas comunidades, organizadas com celebração da Palavra, presidida por leigos/ leigas, catequese, liturgia, pastoral... O Código de 1983 confirma a paróquia como uma instituição eclesial, jurídica, canônica; mas não se cria a figura institucional de Comunidade Eclesial de Base. A CEB é uma unidade menor; ela pode estar vinculada a uma paróquia ou não; mas não existe canonicamente.²⁷⁷

Assim, para criar uma comunidade não precisa que um bispo a institua, basta que o pároco perceba a necessidade junto com as pessoas, e comece a formar mesmo antes de ter um terreno próprio, ou seja, começando a visitar famílias, celebrar missas, liturgia nas casas com o terço etc., até o ponto em que o padre perceba e diga: “vamos formar uma comunidade aqui” e formá-la. Mas, o que caracteriza uma comunidade?

Ela vai ter a liturgia, celebrações, o momento da palavra de Deus, a catequese educação na fé, algumas lutas ali que o pessoal vai fazer, visita a enfermo, os serviços básicos de uma vida de Igreja própria de nossa fé etc., eu posso dizer “olha, a paróquia Santo Cura D’Arns agora tem mais uma comunidade, a oitava comunidade”, eu posso até comunicar o bispo isso “olha, Dom João lá nós formamos” [...], então quanto mais comunidades nós tivermos, não importa o tamanho, ela pode ter 10 pessoas como num prazo de um ano estar tendo 100 pessoas. Essa comunidade que está lá não vai ser constituída canonicamente, ela vai fazer parte da paróquia, até financeiramente.²⁷⁸

Podemos perceber como não é um processo tão burocrático a formação de uma comunidade, já que um pároco tem autonomia diante do bispo para isso, embora “ela não está erigida, constituída no código de direito canônico, aqui na diocese, nos controles daqui,”²⁷⁹ como seria o caso de uma paróquia que é uma instituição canônica. Então, relembra o padre

²⁷⁷ MENEGAZZI, Cláudio Zaccaria. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 31 de janeiro de 2023.

²⁷⁸ Ibid.

²⁷⁹ Ibid.

Ferraro: “Depois em 1984, Dom Gilberto ao receber o novo Código de Direito Canônico exigiu a paróquialização das comunidades.”²⁸⁰

Esse processo de paróquialização foi acontecendo aos poucos, à medida em que as comunidades foram sendo substituídas por paróquias ou vinculadas a ela. No entanto, é importante salientar que nem todas as paróquias possuem comunidades, mas toda comunidade está vinculada a uma paróquia. Paróquia não é definida apenas como um templo religioso, mas também como extensão territorial que abrange determinado número de comunidades, ou seja, uma paróquia que está sob responsabilidade de um pároco pode ter algumas comunidades que devem seguir as determinações dele. Dessa forma, as CEBs perderam a autonomia e liberdade que tinham antes, conforme o avanço desse processo.

Nesse sentido, enquanto o poder de decisão das comunidades foi diminuindo, o das paróquias foi-se fortalecendo: “porque a base da Igreja são as paróquias, com os párocos e o povo que está lá para, entre outras coisas, servir o pároco e a paróquia.” Ainda neste sentido, o padre Cláudio Menegazzi reforça:

Atualmente, a Arquidiocese de Campinas tem 102 paróquias. Há paróquias com comunidades e paróquias sem comunidades. O número de comunidades por paróquia varia: umas tem 5, ou 6, ou 10 comunidades... Essas comunidades foram surgindo ao longo das últimas décadas e foram formando uma rede de comunidades. Em abril de 2021 a Arquidiocese de Campinas tinha 459 comunidades, além de 95 matrizes, num total de 554 unidades eclesiais.²⁸¹

É difícil datar o momento em que as comunidades de Campinas começaram seu processo de paróquialização, e conseqüentemente, as CEBs foram desaparecendo ou perdendo força. Algumas delas a partir do final da década de 1970, devido a sua localização geográfica, “[...] já estavam vinculadas a determinadas paróquias; ou mesmo já haviam sido transformadas em paróquias [...]”²⁸²

Atualmente na Arquidiocese de Campinas não existem comunidades com o nome CEB. Segundo o padre Cláudio Menegazzi:

As CEBs foram um fator de muito avanço da democracia, das lutas sociais, de um novo rosto de ser Igreja no Brasil e no mundo. Muitos padres não querem essa identidade eclesial por preconceito e, porque, no fundo, não querem as lutas de

²⁸⁰ FERRARO, Benedito. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 10 de fevereiro de 2023.

²⁸¹ MENEGAZZI, Cláudio Zaccaria. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 31 de janeiro de 2023.

²⁸² SANTANA, Luiz Carlos. op. cit. p. 102.

libertação do povo, dos pobres; têm medo do Reino de Deus; infelizmente isso é uma verdade; gostam de liturgia, amam catequese, mas não querem uma Igreja com rosto popular, transformadora da realidade, libertadora, com mártires. Preferem uma Igreja em forma de pirâmide, com o vértice para cima, e não uma Igreja toda circular, ou com o vértice para baixo. Aí está o maior veneno da Igreja, que o Papa Francisco está batendo de frente: o clericalismo.²⁸³

O padre Ferraro deixa claro que, embora não exista comunidades com o nome CEB, existem muitas comunidades e até mesmo paróquias em Campinas que se articulam com as CEBs, se organizam como uma CEB:

Tem, várias. A paróquia do São Marcos se articula com Comunidades Eclesiais de Base, não tem o nome, mas tem comunidades. A comunidade São José da Vila Esperança, a comunidade do Frei Galvão, a comunidade Santa Clara, a comunidade Nossa Senhora Aparecida... e ali você tem ministros, coordenadores, gente que faz parte do conselho, tem reuniões periódicas, então tem. [...] tem a dificuldade agora de que não se assume claramente Comunidades Eclesiais de Base, mas o formato, a maneira é da vivência de Comunidades Eclesiais de Base.²⁸⁴

Mas para além do que existe hoje, outro fator que contribuiu no enfraquecimento das CEBs é que grande parte da geração de bispos e padres progressistas foi, aos poucos, se aposentando ou morrendo, sendo substituídos por sacerdotes conservadores,²⁸⁵ como foi o caso de Dom Hélder Câmara, substituído em 1985 por Dom José Cardoso Sobrinho.²⁸⁶ Também teve influência as atitudes do novo Papa, João Paulo II:

[...] um declarado anticomunista, adotou uma orientação mais centralizadora para o Vaticano e logo condenou a Teologia da Libertação e seus ideólogos, repreendeu os bispos que a defendiam, censurou publicações e, além disso, subdividiu a Arquidiocese de São Paulo, como forma de diluir sua força.²⁸⁷

Essa atitude de condenar a Teologia da Libertação e silenciar seus ideólogos, acarretou em diversas consequências para a Igreja e principalmente para as CEBs. À vista disso, é necessário salientar que essa teologia é contestada pelos setores mais conservadores da Igreja,

²⁸³ MENEGAZZI, Cláudio Zaccaria. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 31 de janeiro de 2023.

²⁸⁴ FERRARO, Benedito. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 10 de fevereiro de 2023.

²⁸⁵ SILVA, Sandro Ramom Ferreira da. op. cit. p. 197.

²⁸⁶ Ibid, p. 240.

²⁸⁷ GOMES, Paulo César. op. cit. p. 36.

tendo marxismo como um dos principais aspectos polêmicos.²⁸⁸ Afinal, é possível afirmar que existe na Igreja uma luta de classes? A resposta pode ser:

[...] Sim e não. Sim, na medida em que certas posições correspondem aos interesses das classes dominantes e outras àqueles das classes oprimidas. Não, na medida em que os bispos, os jesuítas ou os padres que se encontram à frente da “Igreja dos Pobres” não são, eles próprios, pobres. Sua adesão à causa dos explorados é fruto de considerações espirituais e morais, inspiradas por sua cultura religiosa, sua fé cristã e a tradição católica. Além disso, essa dimensão moral e religiosa é um fator essencial na motivação de milhares de militantes cristãos dos sindicatos, das associações de bairro, das comunidades de base e das frentes revolucionárias. [...]²⁸⁹

Além disso, as CEBs sofreram diversas críticas por sua prática de “clericalização” dos leigos e “laicização” do clero,²⁹⁰ isto é, os leigos desempenhavam funções que substituíam os ministros, valorizando assim as escrituras nas celebrações, ou conforme as palavras dos religiosos: “valorização da Palavra”. As CEBs também foram criticadas pela sua “atuação político-partidária dentro das comunidades”.²⁹¹

O padre Ferraro e o padre Cláudio Menegazzi atribuem o enfraquecimento das CEBs em Campinas a um conjunto de fatores que foram se somando. Para o padre Ferraro,

Campinas não está fora do mundo nem fora da Igreja do Brasil, então o pontificado de João Paulo II, mais o pontificado de Bento XVI, temos quase 40 anos de 2 pontificados que bateram nas Comunidades Eclesiais de Base, e bateram também na Teologia da Libertação. [...] Também, neste período, houve a nomeação de bispos, muito conservadores, e acrescido à dinâmica da paroquialização, houve também, como afirma o Papa Francisco, um fortalecimento do clericalismo, que também influenciou no arrefecimento das comunidades. [...] Nesse contexto as comunidades se enfraqueceram e recentemente, com a questão política, em um contexto de polarização, as Comunidades Eclesiais de Base foram associadas aos comunistas, subversivos, havendo uma propaganda repressiva em nível midiático nacional. Este processo afetou muito as comunidades Eclesiais de Base.²⁹²

O padre Cláudio Menegazzi também expõe seu ponto de vista sobre esse arrefecimento das comunidades:

²⁸⁸ LÖWY, Michael. op. cit. 1991, p. 90.

²⁸⁹ Ibid, p. 26.

²⁹⁰ HOLANDA. João Pedro Augusto de. op. cit. p. 115.

²⁹¹ Ibid, p. 115.

²⁹² FERRARO, Benedito. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 10 de fevereiro de 2023.

[...] penso que isso é um processo natural em todas as instituições: elas crescem, têm seus períodos de altos e baixos. [...] Como a Igreja por um longo período acabou se tornando muito clericalista, focada muito no poder do ministério ordenado – dos padres e bispos – e, nas CEBs, a forma de exercer os serviços, a organização, o dinamismo sempre estiveram mais voltados para os leigos e leigas. A partir do pontificado do Papa João Paulo II, houve uma grande centralização do poder clerical. [...] Fortaleceu-se um regime de clericalização na Igreja, de paroquialização, porque, como vimos, de modo geral, não há paróquia sem pároco. [...]²⁹³

Desse modo, percebemos como a década de 1980 significou um enfraquecimento das CEBs, não apenas pelas questões de conjuntura social, como também pelas mudanças internas que a Igreja passou, sobretudo após a eleição do Papa João Paulo II, que contribuiu fortemente para o enfraquecimento desse movimento, tirando aos poucos sua autonomia por meio dos bispos progressistas que foram sendo substituídos pelos conservadores, não muito simpáticos às CEBs.

Mas isso não significou o fim das CEBs e nem tirou sua importância para aquele contexto. É preciso reconhecer a importância que as CEBs tiveram nos anos de ditadura civil-militar brasileira, por possibilitar espaços para a sociedade somar forças através da sua participação e desenvolver consciência crítica e política naquele momento, conforme vimos, e também devemos considerar sua importância hoje, já que as CEBs continuam existindo e atuando na Igreja, realizando

[...] um trabalho de grande valor, reúnem as pessoas dos setores populares, renovam sua fé, alimentam sua esperança, impulsionam a ação de partilha e solidariedade entre os pobres. Elas celebram a vida simples do povo, suas alegrias e dificuldades, seu anseio e suas lutas por um mundo mais justo. As CEBs realizam na base da Igreja e da sociedade o que o Papa Francisco indica como missão evangelizadora da Igreja.²⁹⁴

Hoje as CEBs também têm sua importância nesse novo contexto pós-redemocratização e inclusive, contam com o apoio do Papa Francisco, pontífice atual da Igreja:

As outras instituições eclesiais, comunidades de base e pequenas comunidades, movimentos e outras formas de associação são uma riqueza da Igreja que o Espírito suscita para evangelizar todos os ambientes e sectores. Frequentemente trazem um novo ardor evangelizador e uma capacidade de diálogo com o mundo que renovam a Igreja. Mas é muito salutar que não percam o contacto com esta realidade muito rica da paróquia local e que se integrem de bom grado na pastoral orgânica da Igreja

²⁹³ MENEGAZZI, Cláudio Zaccaria. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 31 de janeiro de 2023.

²⁹⁴ PERSPECTIVAS PARA AS CEBS NO PONTIFICADO DE FRANCISCO. Disponível em: <https://portaldascebs.org.br/perspectivas-para-as-cebs/>. Acesso em: 18 jul. 2022.

particular. Esta integração evitará que fiquem só com uma parte do Evangelho e da Igreja, ou que se transformem em nômades sem raízes.²⁹⁵

É possível perceber como o Papa Francisco defende a importância das CEBs, com uma função de integração e diálogo em todos os ambientes. Conforme as palavras do padre Cláudio Menegazzi,

Se perguntar para mim hoje qual é o grande rumo do Papa Francisco, ele vai voltar nessa questão dos pilares das CEBs, amar os pobres, dar a vida pelos que estão descartados no mundo, construir uma Igreja toda povo de Deus, contra o clericalismo, que ele chama até de veneno e demônio; o Papa dizer isso da Hierarquia, é uma voz muito profética. Por isso que tem gente na Igreja (cardeais, bispos, padres...) que o detestam, rezam pela morte rápida dele, porque hoje, Francisco, é o que mais combate o clericalismo na Igreja. Outra questão que o Papa tem defendido: justiça, ecologia, questão de gênero, o empenho das mulheres; por ele já teria instituído o ministério ordenado das diaconisas. Ele é muito avançado.²⁹⁶

Assim, percebemos que o Papa Francisco representa hoje uma esperança para muitos católicos que viveram e atuaram nas CEBs. Ao ser questionada sobre a importância das CEBs nos dias de hoje, durante a entrevista que realizamos, Vera Lúcia respondeu: “[...] para mim a CEBs é o lugar onde tem que estar as várias pastorais que trabalham a pessoa humana, então as pastorais internas têm que estar nas CEBs: Catequese, Liturgia, Ação Missionária, Pastoral da Criança, Pastoral da Juventude”.²⁹⁷

Para Lizete Aparecida, que fez parte da Comissão Arquidiocesana de CEBs (1998-2022), a importância delas permanece como no contexto de seu surgimento: “as CEBs hoje têm um papel fundamental, como foi na época da Ditadura, porque a realidade que a gente está vivendo hoje é uma Ditadura, diferente e em outros moldes: a ditadura velada, manipulada, do celular, da mídia...[...]”.²⁹⁸

Nesse sentido, ressaltamos que é importante analisar as memórias e percepções construídas sobre as CEBs e o contexto de ditadura civil-militar em que estiveram inseridas. Cada entrevistado expôs o seu posicionamento pessoal em relação a essas questões, e seu

²⁹⁵ PAPA FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*. Nº 29, Vaticano, 2013, p. 27. Disponível em: https://www.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium_po.pdf. Acesso em: 18 jul. 2022.

²⁹⁶ MENEGAZZI, Cláudio Zaccaria. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 31 de janeiro de 2023.

²⁹⁷ FARIA, Vera Lúcia Rodrigues de. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 11 de fevereiro de 2020.

²⁹⁸ SOUZA, Lizete Aparecida de. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 05 de fevereiro de 2020.

ponto de vista foi construído a partir do seu local de atuação. Assim sendo, a partir das discussões metodológicas da História Oral articuladas às discussões teóricas acerca da construção de memórias, analisaremos no próximo capítulo as diferentes memórias e percepções dos distintos participantes das CEBs de Campinas.

3 COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE: MEMÓRIAS, ORALIDADES, MILITÂNCIA E RESISTÊNCIAS

Propor-se não lembrar é como se propor não perceber um cheiro, porque a lembrança, assim como o cheiro, acomete, até mesmo quando não é convocada. Vinda não se sabe de onde, a lembrança não permite ser deslocada; pelo contrário, obriga a uma perseguição, pois nunca está completa. A lembrança insiste porque de certo modo é soberana e incontrolável (em todos os sentidos dessa palavra).²⁹⁹

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), não apenas em Campinas, mas em todo o Brasil, marcaram a vida das pessoas que fizeram parte delas. Essa marca foi deixada em diferentes intensidades nos seus membros, já que cada um sentiu de maneira singular a força e importância das CEBs. Isso ajuda explicar como em uma mesma comunidade, numa mesma época, fazendo a mesma pergunta obtive diferentes respostas durante as entrevistas, mas isso não significa que uma resposta esteja menos certa ou mais errada, pelo contrário: significa que temos pontos de vistas distintos e que as memórias sempre são plurais.

Como vimos nos capítulos anteriores, a atuação das CEBs se dava em diversas esferas da sociedade e não apenas no âmbito religioso, já que elas eram vistas como um espaço de acolhimento e também de lutas sociais, onde havia a possibilidade de fortalecer a militância de seus membros com a premissa de conquistar melhores condições de vida.

O ato de militar significa defender uma determinada causa através de uma (ou mais) ação, e essa defesa costuma criar pontos convergentes e divergentes entre os militantes, podendo gerar polêmicas, atritos, controvérsias, resistências e desavenças entre quem está envolvido. A militância nas CEBs não foi diferente, por isso é importante analisar as narrativas de seus membros a fim de esclarecer pontos convergentes e divergentes, e desse modo, ressaltamos a importância da metodologia da História Oral para pesquisas como esta.

Antes, porém, de analisarmos as memórias construídas por ex-militantes das CEBs, a partir dos depoimentos coletados para esta pesquisa, apresentaremos a seguir uma breve reflexão que ajudará elucidar os conceitos de memórias e História Oral para este terceiro capítulo.

²⁹⁹ SARLO, Beatriz. op. cit. p. 10.

3.1 Memórias e História Oral

A metodologia interdisciplinar de pesquisa denominada História Oral, além de permitir “o registro de testemunhos e o acesso a "histórias dentro da história" e, dessa forma, ampliar as possibilidades de interpretação do passado”³⁰⁰, permite também a produção de fontes que auxiliam no estudo da história contemporânea, sobretudo após a invenção do gravador a fita em meados do século XX mais precisamente em 1948.³⁰¹

Essa metodologia

consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. Tais entrevistas são produzidas no contexto de projetos de pesquisa, que determinam quantas e quais pessoas entrevistar, o que e como perguntar, bem como que destino será dado ao material produzido.³⁰²

Assim, a História Oral tornou-se uma história do local, do comunitário, de minorias que antes não eram valorizadas pelas pesquisas em História, ao contrário dos grandes homens, dos vencedores, das elites. Essa inclusão de personagens que antes ficavam à margem de pesquisas históricas trouxe um avanço significativo para a ciência, sobretudo para as Ciências Humanas, por trazer perspectivas diferentes raramente encontradas nos livros. Mas o reconhecimento desses novos registros só foi possível,

após amplo movimento de transformação dessas ciências, que, com o tempo, deixaram de pensar em termos de uma única história ou identidade nacional, para reconhecer a existência de múltiplas histórias, memórias e identidades em uma sociedade. Alguns anos se passaram até que as potencialidades do novo método fossem aceitas e incorporadas às práticas acadêmicas. Essa resistência se deveu, em parte, à própria forma como eram realizadas as pesquisas que utilizavam a História oral.³⁰³

Essa mudança nas pesquisas, revalorizando sujeitos antes invisíveis, é chamada por Beatriz Sarlo de “*giro subjetivo*: uma mudança na perspectiva teórica e metodológica que

³⁰⁰ ALBERTI, Verena. op. cit. p. 155.

³⁰¹ Ibid.

³⁰² Ibid.

³⁰³ Ibid, p. 158.

trouxe à tona o *sujeito histórico*, com toda a força de sua subjetividade, carregado de sentimentos e emoções. [...]”.³⁰⁴ Para ela,

Esse reordenamento ideológico e conceitual da sociedade do passado e de seus personagens, que se concentra nos direitos e na verdade da subjetividade, sustenta grande parte da iniciativa reconstituidora das décadas de 1960 e 1970. Coincide com uma renovação análoga na sociologia da cultura e nos estudos culturais, em que a identidade dos sujeitos voltou a tomar o lugar ocupado, nos anos 1960, pelas estruturas. Restaurou-se a razão do sujeito, que foi, há décadas, mera "ideologia" ou "falsa consciência", isto é, discurso que encobria esse depósito escuro de impulsos ou mandatos que o sujeito necessariamente ignorava. [...].³⁰⁵

Nesse sentido, é interessante ressaltar a reflexão de Maria Paula Araujo sobre a entrevista, que inevitavelmente “cria uma relação carregada de subjetividade. Os entrevistados são pessoas falando de suas vidas e esta fala, necessariamente, envolve emoções e sentimentos. [...]”³⁰⁶ Contudo, nosso desafio enquanto historiadores não é suprimir essa carga emotiva das fontes produzidas por esta metodologia, mas sim “transformá-la numa chave de entendimento histórico – do personagem que narra a sua vida e do momento histórico no qual esta vida se encaixa. [...]”³⁰⁷

Em vista disso, também é importante mencionar um dos conflitos que surge quando se trabalha com História Oral, sobretudo quando se trata de História do Tempo Presente: o rigor acadêmico *versus* subjetividade. Mas essa preocupação em manter a cientificidade em oposição a um possível partidarismo ou tendenciosidade não é uma preocupação exclusiva dessa modalidade de história, “como se as demais modalidades da história estivessem imunes aos riscos em pauta”.³⁰⁸

Ao mesmo tempo, a subjetividade está presente nas memórias à mesma medida em que as reconhecemos como construções humanas, e como afirma Elizabeth Jelin, construção humana e subjetiva: “porque, lo reiteramos, la memoria es una construcción humana, subjetiva.”³⁰⁹ Por conseguinte, nem todas as pessoas pertencentes a um mesmo grupo pensam

³⁰⁴ ARAUJO, Maria Paula. op. cit. 2012, p. 177.

³⁰⁵ SARLO, Beatriz. op. cit. p. 18-19.

³⁰⁶ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. op. cit. 2012, p. 183.

³⁰⁷ Ibid.

³⁰⁸ FICO, Carlos. “História que temos vivido”. In: VARELLA, Flávia et al (org.). **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 86.

³⁰⁹ JELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado: como construimos la memoria social**. Buenos Aires: SigloXXI editores, 2007. p. 170.

consensualmente sobre eventos vivenciados, ocasionando inclusive disputas internas sobre os mesmos episódios:

Sin embargo, es claro que no todos comparten las mismas memorias. Hay interpretaciones diferentes y aun contradictorias de los mismos acontecimientos, no sólo entre los “ganadores” y los “perdedores” de la confrontación, o entre perpetradores y víctimas, sino dentro de cada parte del conflicto. Además, están quienes vivieron el evento o período que se recuerda y quienes conforman un cuerpo colectivo que comparte sentimientos y saberes culturales a través de complejos procesos de identificación, pertenencia y transmisión. Desde los trabajos pioneros de Maurice Halbwachs, sabemos que algunas instituciones (la familia, el sistema escolar) ofrecen los primeros “marcos” para las memorias sociales. (...) ³¹⁰

Essa disputa de memórias acontece entre os indivíduos que passam a ser reconhecidos como sujeitos de sua própria história por meio da metodologia de História Oral, que concede espaço para memórias marginalizadas, ou subterrâneas, como conceitua Michael Pollak:

[...] Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes. ³¹¹

Nas lembranças existem “zonas de sombra, silêncios, ‘não-ditos’”. As fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento.” ³¹² O silenciamento sobre determinados fatos, e também “alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos. [...]” ³¹³

Por isso, essa reflexão sobre memória e História Oral vai ao encontro desta pesquisa, já que foram realizadas ao todo 17 entrevistas e todas elas também carregam uma certa dose

³¹⁰ Ibid, p. 139-140.

³¹¹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 4, 1989.

³¹² Ibid, p. 8.

³¹³ Ibid.

de sentimentos, conforme será possível perceber ao longo deste terceiro capítulo. No total, entrevistamos 12 pessoas dentre os quais 5 foram entrevistados por duas vezes. Essas entrevistas contribuíram significativamente para a compreensão dos significados da atuação nas CEBs para seus militantes e como essa militância e a resistência das CEBs impactaram suas histórias de vida e a História do Brasil Contemporâneo. Apresentamos a seguir uma breve biografia de nossos depoentes, a fim de compreender a inserção de suas trajetórias na atuação das CEBs em Campinas.

3.2 Os depoentes

Nossas primeiras entrevistas foram realizadas no ano de 2020, para elaboração do projeto de pesquisa que foi submetido ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ-FFP. A primeira pessoa que entrevistei foi Vanda Sauhi Russo, e a partir dela fui conhecendo e convidando outras pessoas que também foram sugerindo e indicando mais militantes para me conceder uma entrevista, resultando em todas entrevistas realizadas. Vanda Russo é graduada em Ciências Sociais e mestre em educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Começou sua participação como catequista, mas as CEBs a impulsionou para participar dos movimentos sociais, do movimento operário e da construção do PT em Campinas. Foi eleita vereadora na cidade de Campinas e exerceu seu mandato de 1989 a 1992. Atualmente faz parte da coordenação do Grupo de Mulheres da Periferia em Campinas. Nossa entrevista foi realizada no dia 15 de janeiro de 2020 no Centro Pastoral Pio XII, no centro de Campinas.

A segunda pessoa entrevistada foi Cícero Palmeira da Silva, e ele me concedeu a entrevista duas vezes: a primeira no dia 17 de janeiro de 2020, e a segunda no dia 13 de janeiro de 2023, ambas no Centro Pastoral Pio XII. Cícero Palmeira sempre esteve ligado aos movimentos sindicais e por isso foi convidado muitas vezes para ser diretor sindical, mas sempre recusou. Além de sua atuação nas CEBs, participava da Pastoral Operária, na qual ainda é participante. Atualmente trabalha no Centro Pastoral Pio XII e frequenta a comunidade Nossa Senhora Aparecida, localizada no bairro São Marcos em Campinas, e que ainda hoje é considerada uma Comunidade Eclesial de Base em seu modo de vivenciar a Bíblia, embora não tenha o nome de CEBs.

A terceira entrevistada foi Izalene Tiene no dia 22 de janeiro de 2020, e ela me concedeu duas entrevistas, a segunda no dia 16 de janeiro de 2023, sendo as duas realizadas no Centro Pastoral Pio XII. Izalene Tiene possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-CAMPINAS, e mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Atualmente é participante das CEBs, participa nas comunidades Bom Pastor na Vila Georgina e São José no bairro São Vicente, ambas em Campinas. Também participa do Grupo de Mulheres na Periferia de Campinas e do Partido dos Trabalhadores – PT. Começou sua participação em 1976 na Comunidade São José, no bairro São Vicente. Era vice-prefeita na gestão de Antônio da Costa Santos, conhecido como Toninho do PT (2000-2004), e assumiu o mandato até o fim após o assassinato do prefeito, em 2001. Izalene Tiene é a primeira e única mulher que exerceu o cargo de prefeita na cidade de Campinas até o momento.

No dia 24 de janeiro de 2020 tive a imensa alegria de entrevistar Zilda Santesso, que infelizmente faleceu de forma repentina no dia 21 de julho de 2020. Zilda Santesso era formada em pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas e mestrado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Trabalhou no Serviço de Apoio ao Estudante da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP entre 1976-1998. Durante sua atuação nas CEBs, participava também dos movimentos sociais (moradia, saúde, educação, transporte, segurança) e conseqüentemente também da política, ajudando inclusive na construção do PT. Será sempre lembrada, conforme as palavras no site da Arquidiocese de Campinas, como “uma mulher dinâmica, lutadora, esperançosa, que buscava uma sociedade justa e solidária e não media esforços para que isso pudesse acontecer.”³¹⁴

A quinta pessoa entrevistada foi o padre Benedito Ferraro, que me concedeu duas entrevistas: a primeira no dia 30 de janeiro de 2020 e a segunda no dia 10 de fevereiro de 2023, ambas no Centro Pastoral Pio XII. Padre Benedito Ferraro cursou Filosofia e Teologia no Seminário Central do Ipiranga (1965-1971), e licença de Filosofia em Mogi das Cruzes na Faculdade de Ciências e Letras. Foi ordenado presbítero, ou seja, padre em 15 de agosto de 1971, na paróquia São Sebastião, em Valinhos. É doutor em Teologia na Universidade de Fribourg, na Suíça (1971-1975). Foi animador das Comunidades Eclesiais de Base na região do Campo Grande (Campinas) entre 1978-1984, coordenador de Vilas Planejadas entre 1980-1985. Também foi assessor das CEBs de 1986 a 2000, e atualmente é assessor da Comissão Arquidiocesana de Pastoral Operária e professor na PUC-Campinas.

³¹⁴ COSTA, João. Falecimento de Zilda Santesso. Arquidiocese de Campinas, 2020. Disponível em: <http://arquidiocesecampinas.com/falecimento-de-zilda-santesso/>. Acesso em: 23 abr. 2023.

A sexta pessoa entrevistada foi David Augusto Dreger, no dia 5 de fevereiro de 2020, na paróquia Nossa Senhora da Conceição de Nova Aparecida, localizada em Campinas. David estudou Teologia e participava da paróquia Nossa Senhora de Fátima, localizada no bairro do Taquaral em Campinas, que tinha CEBs ao redor dela onde David Augusto participou do Conselho de Leigos e dos encontros de CEBs que aconteciam em outras cidades, os quais ele ia nas sextas e retornava para Campinas no domingo, junto com outros membros. Mas atualmente participa dessa paróquia em que realizamos a entrevista.

Também no dia 5 de fevereiro de 2020, entrevistei também Lizete Aparecida de Souza, no Centro Pastoral Pio XII. Lizete Aparecida me concedeu uma segunda entrevista no dia 8 de dezembro de 2022, em sua casa na cidade de Campinas. Lizete Aparecida estudou Teologia e começou sua participação em 1978 na paróquia Santa Edwiges, em um grupo de jovens na capela São Cristóvão em Campinas. Ela fez parte da Comissão Arquidiocesana de CEBs entre o ano de 1998 até 2022, e atualmente participa no Grupo de Mulheres na Periferia de Campinas e do Núcleo da Economia de Francisco e Clara³¹⁵ (em que tem os participantes de CEBs e de outros organismos da Igreja e Movimentos Sociais).

Ainda no ano de 2020, a oitava pessoa que foi entrevistada foi Vera Lúcia Rodrigues de Faria, que também concedeu duas entrevistas: a primeira no dia 11 de fevereiro de 2020 no Centro Pastoral Pio XII, e a segunda entrevista no dia 10 de dezembro de 2022, em sua casa na cidade de Campinas. Vera Lúcia é educadora infantil, formada em pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas. É Conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) e fez parte da Comissão Arquidiocesana das CEBs. Vera Lúcia atualmente é viúva, mas foi casada com o ex-vereador José Carlos Faria que exerceu seu mandato de 1989-1992 pelo PT, mesmo ano em que Vanda Sauhi Russo.

As entrevistas que sucedem foram realizadas no ano de 2022 ou 2023 pela primeira vez. Assim, a nona pessoa entrevistada foi Aparecido José Antônio, conhecido como Cidinho ou Cido, no dia 17 de dezembro de 2022, em sua casa localizada na cidade de Campinas. Cidinho, como é mais conhecido, é eletricitista aposentado e veio do interior do Paraná para Campinas desde 1979. Atualmente participa de reuniões das CEBs.

No dia 4 de janeiro de 2023, realizamos uma entrevista com um casal de militantes: Paulo de Brito Cunha e Maria José da Silva Cunha. A entrevista foi realizada onde eles

³¹⁵ “A Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC) teve seu início a partir do chamado do Papa Francisco, feito em maio de 2019, convocando jovens empreendedores, economistas e transformadores sociais do mundo todo para um ‘compromisso no espírito de São Francisco, a fim de tornar a economia de hoje e de amanhã justa, sustentável e inclusiva, sem deixar ninguém para trás’”. Disponível em: <http://economiadefranciscoeclara.com.br/sobre/>. Acesso em: 06 jun. 2023.

moram, na cidade de Campinas. Paulo veio do Paraná em 1976, e logo entrou na Pastoral Operária, nas CEBs, no movimento sindical e no PT. Atualmente Paulo de Britto é aposentado, mas está voltando às atividades no processo de evangelização, como sempre foi nas CEBs, e até a data de nossa entrevista ele estava em sua segunda reunião com esse grupo. Participa também de encontros da Pastoral Operária. Maria José da Silva Cunha, sua esposa, veio de Jacareí (SP) em 1972, com 12 anos de idade para trabalhar “em casa de família”, conforme suas palavras. Posteriormente trabalhou em comércio, e depois fez um concurso da UNICAMP e passou, onde trabalhou por 33 anos até se aposentar. Maria José foi a primeira vereadora negra eleita na cidade de Campinas, exercendo seu mandato de 2001-2004, pelo PT.

A décima segunda pessoa entrevistada foi o padre Cláudio Zaccaria Menegazzi, que me concedeu a entrevista no dia 31 de janeiro de 2023 no Centro Pastoral Pio XII. Padre Cláudio Menegazzi cursou técnico em Turismo no Colégio Estadual Culto a Ciência (1970-1975), Filosofia e Teologia na PUC-Campinas (1980-1986). Foi ordenado presbítero em 29 de março de 1987 na paróquia Santa Teresa D’Ávila, no Parque Industrial, em Campinas. Iniciou seu Mestrado em Teologia no Instituto Santo Inácio, em Belo Horizonte (1996-1997). Foi assessor arquiocesano das CEBs (2000-2022). Foi nomeado pároco da paróquia Santo Cura D’Arns em Campinas dia 15 de fevereiro de 2021.

As primeiras entrevistas foram realizadas entre 15 de janeiro e 11 de fevereiro de 2020, sendo que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia do novo Coronavírus no dia 11 de março desse mesmo ano, e as últimas foram realizadas entre 8 de dezembro de 2022 e 31 de janeiro de 2023. Desse modo, é importante destacar que antes e mesmo no pós-pandemia todas as entrevistas foram realizadas de modo presencial nos espaços da Igreja Católica (como vimos que foi a maioria), ou nos espaços de suas próprias casas.

Após a breve biografia sobre os depoentes que acabamos de apresentar, analisaremos suas memórias relativas às suas participações nas CEBs. Para isso, a partir das transcrições que realizamos de todas as entrevistas, separamos os temas que mais tiveram ênfase pelos entrevistados para identificar os pontos convergentes ou divergentes e os embates entre as memórias. Assim, veremos a seguir temas como atuação, política, movimentos sociais, Teologia da Libertação, enfraquecimento, resistência, legado delas e a participação deles hoje em dia.

3.3 Atuação das CEBs

*Se você não se rebela contra uma situação de injustiça que está aí, você está convivente com ela.*³¹⁶

Durante as entrevistas, os depoentes narraram a maneira como as CEBs atuavam. Vanda Russo que começou sua participação na comunidade da Vila Costa e Silva, chama atenção ao aspecto dinâmico que ela possuía: “Na comunidade havia muitos grupos: Pastoral Operária, Liturgia, Catequese, Grupo de Mulheres... nós ajudávamos até construir outras comunidades.”³¹⁷ Sobre o que caracteriza uma Comunidade Eclesial de Base, ela detalha:

As CEBs é um jeito novo de ser igreja, ela volta às origens, nela a proposta de Jesus Cristo a gente vive na prática. Ele veio como pobre, viveu no meio dos pobres. Ele inverteu toda a ordem das coisas, a mulher por exemplo tinha pouca importância na sociedade daquela época, era excluída, Ele se mostrou contrário a isso. As CEBs vêm vivenciar tudo isso, lutar contra os preconceitos e injustiças, contra a ordem que está aí. É a igreja voltada para os problemas dos pobres, dos mais necessitados, dos excluídos da nossa sociedade, dos que não tem voz.³¹⁸

Essa caracterização também apareceu em outras entrevistas, como a realizada com Cícero Palmeira, onde ele chama atenção para o aspecto da consciência que era necessário ter para transformar a sociedade e lutar contra essas injustiças como citadas por Vanda Russo. Assim, seu grupo na comunidade Nossa Senhora Aparecida, localizada no Jardim São Marcos atuava também nesse sentido:

As CEBs iam ao encontro dos necessitados, pedindo a solução de problemas básicos como: creches, saneamento básico (água), luz, a questão da pavimentação, asfalto, saúde, transporte (o transporte na época era muito ruim). O nosso grupo esclarecia as pessoas para essas lutas, para estarem inseridos nesta realidade. Então a missão das CEBs é ajudar a pessoa a compreender que a gente está no mundo para ajudar as pessoas, tentar fazer um mundo melhor e consciente.³¹⁹

Izalene Tiene também descreveu como era a ação em sua comunidade, chamada São Vicente:

³¹⁶ RUSSO, Vanda Sauhi. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 15 de janeiro de 2020.

³¹⁷ Ibid.

³¹⁸ Ibid.

³¹⁹ SILVA, Cícero Palmeira da. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 17 de janeiro de 2020.

Nossa ação pastoral estava voltada para essa população, incentivando formar CEBs e melhorar as condições de vida do povo (faltava moradia, transporte, alimentos, serviços de saúde, educação... os bairros ficavam distantes das áreas centrais onde estavam as ofertas de serviços públicos. A Igreja da Teologia da Libertação tinha um papel importante de ajudar a organização nas comunidades, incentivando os pobres no seguimento de Jesus Cristo, o que implicava em ter uma vida de qualidade e dignidade. A necessidade de água potável, saneamento básico, trabalho e salários dignos, e condições para uma vida em relação de ajuda mútua.³²⁰

Toda essa atuação no ambiente de fora da Igreja, com preocupações como saneamento, pavimentação, transporte, escolas etc., despertou nossa curiosidade a respeito de possíveis desentendimentos entre os participantes das comunidades. Será que a partir do momento em que alguns membros discordassem de determinada reivindicação, isso seria motivo para conflitos? Sobre isso, ela pontuou:

Não tinha conflitos, só havia pessoas que participavam e pessoas que não participavam. Mas não havia conflitos porque, como as comunidades não eram tão distantes uma das outras, quem não queria participar mais da luta e tal, acabava indo na Igreja só assistir à missa e pronto, mas as pessoas que participavam ali perto da sua moradia se comprometiam mais, porque elas estavam nessa luta, elas estavam reivindicando melhoria para o bairro. Então era uma união mesmo, porque a religião é vida, o evangelho é vida. Jesus viveu e foi mostrando como é que deve se viver, e a gente fazia isso, para seguir Jesus Ele sempre estava entre as pessoas para que as pessoas tivessem mais vida, então Ele estava ressuscitando, Ele estava retomando a saúde, sempre Ele estava defendendo a vida das pessoas e era isso que a gente refletia na celebração, na missa.³²¹

A visão de que não se deve separar os problemas sociais da reflexão feita através do evangelho foi reforçada em outras entrevistas, como por exemplo na do padre Cláudio Menegazzi. No entanto, ele reconhece a existência de conflitos causados por essa relação:

Um outro conflito que se teve é na relação fé-vida, fé-política, as lutas sociais por vida, libertação, dignidade. Esse é outro embate muito grande; eu penso que até mais do que a questão do poder, o grande embate que não se conseguiu superar é essa dicotomia, essa visão separada de fé e vida, espiritualidade e realidade. Jesus nunca separou isso. Ele tinha uma visão integral, holística, relacional; uma dimensão completa a outra. [...]³²²

Apesar dos conflitos existentes nas comunidades, a união é um aspecto de destaque para os depoentes. Essa união das pessoas para comprometerem-se nas reivindicações, como

³²⁰ TIENE, Izalene. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 22 de janeiro de 2020.

³²¹ TIENE, Izalene. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 16 de janeiro de 2023.

³²² MENEGAZZI, Cláudio Zaccaria. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 31 de janeiro de 2023.

citadas por Izalene Tiene, também foi destacada por Zilda Santesso onde em sua comunidade Nossa Senhora da Penha, com objetivo de amenizar as agruras da pobreza daquela realidade:

A nossa comunidade era realmente muito pobre, você tinha que ajudar a sustentar a comunidade e as pessoas, porque se tinha muita pobreza naquele bairro... muita criança sem leite, com problema de saúde. Você tinha que ajudar a arrumar roupa, então o grupo de mulheres trabalhou muito nesse sentido, no bazar, nas coisas assim, para se ajudar mutuamente.³²³

Essa situação de pobreza fez também com que os membros da comunidade Nossa Senhora da Penha colocassem “a mão na massa” literalmente, no momento de construção do Centro Comunitário:

Tinha um mutirão todo final de semana, então todos esses trabalhadores que eram mestre de obra e mais um pedreiro, preparavam o trabalho para o final de semana, e no final de semana todos nós/ todas nós participávamos. É, eu carreguei muita terra com carriola, com tudo sabe (risos), e também nós fazíamos a comida, porque a gente ficava o dia inteiro, então, nós comíamos no mutirão.³²⁴

Ao narrar sua participação, padre Benedito Ferraro pontuou sua participação a partir de 1975, e que em um determinado momento ajudou a cuidar de 25 comunidades ao mesmo tempo. Além disso, salientou que as pessoas engajadas nas comunidades contribuíram para as mudanças que aconteceram na Igreja:

Eu comecei a trabalhar em Campinas mesmo como padre em 1975, [...] E a partir dali eu engajei nas comunidades do Cura D’Ars, e também nas comunidades do Campo Grande, e eu trabalhei lá 12 anos. Nós tínhamos em um determinado momento 25 comunidades. Desde a Anhanguera, até o Campina Grande, com um grupo muito grande de ministros, ministras, ministro da palavra, ministro do batismo, e que de fato, colaboraram com as comunidades e deram, vamos dizer, um novo rosto para Igreja em Campinas.³²⁵

Ao participar de uma dessas 25 comunidades sob o cuidado do padre Benedito Ferraro, que na época era responsável por uma equipe cuja composição era ele próprio, padre

³²³ SANTESSO, Zilda. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 24 de janeiro de 2020.

³²⁴ Ibid.

³²⁵ FERRARO, Benedito. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 30 de janeiro de 2020.

Benedito Ferraro, padre Cláudio Menegazzi, um outro terceiro padre e mais alguns leigos,³²⁶
Lizete Aparecida menciona uma das lutas que presenciou e se engajou:

Os bairros não eram asfaltados, o pessoal teve que lutar por tudo ali: por água, por asfalto, por luz, por saúde... pela saúde ainda continua até hoje, lamentavelmente, por creche, então foi uma história de muita luta, lutamos muito. Eu peguei muito essa parte da luta pela duplicação da John Boyd Dunlop [é a maior avenida de Campinas, com aproximadamente 30 km de extensão], porque a gente não conseguia viver vendo aquilo toda semana, quase todo dia, pessoas morrendo naquela pista, que era um vai e vem de transporte. O transporte muito precário na época, então teve que lutar pelo transporte. Então eram as lutas assim básicas da vida, que você tinha que lutar mesmo, se hoje a região está daquele jeito que está, é porque o povo lutou, ninguém dá nada de graça, foi luta mesmo do povo e foi conquistando, isso em Campinas todo, se for ver lá com pessoal que está no Ouro Verde... você conversou um pouco com a Zilda, talvez ela tenha falado a você, mas os bairros melhoraram e estão do jeito que estão porque o povo lutou, lutou por asfalto, por água, por energia, por saúde, por transporte, hoje é outra realidade, mas tem no fundo, por trás de tudo isso o sangue e o suor de muita gente.³²⁷

Nesse sentido, o fundamento para todas essas ações se dava a partir da relação, ou melhor, ligação entre *Fé* e *Vida* que os depoentes expressaram, ou seja, a interpretação da fé a partir da leitura bíblica motivava ações de combate ao problema que estava sendo vivenciado no momento:

As Comunidades de Base se preocupavam muito com isso, ao ler a palavra de Deus a gente trazia para dentro da palavra a realidade que a gente estava vivendo. Isso cria consciência, porque quando você traz para dentro da Bíblia, para palavra de Deus a vida, e a gente aprende uma coisa, não é a *minha vida*, é a *nossa vida*, é o comunitário, é o social, então isso cria consciência, e quando você põe o pé na rua, para participar de um movimento, o Ferraro sempre usa isso, “onde está o seu pé, aí está sua consciência”, você tem que ter um ponto de referência, senão você, sua cabeça não abre.³²⁸

À vista disso, é importante salientar que seus membros tinham uma consciência crítica da realidade, e embora tivessem suas ocupações do dia a dia, dedicavam algumas horas de seu tempo para esse trabalho:

Sempre foram trabalhadores, trabalhadoras, só que aos finais de semana, ou mesmo dependendo de cada realidade, de cada local ou cada momento, mesmo durante a semana, sempre tinham reuniões, tinham os representantes, as lideranças que ali eram escolhidas e reconhecidas pela comunidade. Mas pelo menos aos finais de

³²⁶ Padre Ferraro destaca que nunca quis ser pároco, por isso o bispo o nomeou responsável por esse grupo ao invés de empossá-lo em uma paróquia.

³²⁷ SOUZA, Lizete Aparecida de. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 05 de fevereiro de 2020.

³²⁸ Ibid.

semana o pessoal estava sempre conversando, sempre se reunindo. Acho que uma coisa interessante que a gente fazia muito, hoje não se faz, não existe mais, são os mutirões: mutirões de construção. As vezes isso era discutido dentro da Igreja, seja para que fosse construir a comunidade, seja para dar o apoio à alguma pessoa que estava precisando construir a casinha, ou cobri-la. A gente se reunia ali, discutia, se organizava e via quem podia ir e quem não podia ir. As mobilizações, eram várias que aconteciam como eu disse anteriormente, por asfalto, por luz, por água...³²⁹

É importante destacar que muitas comunidades espalhadas pelo Brasil, e em especial em Campinas, não começaram com um grande terreno delimitado e construído. Mas isso não era empecilho para aqueles que estavam dispostos a somar forças e modificar aquela realidade. Como vimos no capítulo anterior, as comunidades poderiam começar suas reuniões debaixo de uma árvore, na casa ou terreno de alguém, e neste sentido, Paulo de Britto relata o seguinte:

Na verdade, eu comprei aqui a terra em 1979. Nessa época não tinha água nem luz, quando eu comprei. Então a minha militância aqui, começou em 79, quero dizer, foi bem antes, lembra [Maria José] que eu vim aqui e o pessoal se reunia? Aqui tinha uma comunidade, mas não tinha salão para o pessoal se reunir, e o pessoal usou o meu terreno, esse terreno aqui para se reunir aos sábados. E aqui, lia uma parte do evangelho e o resto era se organizar para conquistar água, luz, transporte etc. e tal, e eu peguei algumas dessas manifestações, mas sem morar aqui. Aí quando nós chegamos em 84, o pessoal já tinha conquistado, lembra?³³⁰

O terreno que Paulo de Britto menciona que foi usado para reuniões é o mesmo usado para a realização de nossa entrevista. Já em 1984, quando ele e sua esposa Maria José passam a morar no terreno, os moradores do bairro já haviam conquistado água e luz, mas ainda não tinham a ligação de esgoto e asfalto. Tanto Paulo de Britto quanto Maria José fizeram parte da luta para essas conquistas. Mas afinal de contas, o que permitiu que as CEBs abrissem espaços para reflexão e somassem forças pra reivindicações? O que caracteriza uma CEB do ponto de vista dos depoentes?

Paulo de Britto reitera que ser uma Comunidade Eclesial de Base não necessariamente tem a ver com a localização da comunidade, pois conforme suas palavras “as CEBs é um modelo, pode estar no centro, pode estar na periferia.... não é porque está na periferia que é uma CEBs!”³³¹ E sobre os ritos, ele afirma que

³²⁹ ANTÔNIO, Aparecido José. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 17 de dezembro de 2022.

³³⁰ CUNHA, Paulo de Britto. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 04 de janeiro de 2023.

³³¹ Ibid.

ela não depende de uma Igreja com altar bonito, com aquele pessoal bem aparelhado ali para poder se fazer a celebração da missa. Uma CEB celebra uma missa aqui nesse terreno aí, reúne as pessoas, abre a Bíblia, faz um altar e ali celebra. Além disso, tem uma outra coisa que é novidade: não depende também da hóstia bonitinha, redondinha para celebrar, o padre consagra o pão ali, ele abençoa o pão e aquele pão se torna o corpo de Cristo, numa CEBs é assim que funciona. O Ferraro cansou de fazer isso, o padre Ferraro e muitos outros padres. Ele pega o pão, e nas Comunidades Eclesiais de Base o celebrante pega o pão normal, corta ele direitinho ali com todo respeito, abençoa e é uma Comunidade Eclesial de Base. Eu fico até emocionado.³³²

Uma parte significativa dos membros dessas comunidades justificavam sua forma de pensar e agir com base na Teologia da Libertação, mas isso não é plenamente um consenso entre todos, como veremos no próximo tópico.

3.4 Teologia da Libertação: motivo de união ou discórdia?

Seja de maneira positiva ou mesmo negativa, a Teologia da Libertação exerceu forte influência sobre as CEBs. Mas como foi possível perceber nas entrevistas, cada liderança sentiu essa influência de maneira distinta. Para Izalene Tiene, a Teologia da Libertação

deu material, subsídios e fundamentação para essas comunidades de base, então realmente você tinha que encarnar o evangelho: não é uma relação eu e Deus, não, o evangelho passava pela comunidade. Então a Teologia da Libertação fundamenta essa necessidade de você estar na comunidade defendendo a vida, então defender políticas públicas para que as pessoas tenham saúde, educação, segurança, transporte, trabalho... e o evangelho fala isso também, o evangelho nos impulsiona para isso.³³³

Ao relembrar os anos do pontificado de João Paulo II, Lizete Aparecida lamentou a perseguição sentida pelos adeptos desta teologia: “foi um período triste, porque a gente foi vendo silenciar as vozes de assessores nossos, a gente foi vendo a nossa caminhada de CEB retrocedendo, teologia sendo deixada, então foi um período muito difícil.”³³⁴ Sobre a influência exercida sobre as comunidades, ela rememora:

³³² Ibid.

³³³ TIENE, Izalene. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 16 de janeiro de 2023.

³³⁴ SOUZA, Lizete Aparecida de. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 05 de fevereiro de 2020.

Eu não sei quem nasceu primeiro, as CEBs ou a Teologia da Libertação. Mas o que alimenta as comunidades é a Teologia da Libertação, e assim os textos bíblicos muito animam e faz com que as comunidades vivam, e que nós os agentes vivamos é o Êxodo 3: Deus que vê o sofrimento do povo, ouve seu clamor e desce. Não é um Deus assim de louvor, mas é um Deus que vem, faz história, faz presença no meio do povo, isso para gente é muito forte nas comunidades. [...] É o Cristo de Nazaré, não é o Jesus do louvor, mas claro que a gente louva por tudo que Ele fez, por tudo que Ele viveu e vive no nosso meio, nós acreditamos que Ele está aqui e faz história com a gente. Então a Teologia da Libertação é a nossa base.³³⁵

Nesse sentido, assim como Lizete Aparecida, Vera Lúcia afirma que a Teologia da Libertação é a sua base: “eu cresci lendo Leonardo Boff e Frei Betto, então a minha fonte é essa fonte da Teologia da Libertação.”³³⁶ Ao recordar o período de perseguição enfrentado pela Teologia da Libertação, lamenta: *nos prejudicou muito*.

O Papa João Paulo que calou Leonardo Boff, que perseguiu algumas pessoas da Teologia da Libertação nos prejudicou muito. Você pergunta o que tem a ver, a Teologia da Libertação é a fonte das CEBs, é o Jesus Libertador, esse Jesus que se encarna para salvar as pessoas, não desse pecado pessoal (muitas vezes as pessoas se preocupam muito com pecado pessoalzinho, mentiu, fez isso, fez aquilo), não! Não é esse pecado. É o pecado social, essa desigualdade social gritante que a gente precisa transformar essa sociedade, e a Teologia da Libertação que traz isso, esse Jesus que liberta dessas amarras sociais.³³⁷

Na visão de Aparecido José, a Teologia da Libertação também incentivou as lutas sociais das CEBs:

Eu acho que as CEBs estão diretamente ligadas à Teologia da Libertação. Acho que todo esse movimento que nós falamos até agora, para mim são formas de libertação: a organização social, os movimentos populares, a luta por direitos sociais, a luta por salários, por moradia, por infraestrutura, transporte, saúde, são formas de libertação.³³⁸

Paulo de Britto tem uma visão similar a respeito desta teologia: “sem a Teologia da Libertação é muito difícil você ter uma comunidade de base, porque o próprio nome já diz

³³⁵ Ibid.

³³⁶ FARIA, Vera Lúcia Rodrigues de. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 11 de fevereiro de 2020.

³³⁷ Ibid.

³³⁸ ANTÔNIO, Aparecido José. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 17 de dezembro de 2022.

Teologia da Libertação e o papel da comunidade de base é a libertação do povo, libertação mesmo, da opressão, da fome, da miséria, do opressor...”³³⁹

No entanto, não são todos os depoentes que comungaram dessa visão benéfica da Teologia da Libertação em relação às CEBs, como foi o caso de David, que afirma ter havido um choque de ideias com o advento dessa teologia:

Não sei a data exatamente que houve uma boa parada das CEBs, do trabalho das CEBs porque entra Leonardo Boff, que veio com aquela Teologia da Libertação, então isso foi envolvendo. Foi discutido por muito tempo e algumas pessoas aceitaram, outras não, e aí a gente vai percebendo que causou um choque de ideias. [...] Choque das ideias por exemplo: se ele veio, se tinha CEBs, já tinha uma vivência, um tempo de trabalho pastoral, aí vem uma corrente, praticamente diferente, que deu muita dor de cabeça, tem os seus pontos positivos lá, e também as CEBs tem os seus pontos positivos, porque as CEBs buscavam, buscam e com certeza vão buscar a fraternidade dentro de uma paróquia, por exemplo. Mas cada comunidade tem a sua realidade. Então, as CEBs procuravam ver isso, e dar ênfase na realidade de cada comunidade. Por isso ela enfrentava, afrontávamos assim a Teologia da Libertação que já dizia outra coisa, parece que era um caminho diferente, muitos entraram nisto e deu no que deu.³⁴⁰

Para David Augusto, a Teologia da Libertação foi um divisor dentro da Igreja Católica que conseqüentemente atingiu as CEBs, encerrando assim o ambiente harmônico, afetuoso e fraterno que viviam até então, e iniciando conflitos e muitas divergências entre seus membros, pois para ele essa teologia fez com que as pessoas caminhassem de maneira contrária ao que conduzia as CEBs. Além disso, David Augusto enxerga o esfriamento das comunidades como consequência do grande número de adeptos a essa teologia, evidenciando assim o embate de memórias sobre o mesmo fenômeno, pois, como ponderou Elizabeth Jelin, as memórias “tienen sentidos diferentes incluso para los que están ‘en el mismo bando’ –los distintos grupos y las distintas identidades que se juegan en ese espacio.”³⁴¹

Os membros das CEBs possuem diferentes visões sobre os significados que a Teologia da Libertação suscitou no interior das CEBs. Assim, concluímos este tópico reafirmando o que já foi pontuado no início desta pesquisa: cada um sentiu as CEBs e tudo inerente a elas de maneira singular, pois em cada comunidade havia uma demanda, bem como membros e padres com uma formação e pensamento diverso.

³³⁹ CUNHA, Paulo de Britto. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 04 de janeiro de 2023.

³⁴⁰ DREGER, David Augusto. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 05 de fevereiro de 2020.

³⁴¹ JELIN, Elizabeth. op. cit. p. 138.

Além disso, a relação das CEBs com a política partidária também foi objeto de discussão em alguns momentos entre seus membros, e sobre isso que nos debruçaremos a seguir.

3.5 CEBs e Política Partidária: as comunidades em Campinas oPTaram?

O subtítulo escolhido para este tópico é em alusão ao título da já mencionada dissertação de Adriano Henriques Machado, “os católicos oPTaram?”³⁴², em que se percebe a forte presença de católicos no partido, e esse destaque para o Partido dos Trabalhadores também é inerente às comunidades em Campinas, como será possível perceber através dos depoimentos.

Mas antes de analisarmos a relação das CEBs com a política, é interessante a reflexão que Paulo de Britto faz entre religião e política. Em sua visão, a religião tem compromisso com a política:

A política vive sem a religião, ela não tem nada a ver, política. Agora a religião tem a ver com a política, por quê? Por que qual é a principal razão de ser da religião? É a defesa da justiça, é a defesa, é a continuação da construção do projeto que Jesus passou para o cristão, quem acredita é claro. Então se a religião tem um objetivo, concluir o projeto que Jesus projetou, e a política que é a justiça, direito à saúde, à comida etc. e tal, e a política é uma das condições e a Igreja não assume isso, ela está deixando de cumprir o seu papel. Então se eu vou na Igreja e a Igreja não assume o seu papel, não tem sentido para mim a Igreja. Ela só tem sentido na medida em que ela se propõe a cumprir o seu papel, que é a defesa da justiça, da liberdade, do direito da comida na mesa para todo mundo.³⁴³

Em sua concepção, a função da Igreja é promover a justiça, transformando a vida das pessoas, à vista disso a religião só tem sentido se acompanhada de comprometimento político. Essa relação entre CEBs e política esteve muito presente nos depoimentos, como, por exemplo, quando Vanda Russo recorda das homilias³⁴⁴ que eram relacionadas aos problemas vividos pelo bairro:

³⁴² MACHADO, Adriano Henriques. Os católicos oPTaram?: os “setores católicos” e o Partido dos Trabalhadores (PT) na grande São Paulo (1978-1982). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

³⁴³ CUNHA, Paulo de Britto. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 04 de janeiro de 2023.

³⁴⁴ Reflexão/ sermão realizado na missa a partir da leitura bíblica.

Nas Homilias falávamos sobre as coisas que estavam acontecendo. Por exemplo, subia o transporte coletivo, a homilia era realizada em cima dessa questão, sempre tendo o evangelho como referência. Quando teve um problema de saúde na Vila Costa e Silva, por causa de um córego, fizemos um movimento para a solução, e nossas celebrações eram em cima dessa questão, e quando havia eleições, não falávamos de candidatos, mas para as pessoas ficarem atentas para as propostas de cada candidato. Enfim, eram discussões muito politizadas, mas sempre orientadas pelo evangelho, o evangelho vivo, como falamos.³⁴⁵

Essa orientação política também foi objeto de discussão, já que parte dos membros das comunidades não concordava com essa conexão entre ambas as esferas: “Naquela época, como ainda agora, diziam que fazíamos política, e que a Igreja não deve tomar partido, mas de qualquer forma você toma partido. Esse era um dos problemas, tinha uma ala da Igreja bem conservadora, difícil de se trabalhar.”³⁴⁶

Na comunidade de Vanda Russo, parte significativa dos participantes entendeu a importância da política como instrumento de mudança, e por isso participaram da construção do PT, embora com muitas dificuldades: “quando em 1980 o PT realmente se estabeleceu, eu e várias pessoas das CEBs, ao participar do partido, tivemos muitas dificuldades, pois não tínhamos nenhuma experiência na política partidária”.³⁴⁷ Além disso, tiveram que enfrentar outros grupos de esquerda existentes na época: “e nós nos confrontamos com vários grupos de esquerda, que não nos poupavam.”³⁴⁸

Esse confronto com outros grupos de esquerda do qual Vanda Russo se refere, aconteceu durante a construção do PT, como mencionado acima, pois:

No início havia muitas divergências de como deveria ser o partido, qual a linha política que deveria seguir. Mas, aos poucos, nós dos núcleos dos bairros populares ligados às CEBs fomos nos fortalecendo. Eu e outros participávamos no Diretório Municipal e outros ainda da Executiva do Partido.³⁴⁹

A comunidade de Vanda Russo percebeu a importância de participarem das eleições municipais na década de 1980, e por isso ela foi indicada à candidatura de vereadora pelo núcleo de seu bairro, e eleita com outros candidatos que também participavam de CEBs em outros núcleos:

³⁴⁵ RUSSO, Vanda Sauhi. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 15 de janeiro de 2020.

³⁴⁶ Ibid.

³⁴⁷ Ibid.

³⁴⁸ Ibid.

³⁴⁹ Ibid.

Percebemos a importância de participarmos das eleições municipais. Em 1988, eu fui indicada como candidata a vereadora pelo meu núcleo da Vila Costa e Silva e confirmada por vários outros núcleos, assim como outros candidatos indicados pelos núcleos de base ligados às CEBs. Em 1989, dos 6 vereadores eleitos 4 éramos das CEBs: José Carlos Faria, Carlos Signorelli, Arlindo Dutra e eu. Carlos Signorelli foi Presidente da Câmara em uma das gestões. E das CEBs também foi eleita Izalene Tiene, a única mulher prefeita da cidade de Campinas.³⁵⁰

Izalene Tiene também lembrou das dificuldades e aprendizados que tiveram nas reuniões do PT e na primeira campanha para eleições: “então nós participávamos das reuniões do partido e a gente não tinha uma tendência, sabe, não tinha um grupo. Então nós éramos chamados de igrejeiros, porque a gente não ia com proposta, não se preparava.”³⁵¹ Mesmo assim, lançaram vários nomes candidatos, mas não foram eleitos, e a partir daí compreenderam que se houvesse a concentração em poucos nomes, teriam mais chances:

Então depois que a gente lançou candidato, e lançamos porque era a primeira eleição e precisava ter muitos candidatos, nós das comunidades lançamos assim um monte, nem sei quantos. Todas as comunidades lançaram candidatos, não elegeu ninguém. Quem é que se elegeu? Os partidos que se concentraram em um candidato, todo mundo votando nele. E nós entramos nessa de que o partido precisava ter voto e precisava ter gente, e também era uma experiência das pessoas das comunidades de aceitarem se candidatar, fazer campanha e tal, então no primeiro ano em 82 a gente lançou candidato a deputado federal, a vereador, todos [risos], mas não elegemos ninguém. Mas foi um processo de aprendizagem muito importante.³⁵²

Esse processo de aprendizagem citado por Izalene Tiene reforçou a importância de participar da política para uma parte dos membros das CEBs. Lizete Aparecida expôs sua visão de que os direitos das pessoas só serão valorizados e respeitados com engajamento político partidário:

Política é vida, tudo que eu faço tem um cunho político, não partidário, mas tem. Agora se a gente quer que o seu direito seja respeitado, valorizado e vivido por mais gente, você tem que entrar em um partido político, você tem que ocupar espaço, porque não adianta você ficar só pensando. Se você não ocupa espaço você perde.³⁵³

Essa importância se estende até os dias de hoje em alguns casos, como no caso de Vera Lúcia, que tinha um cuidado todo especial para cuidar das crianças das CEBs, cresceu

³⁵⁰ Ibid.

³⁵¹ TIENE, Izalene. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 16 de janeiro de 2023.

³⁵² Ibid.

³⁵³ SOUZA, Lizete Aparecida de. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 08 de dezembro de 2022.

nas CEBs e participou da fundação do PT: “minha consciência e participação popular vem das comunidades de base. Participei da fundação do PT, então sou filiada ao partido político, sou militante política, tudo por conta das CEBs. Então as CEBs me fez ser a militante que sou hoje.”³⁵⁴ Em relação às CEBs, Vera Lúcia afirma que as CEBs,

não é partidária, mas ela é política, ela tem um lado. Jesus também não foi partidário, mas Ele teve um lado. Deus também tem um lado, a gente aprende isso olhando assim, lendo as escrituras, se você não pegar ao pé da letra, se não for fundamentalista, Deus tem um lado, e é o lado dos pobres. Não é outro lado, é o lado daqueles que nada tem.³⁵⁵

Mesmo que as CEBs não se declarassem partidária através de documentos, uma parte significativa de seus membros eram simpáticos ao PT, como Aparecido José reitera:

A grande maioria era do PT, acho que foram raras exceções até porque naquela época a esquerda, aliás no começo nem o PT existia, porque o PT foi fundado acho que em 82, as CEBs vêm de antes. Então as CEBs participaram da fundação do Partido dos Trabalhadores, que começou a discutir lá em 80, 81, acho que foi regularizada a criação do PT em 82, não lembro muito bem. Mas as CEBs participaram da fundação do PT, da criação do PT, depois é claro surgiram outros partidos de esquerda.³⁵⁶

Paulo de Britto explica que essa escolha pelo PT não era algo induzido pelas comunidades, pelo contrário, as pessoas tinham a liberdade para defender quem quisesse, mas “na medida que você faz a discussão política, as pessoas começam entender, vai fazer a opção é claro para aquele político, para aquele partido que está mais próximo de você, mas não significa que você está canalizando.”³⁵⁷ Paulo de Britto também afirma que o advento do PT provocou as pessoas a discutirem política mesmo não concordando com o partido, mas por exemplo, “o PT propunha núcleo nos bairros, e antigamente não tinha isso,”³⁵⁸ fomentando assim a discussão política.

Maria José hoje em dia não participa mais da comunidade, pois se encontrou no Candomblé:

³⁵⁴ FARIA, Vera Lúcia Rodrigues de. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 11 de fevereiro de 2020.

³⁵⁵ Ibid.

³⁵⁶ ANTÔNIO, Aparecido José. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 17 de dezembro de 2022.

³⁵⁷ CUNHA, Paulo de Britto. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 04 de janeiro de 2023.

³⁵⁸ Ibid.

Eu sempre fui simpática ao espiritismo, isso desde menina mexia comigo. Então eu fui chamada e foi bom para mim, não só para mim, mas para nossa família, porque se você tem alguma coisa de ancestral você tem que colocar antes de você morrer, porque senão volta de novo para viver porque você não resolveu.³⁵⁹

Mas reconhece que a sua “participação política está ligada a religiosidade, não tem como ser desvinculada.”³⁶⁰ Sobre sua indicação em 2000 para ser vereadora, ela afirma:

Mas é a indicação que veio, dentro do grupo do PT que no passado era o grupo dos igrejeiros. E aí o meu nome surgiu, e a gente tinha várias pessoas de peso, e não eram só mulheres que indicou, tinham homens também. E me lembro que uma das defesas do Renato [foi secretário de governo na prefeitura de Campinas; secretário nacional de movimentos populares e políticas setoriais do PT; deputado estadual por três mandatos (1995-2007) e atualmente faz parte da Secretaria Nacional de Participação Social] era que eu tinha duas coisas: eu era do serviço público, ou seja, no afastamento eu tinha o meu salário, e eu fui dirigente sindical, eu tinha um currículo e era trabalhadora da Unicamp e a Unicamp falava com a cidade, a Unicamp fala com a cidade inteira. Além de tudo isso, sendo dirigente sindical você tem contato, e eu tive uma representação na cidade como um todo, não ficaria só no Campo Grande, então tem aquela coisa do custo, como você vai sobreviver, comer, pagar as contas e eu tinha esse equilíbrio, eu era uma candidatura viável porque falava com a cidade toda, porque uma região só, não elege o candidato, e aí eu tinha uma representação que aí eu ia ter voto da cidade, era possível eleger e foi de fato o que aconteceu.³⁶¹

Isto posto, é possível inferir que a escolha de Maria José como candidata não foi improvisada, mas sim pensada em muitos detalhes: “Eu fui escolhida de fato, e foi acertado! Mas eu tinha um histórico, atrás disso eu tinha uma militância, eu tinha um preparo.”³⁶² Esse preparo ao qual Maria José se refere, em parte os militantes adquiriram participando – motivados pelas CEBs –, dos vários movimentos sociais que foram surgindo, como veremos no próximo tópico.

³⁵⁹ CUNHA, Maria José da Silva. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 04 de janeiro de 2023.

³⁶⁰ Ibid.

³⁶¹ Ibid.

³⁶² Ibid.

3.6 As CEBs e os Movimentos Sociais

*Se aquilo que eu aprendo na Igreja não me ajuda a desenvolver uma prática lá fora com meus irmãos, para que serve?*³⁶³

Embora sendo Igrejas, as CEBs fizeram parte, em sua maioria, de um grande movimento reivindicatório que se desenvolveu em Campinas: a Assembleia do Povo. Este foi um movimento popular que teve origem nas periferias em Campinas, de caráter reivindicatório para solução de necessidades básicas.³⁶⁴ A partir de experiências como essa, seus membros sentiram a importância de participarem das celebrações, ouvir a palavra de Deus, mas que apenas isso não bastava: era necessário estarem presentes nos movimentos.

A grande maioria das Comunidades faziam parte da Assembleia do Povo, grande movimento reivindicatório, que teve em Campinas. Eu comecei como catequista, e embora tenha me formado em Ciências Sociais, foi nas CEBs que realmente me encontrei. Foi na CEBs da Vila Costa e Silva que vi a importância da participação nos movimentos sociais. Na CEBs fomos percebendo que para ser um bom cristão não adianta ficar dentro da Igreja rezando, precisamos partir para mudar esse mundo injusto que está aí. Então passamos a participar de vários movimentos populares em Campinas, que eram movimentos por transporte, água, luz, moradia...³⁶⁵

Além dos movimentos por reivindicações prementes consideradas imprescindíveis para uma digna sobrevivência humana (como água, luz, moradia...), Vanda Russo destaca que também teve forte atuação como parlamentar:

Eu trabalhei muito sobre a questão da mulher na Câmara Municipal, criei o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher-CMDM, o Abrigo de Mulheres que sofrem violência doméstica, Semana da Mulher na Câmara, e outros. Exerci também uma forte atuação na fiscalização do Executivo, mas uma das minhas prioridades foi mesmo a questão de gênero, dos direitos das mulheres.³⁶⁶

Esse assunto sobre os direitos das mulheres é algo que mexe muito com Vanda Russo, tanto que atuou bastante como parlamentar, mas mesmo após o final de seu mandato como

³⁶³ SILVA, Cícero Palmeira da. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 17 de janeiro de 2020.

³⁶⁴ SANTANA. Luiz Carlos. op. cit. p. 79.

³⁶⁵ RUSSO, Vanda Sauhi. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 15 de janeiro de 2020.

³⁶⁶ Ibid.

vereadora, inclusive até os dias de hoje, ela participa dos movimentos de mulheres em Campinas: “não estou tão atuante, mas faço parte do Grupo de Mulheres na Periferia.”³⁶⁷

Izalene Tiene também menciona o Grupo de Mulheres na Periferia e alude a esse grande movimento chamado Assembleia do Povo:

Então isso que eu já até falei, tinha um movimento de mulheres que nós criamos, o Grupo de Mulheres na Periferia que eram mulheres das CEBs, a gente começou a discutir o nosso papel na sociedade, na Igreja, então esse é um movimento que até hoje está atuante, até hoje nós temos o Grupo de Mulheres na Periferia. Assembleia do Povo eu acho que você já ouviu falar, nós organizávamos as reivindicações que eram comuns a partir das comunidades e a partir também de quem estava morando nos terrenos públicos, que eram nas favelas.³⁶⁸

Sobre a Assembleia do Povo, padre Cláudio Menegazzi lembra que: “no final nos anos 70, e início dos anos 80, houve uma luta gigantesca em Campinas, que foi modelo de luta popular e social para o Brasil inteiro, que se chamou Assembleia do Povo. Essa grande luta esteve ligada às CEBs.”³⁶⁹ Essa luta não era apenas de católicos:

Essa luta foi articulando o povo das favelas de Campinas, chegando reunir mais de 5 mil pessoas na prefeitura, vindas com ônibus fretados, para pressionar o poder público, pela posse do solo urbano para moradia. As pessoas não tinham onde morar; vinham para cidade, melhoraram o bairro e já moravam há mais de 10 anos, sem o título da terra. A primeira luta que se tinha não era nem pelo título para se tornar dono da terra, mas de ter o direito de uso legal, a concessão daquele espaço. Essa luta durou vários anos aqui em Campinas. Eram católicos e não católicos. Essa luta popular não era própria da Igreja, mas grande parte desse povo que ia e que organizava era o pessoal que estava nas CEBs, na periferia. E a luta do povo se tornou vitoriosa! Foram muitas e grandes assembleias. Quando o povo voltava para sua comunidade, ligava essa luta pela terra, em Campinas, ao povo a Bíblia, que saiu do Egito, lutando pela terra. Essas lutas aconteceram, também, no movimento sindical, no movimento das reivindicações, contra a carestia, pela anistia, tudo isso nos anos 70 e 80, que foram se juntando, e as comunidades adquirindo forças. [...] ³⁷⁰

Nesse sentido, é possível perceber a força que as CEBs alcançaram entre as décadas de 1970 e 1980, tendo um papel de destaque junto a todos os movimentos sociais que marcaram o período da redemocratização no Brasil, tudo isso graças ao engajamento de seus participantes.

³⁶⁷ Ibid.

³⁶⁸ TIENE, Izalene. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 16 de janeiro de 2023.

³⁶⁹ MENEGAZZI, Cláudio Zaccaria. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 31 de janeiro de 2023.

³⁷⁰ Ibid.

Esse comprometimento em participar dos movimentos também apareceu em outras entrevistas, como na de Cícero Palmeira que afirma não bastar fazer parte das pastorais sociais que tem na Igreja, mas é necessário fazer parte do movimento social correspondente àquela pastoral:

A comunidade tinha uma inserção na realidade, hoje em dia se fala por exemplo: “sou da pastoral da saúde”, mas quando perguntamos se está envolvido em um Conselho de Saúde, a pessoa não está. Ou por exemplo, no Conselho de Transporte, na Educação, na questão da Criança, do Menor ou da Mulher. É isso que as CEBs sempre se atentaram. [...] Nas CEBs tinha que ter comprometimento, não era apenas ficar envolvido com as questões de dentro da Igreja física/ da construção, mas também vendo a realidade fora.³⁷¹

E Cícero Palmeira reitera a importância em estar comprometido nas lutas sociais, pois para ele essa é uma das coisas que as CEBs ensina: “As CEBs nos ensina que para ser cristão não precisa ser melhor nem pior que os outros, mas que seja um cristão comprometido com a luta na compreensão tanto teológica quanto humana, pensando naqueles mais necessitados”.³⁷² Nesse sentido, rememorou as lutas em que esteve presente na Câmara Municipal de Campinas, atuando de maneira incisiva, mas que às vezes não tinham o sucesso desejado:

Perdemos muitas noites aqui na Câmara Municipal, pois quando iam discutir a questão de tarifa a gente estava lá. Muitas vezes fomos vencidos porque a sessão ia sendo protelada diversas vezes, até a hora que não tinha o ônibus pra voltar para casa. Quando o pessoal ia embora que o pessoal da Câmara votava. Mas perdemos muitas noites de sono tanto na questão da tarifa, na questão da melhoria das linhas, do cumprimento de horário...³⁷³

Essa expressiva relação entre as CEBs e os movimentos sociais também apareceu na entrevista de Zilda Santesso: “nós tínhamos uma participação também muito forte nos movimentos sociais, de moradia, de saúde, de educação, de transporte, de segurança.”³⁷⁴ E ela

³⁷¹ SILVA, Cícero Palmeira da. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 17 de janeiro de 2020.

³⁷² Ibid.

³⁷³ Ibid.

³⁷⁴ SANTESSO, Zilda. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 24 de janeiro de 2020.

pontuou que a motivação para participar “era a fé mesmo, a fé em Jesus Cristo, no seu projeto, nas suas ideias.”³⁷⁵

Na visão de Lizete Aparecida, os movimentos sociais nasceram das CEBs:

Eu falo que os movimentos sociais nasceram das comunidades, das CEBs. A Pastoral Operária nasceu das comunidades, o MST nasceu das comunidades, o Movimento de Mulheres nasceu das comunidades, porque no momento em que o povo foi tomando consciência dos seus direitos, e o trabalho, e aí começaram a partir da fé, pois a leitura bíblica ajudou muito as pessoas perceberem que tinham mais direitos do que receber só o salário, [...] e foi a partir daí que foi nascendo toda a organização sindical, política, o Partido dos Trabalhadores mesmo nasceu das comunidades, de agentes, de pessoas das comunidades. Claro que teve intelectuais! Teve, muitos intelectuais que não estavam direto nas comunidades, mas que comungou muito com as comunidades, e ainda hoje, então tem essa ligação muito forte.³⁷⁶

Para Aparecido José, a partir das discussões realizadas na Igreja em torno dos problemas e necessidades de seus membros, surgiram os movimentos de reivindicações. Dessa forma, conciliavam a fé e as orações com as queixas e contestações:

Eu morava em uma favela, e assim como eu acho que tinham várias outras favelas, tinha o movimento popular na época, Assembleia do Povo aqui em Campinas, e no meu caso específico eu morava em uma favela e ali na favela a gente se reunia, os moradores, para discutir os problemas de moradia, de infraestrutura, luz, água, transporte e tal, e aí a gente tinha uma caminhada conjunta entre a Igreja e as necessidades nossas, tanto é que dali surgiram várias Associações de Moradores, os movimentos, as caminhadas, passeatas, as reivindicações eram a partir da Igreja. Então a gente reunia para rezar, mas também reunia para discutir os problemas que a gente tinha no dia a dia, então era muito legal porque você conseguia unir essas coisas, então eu acho que isso foi o que marcou.³⁷⁷

Vimos, portanto, que as CEBs viveram seu auge atuando em diversas esferas da sociedade para além do espaço religioso, bem como propiciaram um espaço de organização e engajamento das pessoas diante de muitas situações de injustiças legitimadas pelo governo. Assim, as CEBs estiveram presente atuando de maneira incisiva nos mais diversos movimentos, como na Assembleia do Povo, no Movimento contra a carestia, nos movimentos sindicais e inclusive nas lutas pela Anistia durante o período de redemocratização do Brasil.

³⁷⁵ Ibid.

³⁷⁶ SOUZA, Lizete Aparecida de. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 08 de dezembro de 2022.

³⁷⁷ ANTÔNIO, Aparecido José. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 17 de dezembro de 2022.

Mas é um fato que, com o passar dos anos, as CEBs perderam parte de sua capacidade de mobilização, ou, em outras palavras, que elas arrefeceram. Diante desse arrefecimento nacional das CEBs, como seus membros reagiram? A que os depoentes atribuem esse esfriamento? Essas questões serão analisadas no próximo tópico.

3.7 O enfraquecimento das CEBs

É um consenso que as comunidades hoje perderam muitas características que as CEBs tinham durante seu período auge nos anos 1970 e 1980. Mas essa mudança foi acontecendo aos poucos, como pondera Cícero Palmeira: “o pessoal foi passando, foi morrendo.”³⁷⁸ Além disso, na visão de Cícero Palmeira, outros fatores também influenciaram no esfriamento das comunidades, por exemplo a catequese que tem como principal objetivo ensinar a rezar. Não que seja menos importante, mas ele ressalta que nas CEBs, “a nossa catequese era formação mesmo de como enfrentar, porque que morávamos no São Marcos, porque vivia na favela se o pai era trabalhador, era pedreiro, constrói casa e mora no bairro, a gente tinha tudo isso para passar, o nível do pessoal, de ver a realidade.”³⁷⁹

Cícero Palmeira também cita outros fatores que contribuíram para essa mudança:

Também a questão da paróquialização, as comunidades de vida desapareceram, os novos movimentos, renovação, mas não é só a renovação, tem outros movimentos que também entram aí. [...] E com a nomeação de João Paulo II, ele também foi mexendo, quem eram os nossos antecessores, o Boff que era um dos articuladores das CEBs no Brasil, aí vai pegando esse pessoal e vai afastando, então vai perdendo a força, vai ficando disperso, e as CEBs o pessoal foi minando...³⁸⁰

Izalene Tiene destaca o momento em que houve a divisão da paróquia Cura D’Arns, e a comunidade ficou do lado pertencente à paróquia Santa Luzia:

Não teve a mesma continuidade, os padres não trabalhavam juntos, então a comunidade foi se esfriando, inclusive havia assim uma certa discriminação por parte do padre que chegou, que era uma comunidade de mulheres e era mesmo, a maioria eram as mulheres que participavam e que eram as mulheres vermelhas,

³⁷⁸ SILVA, Cícero Palmeira da. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 13 de janeiro de 2023.

³⁷⁹ Ibid.

³⁸⁰ Ibid.

porque realmente quase todo mundo se filiou no partido. Mas a comunidade foi se tornando cada vez mais vinculada ao padre, obediente ao padre, porque antes a gente fazia celebração, as mulheres faziam celebração, e quando mudou ele centralizou e foi diminuindo.³⁸¹

Izalene Tiene também lembrou o momento em que o bispo Dom Gilberto optou pelas paróquias, em detrimento das comunidades:

Dom Gilberto está vivo, ele disse que não conseguia ser bispo de comunidades, que ele só seria bispo de paróquias, então optou por paróquias e não para manter aquela organização que as comunidades não dependiam da paróquia, as comunidades tinham uma organização, um planejamento. Então quando as comunidades [...] passaram a depender das paróquias e o padre centralizando toda coordenação da paróquia, que é o papel deles, até hoje é esse, só foi aprofundando isso, cada vez mais foi se criando paróquia, criando paróquia, criando paróquia e as comunidades estão em torno da matriz e do padre.³⁸²

Dom Gilberto foi nomeado Arcebispo Coadjutor pelo Papa Paulo VI em 1975, e em 1982 foi promovido a Arcebispo de Campinas. Ao completar 75 anos enviou uma carta de renúncia para o Papa João Paulo II, que aceitou o pedido em 02 de junho de 2004, tornando-se emérito conforme direito previsto no Código de Direito Canônico. Quando Izalene Tiene mencionou que Dom Gilberto não quis mais ser bispo de comunidades, questionamos se era por algum tipo de pressão, e ela esclarece:

Não é uma pressão de fora, porque os documentos da Igreja são para que haja maior participação. É o jeito dele e de outros bispos também que responsabiliza o padre, e o padre é responsável. Então dependendo do padre, as comunidades têm uma dinâmica e continuam, dependendo do padre ele centraliza tudo e isso continua até hoje. Só que na formação dos padres não foram priorizadas as CEBs, foi priorizado mais a preparação dos sacramentos, essa Igreja mais pra dentro, então com os sacramentos, com as pastorais. [...] então essa é a diferença e porque as comunidades foram perdendo força, porque centralizou e daí houve menos participação.³⁸³

Em vista disso, como consequência dessa centralização e de prioridades mais internas da paróquia,³⁸⁴ a relação que se tinha antes entre fé e política foi enfraquecendo. Esse enfraquecimento trouxe como consequência certo distanciamento, que às vezes tornou-se

³⁸¹ TIENE, Izalene. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 16 de janeiro de 2023.

³⁸² Ibid.

³⁸³ Ibid.

³⁸⁴ Lembrando que paróquia não é apenas um templo, mas também corresponde a determinada extensão territorial que abrange algumas comunidades, enquanto comunidades são unidades/ templos menores que estão atreladas a alguma paróquia, cuja administração está sob posse de um pároco.

afastamento de algumas pessoas, como foi o caso de Izalene Tiene que, quando prefeita de Campinas, continuou frequentando sua comunidade até o dia em que o padre a expulsou:

Como prefeita eu continuei frequentando, e numa missa ele fez uma cobrança, disse que os prefeitos eram todos iguais, corruptos, e eu na missa. E aí eu respondi, falei para ele que aquela era a minha comunidade, e ele disse que eu não precisava participar, porque os políticos eram tudo ladrão, tudo isso e tudo aquilo, e eu na comunidade. E aí eu falei tá bom, não venho mais, então não fui mais.³⁸⁵

Após alguns anos afastada, ela recebeu o convite para retornar à comunidade e aceitou:

Então eu até voltei, porque as pessoas são as mesmas, mas o movimento carismático entrou em todas as comunidades, então é uma relação eu e Deus, eu e Deus, então em volta não conta. Passa a não ser comunidade, passa a ser um lugar de oração, eu vou lá, rezo e não organizo nada em comunidade, a diferença era isso, a gente celebrava e organizava também, ou mesmo depois da missa, ou marcava as reuniões, se organizava o que que ia acontecer durante a semana e tal. E hoje você organiza, mas organiza para fazer o batismo, para preparar a liturgia, para visitar doente, então são as pastorais que já estão instituídas.³⁸⁶

Situação similar aconteceu com Vera Lúcia. Seu irmão era padre na paróquia em que ela frequentava na década de 1980: “ainda consegui continuar trabalhando como CEBs embora a estrutura estivesse mais fechada. Então trabalhei com catequese, trabalhei muito com crisma, com juventude, e assim eu ajudava meu irmão nesse trabalho, de organização.”³⁸⁷ Apesar disso, com o tempo Vera Lúcia começou a perceber que algumas pessoas a viam de maneira diferente: “ah, aquela lá é das CEBs.”³⁸⁸ Diante disso, quando seu irmão completou o tempo de permanecer na paróquia e saiu, o novo padre também a expulsou de lá:

Quando meu irmão saiu, entrou um padre que organizou um movimento que expulsou a gente, que era de CEBs. Então, no meu caso não, só ligou pra mim e falou: ‘olha, eu não gosto de você porque você é do PT. Você está fora das minhas comunidades, pode sair! Você é irmã de fulano de tal, não quero você na minha comunidade.’ Mas em outros casos de companheiros amigos meus, houve votação

³⁸⁵ TIENE, Izalene. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 16 de janeiro de 2023.

³⁸⁶ Ibid.

³⁸⁷ FARIA, Vera Lúcia Rodrigues de. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 11 de fevereiro de 2020.

³⁸⁸ Ibid.

na comunidade se a pessoa ficava ou se a pessoa saía. Só porque a pessoa era de CEBs, só porque a pessoa era do PT.³⁸⁹

Por isso, ela ficou um tempo frequentando outras comunidades, “eu fui fazer outras experiências.”³⁹⁰ Ainda assim, da mesma maneira que aconteceu com Izalene Tiene, Vera Lúcia recebeu um convite para retornar à comunidade, da qual participa atualmente apesar de algumas mudanças.

Essa expulsão da comunidade também foi sentida por Paulo de Britto, que insistia em discutir os problemas sociais para que a Igreja cumprisse seu papel, conforme a sua visão supracitada, de combater as injustiças sociais:

Eu era uma das pessoas que mais insistiam para que as comunidades continuassem sendo comunidades de base, e assim realizando reuniões para discutir emprego, salário, questões políticas... eu defendia isso. Também fui contra aquela taxaço das comunidades: a comunidade vivia com uma dificuldade danada, às vezes não tinha dinheiro para comprar a lâmpada que faltava, aí quando fazia uma festinha para sobrar um dinheiro pra comprar, tinha que mandar pra paróquia?!³⁹¹

É possível perceber que esse afastamento sentido por Izalene Tiene, Vera Lúcia e Paulo foi imposto pelo padre, por serem pessoas mais combativas. Desse modo, a palavra que melhor define essa atitude é “expulsão”, e essa expulsão trouxe consequências negativas aos membros, como foi o caso de Paulo, lembrado por Maria José: “ele sofreu muito com a expulsão, ele chegou a ter uma dor no braço que não tinha nada a ver, ele ficou doente. É a vida dele!”³⁹²

Além disso, outro problema também mencionado por Paulo de Britto é a questão política: quando as pessoas declaravam o partido em que estava filiado, se fosse do PT automaticamente eram vistos de maneira diferente. Dessa forma, mesmo quando eles estavam chamando para discutir políticas do bairro, por exemplo “discutir esgoto, a pessoa já olha e acha que você está chamando para discutir PT. Esse era o problema, e é difícil você tirar isso

³⁸⁹ Ibid.

³⁹⁰ Ibid.

³⁹¹ CUNHA, Paulo de Britto. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 04 de janeiro de 2023.

³⁹² CUNHA, Maria José da Silva. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 04 de janeiro de 2023.

da cabeça das pessoas: você já tem um carimbo do PT, e não era isso, a Igreja não pode ser partidária, ela tem que discutir política.”³⁹³

Para ele, a partir do momento que a comunidade deixa de fazer esse tipo de discussão, ela começa a perder suas características de CEBs:

Na medida em que a comunidade começa a achar que discutir o dia a dia não tem muito a ver com o seu papel, se começa a deixar de ser CEBs. Porque a principal característica das CEBs é a fé e a vida: você ir fazer a reflexão da sua fé, fazer a ligação da sua fé com a realidade que o povo está vivendo, na medida em que você começa a não querer fazer essa ligação, achar que isso aí é política e que política não tem muito a ver com a fé, não tem muito a ver com a religiosidade, então já começa a deixar.³⁹⁴

Com base nessa afirmação, quando há a insistência de alguns membros, como foi o caso de Paulo de Britto, conseqüentemente “começa a ter resistência pelo padre, pelos coordenadores, inclusive pelo bispo, você já percebe que ali deixa de ser comunidade de base, ela começa a deixar, e vai indo, vai indo até que acaba.”³⁹⁵

Paulo de Britto também atribui esse esfriamento das CEBs à “pouca influência da Teologia da Libertação nos seminários, na formação dos padres”³⁹⁶ e relembra que:

Aqui passou o padre Ferraro, o padre João Batista, o Rafael acho que foi um dos últimos... o Isao, a formação do Isao, o irmão da Vera, padre Paulinho, foi tudo Teologia da Libertação, eles se formaram na influência da Teologia da Libertação nos seminários, mas acabou isso. Então, eu acho que resumindo: o enfraquecimento da Teologia da Libertação desmontou as CEBs, porque você não tem apoio dos padres nas comunidades.³⁹⁷

Para Paulo de Britto, em um primeiro momento houve o esfriamento da Teologia da Libertação que posteriormente atingiu as CEBs por meio da formação dos padres, que deixaram de apoiar aos poucos as comunidades. Por fim, Paulo de Britto também destaca o processo de paroquialização, que “segundo o Ferraro e os estudiosos, ela tem como objetivo

³⁹³ CUNHA, Paulo de Britto. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 04 de janeiro de 2023.

³⁹⁴ Ibid.

³⁹⁵ Ibid.

³⁹⁶ Ibid.

³⁹⁷ Ibid.

frear também esse processo de pé no chão das comunidades, porque o pároco é que decide, ele manda na verdade.”³⁹⁸

Lizete Aparecida menciona que a paroquialização também foi determinante para o arrefecimento das CEBs:

Porque hoje as comunidades estão todas paroquializadas, cada vez mais o padre está mais perto da comunidade, então as comunidades perderam aquela autonomia que tinha de preparar sua liturgia do seu jeito, de fazer uma celebração da palavra do seu jeito. Hoje é tudo muito controlado. Então o pessoal não tem muita liberdade para expressar sua fé e seu jeito de ser, como era na década de 70, 80, 90.³⁹⁹

Para Vera Lúcia, a paroquialização também pesou contra as CEBs: “você me pergunta quando deixou de ser CEBs, eu acho que a partir do momento em que há essa divisão de várias paróquias, uma paroquialização danada.” Sua paróquia possuía 12 comunidades, mas foi dividida em duas, e o fator determinante para essa divisão, segundo Vera Lúcia, foi a arrecadação financeira: “vimos Santo Expedito, e foi uma briga, você nem imagina, porque geograficamente eu pertencço a São Geraldo, só que nos jogaram lá no Santo Expedito.”⁴⁰⁰

Vera Lúcia também faz uma reflexão crítica a respeito das atitudes das lideranças de CEBs, e que possivelmente também contribuíram para seu enfraquecimento: “às vezes a gente dava uma coisa muito elaborada e as pessoas não estavam preparadas ainda.”⁴⁰¹ Esse preparo do qual Vera Lúcia se refere está atrelado à Teologia da Libertação:

eu acho que a gente se alimentou muito da Teologia da Libertação, a gente avançou, mas a gente não teve, isso é uma crítica pessoal minha inclusive, às vezes a gente não teve a capacidade de voltar e pegar na mão daquele que ainda não tinha entendido o caminho, e fazer esse caminho junto.⁴⁰²

A crítica de Vera Lúcia é em relação à espiritualidade alcançada através da Teologia da Libertação, que algumas pessoas, inclusive ela, tinham uma visão diferenciada com maior facilidade para relacionar a sua fé com o comprometimento nas lutas sociais, e de enxergar o pobre sob a ótica dessa teologia fazendo refletir em suas ações, enquanto outras pessoas não

³⁹⁸ Ibid.

³⁹⁹ SOUZA, Lizete Aparecida de. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 05 de fevereiro de 2020.

⁴⁰⁰ FARIA, Vera Lúcia Rodrigues de. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 10 de dezembro de 2022.

⁴⁰¹ Ibid.

⁴⁰² Ibid.

conseguiram acompanhar com o mesmo raciocínio, tornando-os assim incompreendidos por parte dos próprios membros de sua comunidade. Além disso, de acordo com os entrevistados, um outro erro cometido pelas CEBs foi que, no período em que esteve forte, ajudando inclusive eleger políticos, como vimos acima, esse político eleito foi afastado das comunidades:

Então, ‘ajudou a eleger?’ Ajudou a eleger muitos. Mas não abriu espaço para a pessoa vir construir junto, e não abriu espaço pra pessoa prestar conta. Você precisa saber o que seu deputado, sua deputada, sua vereadora estão fazendo. E não abre espaço, agora para os outros é natural, eu não entendo por quê.⁴⁰³

Aparecido José também faz uma crítica a respeito das questões políticas que deixaram de ser discutidas na comunidade e aponta que, aos poucos, foi havendo uma imposição de que deveriam separar o que deveria ser discutido na Igreja ou não, e que problemas sociais não dizem respeito à Igreja:

Eu acho que o movimento carismático⁴⁰⁴, por exemplo, veio ganhando força principalmente de 2000 para cá, há uns 20 anos, e a partir do momento em que ele veio ganhando forças, ele foi meio que enfraquecendo o movimento das CEBs, e aí vieram as questões políticas: questionamentos em cima de tudo. E nós vimos nesse ano aí das eleições, a questão de gênero, eles não querem discutir isso, eles acham que isso não tem nada a ver e que não tem que entrar para a Igreja. Mesmo a questão social não é problema da Igreja, a questão social é responsabilidade de outras esferas e a Igreja não tem que ver isso... então de certa forma as portas foram se fechando, ficou mais difícil. E aí então eu dizia que a partir de 2000 para cá foi ficando mais difícil a gente se organizar, mesmo as discussões de indicações, discussão política mesmo, diretamente ligada a política partidária também foi ficando mais difícil. Os padres, acho que devido talvez a orientação, formação, acho que a formação hoje é diferente do que era antes, então eu acho que desde a formação dos seminaristas eles parecem que são orientados a não se envolver muito com isso, e por isso que foi ficando mais difícil.⁴⁰⁵

Para Lizete Aparecida também foi ficando mais difícil trabalhar nas comunidades devido a falta de liberdade, que influenciava bastante nas ações que pretendiam realizar: “vamos ver se o padre vai deixar. Ele vai querer? Então o pessoal se aquieta. Se aquieta

⁴⁰³ Ibid.

⁴⁰⁴ Esse movimento nasceu nos Estados Unidos e veio para o Brasil no final da década de 1960, e tentou frear o avanço de igrejas pentecostais. Busca “levar as pessoas a fazerem uma experiência profunda e verdadeira com a pessoa do Espírito Santo”. Disponível em: <https://novoportall.rccbrasil.org.br/a-rcc/>. Acesso em: 09 jun. 2023.

⁴⁰⁵ ANTÔNIO, Aparecido José. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 17 de dezembro de 2022.

porque sabe que tudo tem que passar pelo padre. Então, infelizmente, é o que está acontecendo.”⁴⁰⁶

Padre Cláudio Menegazzi encara o arrefecimento das CEBs a partir de três fatores: o primeiro como sendo algo inevitável, o segundo pela luta do poder na Igreja (clericalismo) e o terceiro fator atrelado às lutas sociais que as comunidades tiveram que enfrentar:

Em tudo na vida temos um momento de crescimento, de expansão, de fortalecimento, de auge. Mas há um momento em que as coisas também passam por uma fase de um certo declínio. Nem tudo nós conseguimos manter na nossa vida, até a gente, é o ciclo da vida. [...] Então penso que isso é um processo também natural em todas as instituições: elas crescem, têm seus períodos de altos e baixos. O segundo fator é a questão do poder na Igreja, a luta pelo poder. Como a Igreja por um longo período acabou se tornando muito clericalista, focada muito no poder do ministério ordenado (dos padres e bispos) e, nas CEBs, a forma de exercer os serviços, a organização e o dinamismo sempre estiveram mais voltados para os leigos e leigas. A partir do pontificado do Papa João Paulo II, houve uma grande centralização do poder clerical. O Papa João Paulo II assumiu o governo da Igreja a partir de 1978, por 26 anos. Durante o seu pontificado foi mais valorizado o ministério ordenado (diáconos, padres e bispos) do que o sacerdócio comum de todos os fiéis. Houve um grande enfraquecimento do ministério dos leigos e leigas nas comunidades. Fortaleceu-se um regime de clericalização na Igreja, de paróquialização porque, como mencionei, de modo geral, não há paróquia sem pároco. O terceiro fator está relacionado às lutas sociais. A própria palavra luta inspira confronto, embate. Propicia medo, insegurança... as CEBs tiveram que lutar pela vida, pela justiça, pelos direitos das pessoas. [...] A gente se cansa, se desgasta, é difamado, é incompreendido; é bem o que Jesus viveu. E isso dentro da própria Igreja? A Igreja sempre buscou conciliação, paz, harmonia, comunhão, ternura, fraternidade. Mas isso nem sempre ocorre, às vezes com conflitos, enfrentamentos. As CEBs tiveram que enfrentar os poderes políticos contrários ao evangelho, tiveram que lutar contra os poderosos, os ricos desse mundo. E os ricos (sem generalizar), muitas vezes oprimem, exploram, perseguem e matam. [...]⁴⁰⁷

Em seguida, ele menciona o avanço do neoliberalismo como “um sistema de morte, que desumaniza, que impõe uma cultura contrária aos valores e princípios do evangelho, um modelo de sociedade individualista, altamente consumista e materialista.”⁴⁰⁸ Por fim, padre Cláudio Menegazzi destaca o avanço de movimentos de linha neopentecostal, que, em sua visão, contribui para limitar a atuação das CEBs:

Houve um projeto planejado, pensado, nos Estados Unidos, para quebrar as CEBs, acabar com a Teologia da Libertação. No prazo de 30 anos milhares de Igrejas neopentecostais foram se espalhando por toda América Latina. Tem um exemplo na própria paróquia onde eu atuo: temos uma comunidade no Jardim São Vicente,

⁴⁰⁶ SOUZA, Lizete Aparecida de. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 08 de dezembro de 2022.

⁴⁰⁷ MENEGAZZI, Cláudio Zaccaria. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 31 de janeiro de 2023.

⁴⁰⁸ Ibid.

chamada São José, que num percurso de 500 metros foram instaladas 5 igrejas neopentecostais. Muitas dessas igrejas não requerem compromissos maiores com a vida; são ‘show da fé’... As CEBs estão se vendo como Igreja das minorias, do ‘resto de Israel’ como diz na Bíblia. Vamos ser uma Igreja de minorias. As massas querem uma fé desvinculada da vida, sem cruzeiros, sem compromissos, contrariamente ao que Jesus ensinou e viveu.⁴⁰⁹

Na visão dos entrevistados, o enfraquecimento das CEBs foi fruto de um conjunto de acontecimentos, como na maneira de ensinar catequese mais focada nos sacramentos sem fazer ligação com os problemas vividos; o processo de paroquialização que foi limitando a liberdade das comunidades para caminharem de acordo com o pároco; a clericalização dentro da Igreja; o pontificado de João Paulo II, que cerceou e silenciou os teóricos da Teologia da Libertação; a influência da Teologia da Libertação, vista como negativa por alguns grupos; o afastamento involuntário, ou melhor, expulsão de alguns membros por serem mais combativos ou por exercerem algum cargo político; a relação com a política; por tornarem-se algumas vezes incompreendidos e o avanço de movimentos de linha neopentecostais.

Diante de todos esses fatores apontados pelos depoentes como explicações para o esfriamento das CEBs, existem grupos hoje de resistência. Nesse sentido, o padre Benedito Ferraro salientou seu compromisso, bem como de outros padres, que se posicionam contra as injustiças sociais e fazem resistência participando de alguns grupos. Dentre os grupos de resistência tem, por exemplo, o grupo chamado “Padres da Caminhada”, o grupo “Padres contra o fascismo” e o grupo “Bispos do diálogo pelo Reino”. Esses grupos existem em nível nacional e se posicionam politicamente conforme padre Benedito Ferraro narrou: “tomamos posição, assinamos cartas, defendemos as comunidades, defendemos as políticas públicas.”⁴¹⁰

Esses grupos atuais, que fazem parte inclusive da hierarquia da Igreja, podem ser considerados parte do legado deixado pelas CEBs, e é isso que analisaremos a seguir: qual é o legado das CEBs?

3.8 Legado das CEBs: ainda há resistência?

⁴⁰⁹ Ibid.

⁴¹⁰ FERRARO, Benedito. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 10 de fevereiro de 2023.

Embora as CEBs estejam vivendo um período mais fraco se comparado às décadas de 1970 e 1980, elas ainda existem dentro da Igreja. No entanto, elas são sentidas de maneira diferente pelos entrevistados, da mesma forma que sua importância também é percebida de maneira singular. Mas afinal, para os depoentes, elas ainda existem? Como sobrevivem no novo contexto de Campinas? De que maneira é possível participar?

Apesar das mudanças, Aparecido José continua participando da comunidade e está envolvido nos encontros das CEBs, onde discutem assuntos da atualidade e celebram do jeito deles:

Sim, participo normalmente. É claro que não tem mais aquela forma de atuação e organização que tinha antes, mas ainda é um espaço em que a gente está lá. No nosso caso em Campinas, aqui a gente tem algumas pessoas, os remanescentes que a gente tem sempre se encontrado em nível de CEBs, a gente faz algumas celebrações mais do nosso jeito, debate as nossas questões como a gente fazia, nós continuamos fazendo, mas não aqui dentro da comunidade e sim em um outro espaço. [...] Então agora somos pessoas isoladas, um aqui, outro acolá, se reúne esporadicamente, mas a gente continua.⁴¹¹

Há poucas semanas da data de nossa entrevista, Paulo de Britto também foi convidado a participar de um grupo que tem sua atuação similar à das CEBs, onde se reúnem, fazem reflexões bíblicas, estudam documentos da Igreja etc. Além disso, Paulo de Britto também participa as vezes dos encontros da Pastoral Operária:

Eu entrei nesse grupo que eu estou na segunda reunião. É um grupinho que tem como objetivo fazer a gente voltar a ser ativo dentro do processo de evangelização, então é um grupo pequeno, tem reunião uma vez por mês, e nesse encontro fazemos reflexão, estudamos documentos, abraçamos juntos... E também eu continuo ainda nos encontros, por exemplo, esse ano eu fui no encontro da Pastoral Operária, na celebração de confraternização da Pastoral Operária lá no centro. Porque Pastoral Operária também não tem mais grupo de base, mas tem um grupo na diocese que se reúne no Pio XII. [...] ⁴¹²

Nesse grupo em que Paulo de Britto relatou ter participado de duas reuniões, em uma delas o homem que estava ministrando o encontro a convite do padre – e veio de Vila Velha (MT), segundo Paulo de Britto –, perguntou aos participantes “qual era a diferença do pobre votar no Bolsonaro aqui em Campinas, e do pobre votar no Bolsonaro lá em Vila Velha.”⁴¹³

⁴¹¹ ANTÔNIO, Aparecido José. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 17 de dezembro de 2022.

⁴¹² CUNHA, Paulo de Britto. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 04 de janeiro de 2023.

⁴¹³ Ibid.

Paulo de Britto disse que “nessa eleição agora [2022], o PT teve menos votos aqui, perdeu para Bolsonaro na nossa região” por causa do enfraquecimento das CEBs:

Nós não temos mais comunidades de base, porque quando nós tínhamos comunidades de base, não necessariamente precisava você ir lá e falar ‘tem que votar no PT’, mas a própria discussão durante todo o ano, a reflexão ia levando o eleitor comum a perceber que o que está mais próximo dele é o PT, dos que estavam concorrendo. Com a falta dessa discussão, automaticamente o povo não tem clareza e dá no que deu.⁴¹⁴

A importância das CEBs bem como seu legado para os dias de hoje também apareceu em outras entrevistas, como na de Lizete Aparecida que afirma: “as CEBs tira você do seu individualismo, faz com que você pense a vida das pessoas, a sua vida é parte da vida de outros também.”⁴¹⁵ Para ela, hoje em dia ainda existem Comunidades Eclesiais de Base, mas em outros moldes:

Eu acho que depende muito de quem está na animação, na coordenação. Eu vejo por exemplo o São Marcos, é uma região pobre, claro que mudou bastante também, mas há alguns anos o pessoal sofria com o padre que estava lá, mas hoje é outra coisa com o padre Antônio. Mas o pessoal pergunta se são CEBs, eu falo assim: não é como a gente conheceu, que toda comunidade se envolvia, todas as pessoas. Se tem alguma coisa, por exemplo, nossas formações, não era muita gente que ia, mas pelo menos duas, três das comunidades iam nos nossos seminários. Então você percebe que a semente ainda está lá, o espírito ainda está, mas a prática que é o mais difícil.⁴¹⁶

Padre Benedito Ferraro sempre resistiu não querendo ser pároco: “eu achava que não tinha sentido”. Além disso, ele participa da Comissão de CEBs e da Ampliada Nacional das CEBs, onde fazem uma reflexão sobre a atuação das CEBs, buscando incentivar e subsidiar as comunidades no Brasil em harmonia com a Igreja. Ele também afirma a existência das CEBs nos dias de hoje:

Tem várias. A paróquia do São Marcos se articula com Comunidades Eclesiais de Base, não tem o nome, mas tem comunidades. A comunidade São José da Vila Esperança; a comunidade do Frei Galvão; a comunidade Santa Clara; a comunidade Nossa Senhora Aparecida, ali você tem ministros, coordenadores, gente que faz parte do conselho, realizam reuniões periódicas. [...] A paróquia do Santo Cura D’Arns, na saída para Valinhos, está lá o padre Cláudio Menegazzi, lá tem 7 ou 8

⁴¹⁴ Ibid.

⁴¹⁵ SOUZA, Lizete Aparecida de. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 08 de dezembro de 2022.

⁴¹⁶ Ibid.

comunidades, tem conselho, está dentro da paróquia mas ao mesmo tempo tem rosto. [...]⁴¹⁷

Dessa forma, o padre que está presente na paróquia influencia bastante no jeito de ser da Igreja, no que é permitido ou não discutir, já que o pároco é o responsável por todas as comunidades que estão vinculadas à paróquia. Algumas comunidades mesmo mantendo uma articulação com as CEBs, não têm essa clareza de dizer “aqui é uma Comunidade Eclesial de Base”, elas “tem o estilo, mas não tem o nome, essa foi uma perda dos últimos anos que a gente vai ter que retrabalhar”, afirma o padre Benedito Ferraro.⁴¹⁸ A própria paróquia a que ele pertence (está como vigário paroquial,⁴¹⁹ pois o padre Antônio Rodrigues Alves é o pároco) também vive um estilo de CEBs: “ela já esteve melhor, mas mantém essa perspectiva, tem o conselho, tem celebradores, tem grupos que se reúnem para fazer Via Sacra, tem Círculos Bíblicos. Então significa que estão vivas!”⁴²⁰

Assim, é possível perceber que as CEBs continuam vivas para os depoentes, mesmo que em um contexto diferente e com nome diferente de Comunidades Eclesiais de Base. As comunidades não têm o mesmo espaço para discussões políticas como antes, pois dependem da liderança (pároco) local, mas nos grupos específicos das CEBs, como a Comissão e a Ampliada Nacional, esse espaço é maior. E existem comunidades que não tem o nome de CEBs, mas se articulam e vivem um pouco do estilo delas, embora seus membros não necessariamente assumem que estão vivendo em uma Comunidade Eclesial de Base, alguns nunca ouviram falar nesse nome. Essa situação evidencia que o que as mantém vivas são, em grande parte, essa geração que viveu e atuou no período de auge das CEBs em Campinas.

Assim sendo, buscamos neste capítulo analisar as memórias de 12 militantes de CEBs que atuaram na cidade de Campinas a partir da década de 1970, evidenciando pontos convergentes e divergentes entre eles, levando em consideração sua atuação dentro e fora do âmbito religioso, por isso buscamos explorar através dessas memórias a atuação das CEBs, o peso atribuído à Teologia da Libertação, a relação com a política partidária e os movimentos sociais, o enfraquecimento e o legado deixado por elas, visto que essas questões não foram um consenso entre os 12 militantes em alguns momentos.

⁴¹⁷ FERRARO, Benedito. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 10 de fevereiro de 2023.

⁴¹⁸ Ibid.

⁴¹⁹ Na ausência do pároco, o vigário paroquial responde e cumpre as funções em nome dele.

⁴²⁰ FERRARO, Benedito. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 10 de fevereiro de 2023.

Deste modo, foi possível perceber a importância das CEBs na Igreja e na sociedade civil brasileira. Na Igreja, elas foram responsáveis por reunir fiéis para celebrações religiosas, sobretudo em regiões onde a presença de padres era mais difícil, dando autonomia para os leigos conduzirem as celebrações durante os dias que o padre não podia celebrar. Na sociedade civil, essas comunidades desempenharam um papel de destaque por possibilitar um espaço de resistência à ditadura civil-militar. Assim, a Igreja com sua autonomia conseguiu se manter forte, apesar das constantes ameaças e perseguições a seus membros. Além disso, as CEBs, pela sua capacidade de mobilização, incentivaram significativas parcelas da sociedade a participarem das reivindicações sociais para conquistas de necessidades básicas dos bairros, mas também numa perspectiva mais ampla em nível nacional, como na luta pela anistia e na defesa das liberdades democráticas. Sem dúvidas, tudo isso marcou a vida de todos os militantes aqui entrevistados. Suas memórias, suas narrativas, suas subjetividades foram marcadas pela experiência e militância que as CEBs proporcionaram.

Sobre essa marca das CEBs nas vidas de seus militantes e frequentadores, finalizamos este terceiro capítulo com as frases de dois de nossos depoentes. Para Cícero Palmeira: “As CEBs me mudaram muito. Minha militância e minha prática eu devo às CEBs.”⁴²¹. Vanda Russo finaliza: “Elas tiveram papel muito importante na minha vida, e se hoje sou quem sou devo muito às CEBs. As CEBs deram sentido à minha vida.”⁴²²

⁴²¹ SILVA, Cícero Palmeira da. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 17 de janeiro de 2020.

⁴²² RUSSO, Vanda Sauhi. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 15 de janeiro de 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foi possível perceber que as mudanças que aconteceram na Igreja Católica na segunda metade do século XX, começando com a convocação do Concílio Vaticano II (1962-1965) e depois com a realização das Conferências Episcopais em Medellín (1968) e Puebla (1979), repercutiram significativamente no Brasil e favoreceram o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base aqui no país. Essas mudanças proporcionaram maior liberdade no campo litúrgico, pastoral, teológico e aproximaram a Igreja de questões como justiça social e direitos humanos.

O Concílio Vaticano II fomentou as duas Conferências Episcopais Latino-Americanas (Medellín e Puebla), e esta última, além de reforçar as decisões de Medellín, influenciou no desenvolvimento da corrente teológica chamada de Teologia da Libertação. Contudo, um ano antes da realização da Segunda Conferência Episcopal aconteceu um fato que marcou toda a história da Igreja: a morte do Papa Paulo VI. A partir desse fato, a Igreja deu uma guinada ainda maior para o lado conservador, condenando a Teologia da Libertação e tudo que tinha crescido com ela.

Em 1978, o Papa João Paulo I substituiu o Papa Paulo VI por 34 dias até sua morte, e em seguida o Papa João Paulo II assumiu seu lugar. Seu pontificado trouxe significativas mudanças para a Igreja no Brasil, bem como em toda América Latina. Aqui no Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), como porta voz oficial da Igreja, foi pressionada, no contexto da ditadura, pelos militares e também pelo Vaticano, já que cerca de 30 bispos tiveram alguma advertência vinda de lá, em razão de sua atuação nos campos social e político.⁴²³ Além disso, seu pontificado também foi sentido em São Paulo quando ocorreu a subdivisão arquidiocesana como forma de dissolver a força da Teologia da Libertação.

Por outro lado, as mudanças da Igreja contribuíram para que acontecesse conflitos entre os militares e o clero, à medida em que aconteciam prisões de padres e bispos ligados às lutas populares, ou por denúncias de torturas e injustiças sociais. Esses membros do clero que entravam em conflito com a ditadura civil-militar, estavam colocando em prática as orientações dos documentos e dos grandes eventos que aconteceram na Igreja a partir da segunda metade do século XX, fazendo uma leitura da Bíblia sob a ótica dos mais pobres e marginalizados economicamente, se aproximando e ouvindo-os; participando das lutas

⁴²³ LESBAUPIN, Ivo. op. cit. p. 32.

populares; denunciando abusos e arbitrariedades cometidas, se colocando ao lado dos perseguidos e torturados, e lutando por justiça social.

Dentro do contexto de renovação na Igreja Católica e ascensão dos movimentos sociais na luta contra a ditadura e pelas liberdades democráticas, o “apoio dos bispos deu um impulso importante para que as CEBs se tornassem a principal forma de organização” das pessoas socioeconomicamente desfavorecidas, que viram nas Comunidades Eclesiais de Base “uma possibilidade de lutar por seus direitos”.⁴²⁴

Essas comunidades levaram para junto da Igreja muitas pessoas, inclusive não católicas, que enfrentavam alguma luta social e econômica, como desemprego, falta de creches e escolas, falta de moradia, de água, luz, problemas de transporte, carestia etc., e que foram personagens extremamente importantes no processo de resistência às arbitrariedades cometidas pelo governo de ditadura civil-militar, e que também foram atuantes na luta por anistia e no contexto de redemocratização brasileira.

De todas as bandeiras levantadas por esses diferentes atores políticos durante esse período de lutas democráticas, a única capaz de unir todas as forças de oposição e segmentos das esquerdas numa luta unitária foi a “campanha nacional pela anistia”, que “pode ser vista como o ícone dessa frente política e desse movimento. Em todos os sentidos: na potencialidade mobilizatória e nos grandes problemas e divergências que levantava.”⁴²⁵

Durante o processo de redemocratização no Brasil, Maria Paula Nascimento Araujo aponta três momentos que marcaram significativamente essa fase: as greves dos metalúrgicos no final da década de 1970; o fim da estrutura política do bipartidarismo e a campanha pelas eleições diretas: a Campanha das Diretas-Já!

Durante os três momentos que marcaram o período de redemocratização, as CEBs também estiveram presentes de alguma maneira: nas greves dos metalúrgicos seus membros ajudavam, por exemplo, indo de madrugada nas fábricas ajudar os grevistas; na fundação do Partido dos Trabalhadores e na campanha pelas eleições diretas seus membros também participaram de maneira significativa, inclusive lançando candidatos que foram eleitos no final da década de 1980 e 1990, como vimos neste trabalho.

Como o próprio nome diz, Comunidades Eclesiais de Base, são eclesiais e por isso contam com uma mediação religiosa nas suas práticas, mas sem perder sua característica

⁴²⁴ JUNIOR, Nadir Lara. op. cit. p. 85.

⁴²⁵ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. op. cit. 2007, p. 342-343.

“educativo-política”.⁴²⁶ Dessa forma, a reflexão religiosa e a discussão política são intrínsecas às CEBs, no entanto, o domínio político das CEBs não consistia em uma articulação político-partidária, mas sim em sua “capacidade de contribuição no fortalecimento das organizações populares e na elevação do nível de consciência de seus membros”,⁴²⁷ muito embora tenha sido com “[...] a criação, no final de 1979, do PT, que as CEBs alcançaram seu mais alto ponto de participação política”.⁴²⁸

Apesar de nunca ter se declarado partidária, foi possível perceber que, na realidade, as CEBs eram mais simpáticas ao Partido dos Trabalhadores do que a outros partidos políticos, tanto que os depoentes dessa pesquisa em sua maioria apoiaram as candidaturas do PT, elegendando inclusive alguns de seus membros no final da década de 1980 e 1990. Isso acontece pelo fato de que o PT teve sua origem no bojo dos movimentos sociais que marcaram o período da redemocratização em conjunto com a atuação das CEBs.

Assim, é importante destacar que essa participação e engajamento contribuíram para significativas mudanças na sociedade civil, pois a atuação das CEBs não ficou restrita à participação religiosa e político-partidária, indo além, através da participação em diversos movimentos reivindicatórios também. Tudo isso só era possível porque nas CEBs era feito um trabalho de conscientização com as pessoas, de que era importante estar presente nas lutas sociais e de que a missão das CEBs era trabalhar a espiritualidade e a fé, mas também ajudar as pessoas mais necessitadas do básico para viver: moradia, transporte, alimentação, serviços saúde, escolas etc., tentando fazer um mundo melhor e mais consciente.

Esse processo de aprendizagem reforça a militância política das CEBs, como é sintetizado por Lizete Aparecida:

Política é vida, tudo que eu faço tem um cunho político, não partidário, mas tem. Agora se a gente quer que o seu direito seja respeitado, valorizado e vivido por mais gente, você tem que entrar em um partido político, você tem que ocupar espaço, porque não adianta você ficar só pensando. Se você não ocupa espaço você perde.⁴²⁹

⁴²⁶ SANTANA, Luiz Carlos. op. cit. p. 132.

⁴²⁷ Ibid, p. 65.

⁴²⁸ LIRA, Ronald Apolinário de. op. cit. p. 132.

⁴²⁹ SOUZA, Lizete Aparecida de. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 08 de dezembro de 2022.

À vista disso, as CEBs adquiriram papel de destaque junto aos movimentos sociais que marcaram o período de ditadura civil-militar e da redemocratização no Brasil, graças ao empenho de seus participantes.

Mas todo esse empenho e força das CEBs, com o tempo, passaram a ser objeto de discussões e conflitos entre seus próprios membros. No entanto, apesar dos conflitos existentes nas comunidades, a união foi um aspecto de destaque para os depoentes. Essa união para comprometerem-se nas reivindicações com objetivo de amenizar as agruras da pobreza daquela realidade, isso apareceu em todas as entrevistas.

À medida que a rigidez das estruturas ditatoriais foi mudando, a Igreja Católica também passou por diversas transformações que possibilitaram e incentivaram a criação das CEBs, mas também algumas mudanças mais tarde que contribuíram para o seu enfraquecimento. Na verdade, não é correto afirmar que as CEBs enfraqueceram somente por causa das mudanças na Igreja. Da mesma forma que elas surgiram graças a uma combinação de fatores sociais, econômicos, políticos e eclesiais, seu enfraquecimento se deu também pela combinação desses motivos.

Como vimos, o processo de paroquialização teve um grande impacto sobre as CEBs, contribuindo para a fragmentação de sua força, à medida que as comunidades foram sendo substituídas por paróquias ou vinculadas a ela. Dessa forma, as CEBs perderam a autonomia e liberdade que tinham antes, conforme o avanço desse processo.

Além disso, as CEBs sofreram diversas críticas por sua prática de “clericalização” dos leigos e “laicização” do clero,⁴³⁰ isto é, os leigos desempenhavam funções que substituíam os ministros, valorizando assim as escrituras nas celebrações, ou conforme as palavras dos religiosos: “valorização da Palavra”. As CEBs também foram criticadas pela sua “atuação político-partidária dentro das comunidades”.⁴³¹

Outro fator que contribuiu para o enfraquecimento das CEBs foi a eleição do Papa João Paulo II que marcou uma guinada da Igreja para o conservadorismo e silenciamento dos teóricos da Teologia da Libertação. Assim, conforme a geração de bispos e padres progressistas foi, aos poucos, se aposentando ou morrendo, eles foram sendo substituídos por sacerdotes conservadores, não muito simpáticos às CEBs.

Além dos fatores citados acima, os depoentes apontaram como justificativa para o enfraquecimento das CEBs a influência da Teologia da Libertação sobre as comunidades,

⁴³⁰ HOLANDA. João Pedro Augusto de. op. cit. p. 115.

⁴³¹ Ibid, p. 115.

vista como negativa por alguns grupos. Os depoentes também citaram exemplos de afastamentos forçados das comunidades, alguns sendo “expulsos” pelo próprio padre da comunidade por serem mais combativos ou exercerem algum cargo político. Por fim, vale a pena ressaltar o avanço de movimentos de linha neopentecostais e seus impactos nas fileiras católicas.

Mas esse enfraquecimento não significou o fim das CEBs nem amenizou sua importância para aquele contexto. Elas foram importantes não só durante os anos de ditadura civil-militar brasileira, por possibilitar espaços de resistência e estimular a consciência crítica e política das pessoas, encorajando-as a participarem das lutas contra as situações de injustiças legitimadas pela ditadura, mas também nos movimentos sindicais, nas lutas pela Anistia, durante o período de redemocratização do Brasil. Mas a importância das CEBs atravessou esse período, alcançando até os dias de hoje.

Hoje em dia, são realizados encontros de CEBs como os Intereclesiais, que mostram a articulação que ainda existe entre elas. Existem também grupos das CEBs que os depoentes ainda participam, como a Comissão de CEBs e a Ampliada Nacional das CEBs. Em relação às comunidades, elas também estão atuantes, embora elas não tenham o nome de Comunidade Eclesial de Base, mas se organizam e se articulam como uma CEB, e todos os entrevistados reconheceram a existência delas.

Porém, essa articulação com as CEBs em Campinas depende do sacerdote que está à frente da paróquia, pois ele influencia bastante na maneira de agir das comunidades, bem como o que pode ou não ser discutido, se pode ou não ter celebradores e se haverá grupos que se reunirão para fazer Via Sacra, Círculos Bíblicos etc. Algumas comunidades, mesmo mantendo essa articulação com as CEBs, não se assumem como tal, mas os membros que viveram e atuaram nas CEBs têm essa consciência.

Nesse sentido, é importante destacar a relevância histórica que as CEBs tiveram no contexto brasileiro de ditadura civil-militar, pois elas emergiram como espaços de resistência e mobilização popular, defendendo o direito de justiça social para todos e contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência política e crítica sobre a realidade. Além disso, a autonomia que as CEBs desempenharam na vida dos leigos, possibilitando que estes assumissem funções de liderança e responsabilidades dentro da Igreja, foi importante pois contribuiu para uma “renovação” da Igreja, iniciada no Concílio Vaticano II.

Como se não bastasse, elas tiveram um grande impacto na Teologia da Libertação, unindo a fé do cristianismo com as lutas sociais. Essa teologia teve um de seus pilares nas

CEBs, contribuindo para uma visão de fé mais comprometida, voltada para a libertação dos oprimidos e marginalizados.

Também é importante ressaltar que as CEBs tiveram atuação significativa dentro da política local de Campinas, como na eleição de alguns membros para os cargos do Legislativo e Executivo, como vimos nesta pesquisa, mas também na política nacional, mobilizando parcelas da sociedade em favor da Anistia, da redemocratização e defesa dos direitos humanos. Assim, as CEBs deixaram seu legado de engajamento social, participação popular, participação política, engajamento religioso, luta pela justiça na História de Campinas, na História brasileira e da Igreja Católica. Esse legado não será esquecido.

REFERÊNCIAS

- AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ALVES, Laci Maria Araújo. Igreja Católica: imaginário, ditadura e movimentos sociais. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 26, n. 2, jul./dez. 2013.
- ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da história. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina. *In*: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos. FERREIRA, Marieta de Moraes & QUADRAT, Samantha Viz (org). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.
- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. *In*: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (org.). **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3).
- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Sentimento e subjetividade na história: a contribuição da história oral. *In*: MAIA, Andréa Casa Nova; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Outras histórias**. Ensaios em História Oral. Rio de Janeiro, Editora Ponteio, 2012.
- ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS. **Subsídios para a sua História** – Vários Autores. Editora Komedi, 2004.
- BALDISSERA, Adelina. **CEBs: poder, nova sociedade**. São Paulo: Paulinas, 1987.
- BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.
- BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Como fazer Teologia da Libertação**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- CASTRO, Pablo Pamplona de. **De casa em casa**: afetos e mobilização popular na memória de Comunidades Eclesiais de Base. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- COUTROT, Aline. Religião e Política. *In*: RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. 2. ed.. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). *In*: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. (Coleção O Brasil Republicano, v. 4).

DE THEIJE, Marjo. **Tudo o que é de Deus é bom: uma antropologia do catolicismo liberacionista em Garanhuns, Brasil**. Recife: Massangana, 2002.

FICO, Carlos. História que temos vivido. *In*: VARELLA, Flávia et al (org.). **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

GEROMEL, Bárbara. Igreja católica, ditadura e memória no Brasil. **Revista Ars Historica**, n. 22, jul./dez. 2021.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980)** [recurso eletrônico]: a visão da espionagem / Paulo César Gomes. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HOLANDA, João Pedro Augusto de. **História, Memória e Teologia: a tensão histórica e escatológica no Cancioneiro Popular das CEBs**. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2019.

JELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado: como construimos la memoria social**. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2007.

JUNIOR, Nadir Lara. **Ideologia político-religiosa x político-pragmática: o caso dos movimentos sociais no Brasil**. *In*: ASSIS, João Marcus Figueiredo; RODRIGUES, Denise dos Santos (org.). **Cidadania, movimentos sociais e religião: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

KOPANYSHYN, Emanuelle. **A ação política dos bispos católicos na ditadura militar: os casos de São Carlos e Assis**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

LIRA, Ronald Apolinário de. **Catolicismo e política: pastoral da juventude e formação partidária do PT**. 1a. Edição. Curitiba: Editora Appris, 2019.

LESBAUPIN, Ivo. A Igreja e a ditadura militar. *In*: ASSIS, João Marcus Figueiredo; RODRIGUES, Denise dos Santos (org.). **Cidadania, movimentos sociais e religião: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Tradução: Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. *In*: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (org.). **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3).

LÖWY, Michael. **Marxismo e teologia da libertação**. Traduzido por Myrian Veras Baptista. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 39).

MACHADO, Adriano Henriques. **Os católicos oPTaram?:** os “setores católicos” e o Partido dos Trabalhadores (PT) na grande São Paulo (1978-1982). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985).** Tradução: Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MATOS, Luiz Augusto de. **A Igreja no Brasil e sua opção pelos pobres:** do concílio Vaticano II à Conferência de Puebla. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Instituição de Ensino, Centro Universitário Assunção, 2008.

MELO, Antônio Alves de. O Vaticano II: origens, avanços, perspectivas Interações. **Cultura e Comunidade**, vol. 8, n. 13, jan-jun, 2013.

MÓDENA, Hernane Santos. **A missão da Igreja na contemporaneidade à luz do Vaticano II:** os desdobramentos da teologia da missão nas Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano e Caribenho. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964:** história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Alexandre Queiroz de. **A Revolução no Paraíso:** Resignificações do conceito de Libertação na Igreja latino-americana (1968 – 1979). Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, 2018.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, 1992.

REICHERT, Leonardo. **A influência da Conferência de Medellín na vida eclesial da arquidiocese de Porto Alegre no período de 1968 a 1979.** Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdade de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011.

SANTANA, Luiz Carlos. **Da gestação à crise de uma “caminhada”** – as CEBs na Igreja de Campinas: Pastoral, Pedagogia e Política (1968 a 1984). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1988.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado:** cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. *In:* FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia A. Neves (org.). **O tempo da ditadura:** regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção O Brasil Republicano, v. 4).

SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. **Os filhos rebeldes de um velho camarada: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2009.

SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. **“Por ti, América”**: Luta Armada, Internacionalismo e Latino-Americanismo na trajetória da Junta de Coordinación Revolucionaria. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

SILVA, Sandro Ramom Ferreira da. **O tempo das utopias**: Religião e romantismos revolucionários no imaginário da Teologia da Libertação dos anos 1960 aos 1990. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2013.

SILVA, Wellington Teodoro da; BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira; SIQUEIRA, Giseli do Prado. **A Conferência de Puebla**: contexto e papel da juventude e da educação. Belo Horizonte, v. 17, n. 54, set./dez. 2019.

SIQUEIRA, Giseli do Prado; BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira; SILVA, Wellington Teodoro da. **A Conferência de Medellín**: contexto político-ecclesial e a posição sobre a Educação e a Juventude. Belo Horizonte, v. 16, n. 50, mai./ago. 2018.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. 7. ed, São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **A Igreja Católica e a política na Argentina**: um debate historiográfico. **Dimensões – Revista de História da UFES**, v. 20, p. 67, 2008,. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/issue/view/217>. Acesso em: 20 maio 2022.

SYDOW, Evanize, FERRI, Marilda. **Dom Paulo Evaristo Arns**: um homem amado e perseguido. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

VEIGA, Alfredo César. **Teologia da Libertação**: nascimento, expansão, recuo e sobrevivência da imagem do excluído dos anos 1970 à época atual. São Paulo, Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

FONTES

DOCUMENTOS

15º ENCONTRO INTERECLESIAL DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE. **CEBs**: igreja em saída na busca da vida plena para todos e todas: texto-base. Organização Ampliada Nacional das CEBs do Brasil. Cuiabá: Ed. dos Autores, 2022.

CONCLUSÕES DA II CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. **Documento de Medellín**. Colômbia, 1968. Disponível em: https://pjmp.org/subsidios_arquivos/cnbb/Medellin-1968-2CELAM-PORTUGUES.pdf. Acesso em: 26 maio 2022.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil**. Brasília: Paulinas, 1982 (Documento da CNBB – 25).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Plano de Pastoral de Conjunto 1966-1970**. Brasília, 30 de maio de 2004.

III CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. **Documento de Puebla**. México, 1979. Disponível em: http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906182452.pdf. Acesso em: 14 jul. 2022.

PAPA FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*. Nº 29, Vaticano, 2013, p. 27. Disponível em: https://www.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium_po.pdf. Acesso em: 18 jul. 2022.

PAPA PAULO VI. Documentos do Concílio Vaticano II. Roma, 1963-1966. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm. Acesso em: 18 mar 2022.

FONTES ORAIS

ANTÔNIO, Aparecido José. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 17 de dezembro de 2022.

CALHEIROS, D. Waldyr. Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro – UFRJ). Volta Redonda, 11 de junho de 2011. Laboratório de Estudos do Tempo Presente, Núcleo de História Oral da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CUNHA, Maria José da Silva. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 04 de janeiro de 2023.

CUNHA, Paulo de Britto. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 04 de janeiro de 2023.

DREGER, David Augusto. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 05 de fevereiro de 2020.

FARIA, Vera Lúcia Rodrigues de. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 11 de fevereiro de 2020.

FARIA, Vera Lúcia Rodrigues de. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 10 de dezembro de 2022.

FERRARO, Benedito. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 30 de janeiro de 2020.

FERRARO, Benedito. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 10 de fevereiro de 2023.

MENEGAZZI, Cláudio Zaccaria. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 31 de janeiro de 2023.

RUSSO, Vanda Sauhi. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 15 de janeiro de 2020.

SANTESSO, Zilda. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 24 de janeiro de 2020.

SILVA, Cícero Palmeira da. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 17 de janeiro de 2020.

SILVA, Cícero Palmeira da. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 13 de janeiro de 2023.

SOUZA, Lizete Aparecida de. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 05 de fevereiro de 2020.

SOUZA, Lizete Aparecida de. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 08 de dezembro de 2022.

TIENE, Izalene. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 22 de janeiro de 2020.

TIENE, Izalene. Entrevista concedida a Luis Marcos Gomes de Souza Júnior. Campinas, 16 de janeiro de 2023.